



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II



SUPLEMENTO AO N.º 162

DOMINGO, 29 DE NOVEMBRO DE 1970

BRASÍLIA - DF

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VIII, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO N.º 93, DE 1970

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "TÍTULO I

##### Do Funcionamento

#### CAPÍTULO I

##### Da Sede

Art. 1.º — O Senado Federal tem sede no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília.

**Parágrafo único** — Em caso de guerra, de comoção intestina, de calamidade pública ou de ocorrência que impossibilite o seu funcionamento na sede, o Senado poderá reunir-se, eventualmente, em qualquer outro local, por determinação da Comissão Diretora, a requerimento da maioria dos Senadores.

#### CAPÍTULO II

##### Das Sessões Legislativas

Art. 2.º — O Senado Federal reunir-se-á durante as sessões legislativas:

- ordinárias, de 31 de março a 30 de novembro, anualmente (Const., art. 29, caput);
- extraordinárias, quando, com esse caráter, for convocado o

Congresso Nacional (Const., art. 29, § 1.º).

#### CAPÍTULO III

##### Das Reuniões Preparatórias

Art. 3.º — A 1.ª e a 3.ª sessões legislativas ordinárias, de cada legislatura, serão precedidas de reuniões preparatórias que obedecerão às seguintes normas:

- iniciar-se-ão às 14 horas e 30 minutos, com o quorum mínimo de 11 (onze) Senadores, observando-se, nas deliberações, o disposto no art. 323;
- a direção dos trabalhos caberá à Mesa anterior, dela excluídos, no início de legislatura, aqueles cujo mandato com ela houver terminado, ainda que reeleitos;
- na falta dos membros da Mesa anterior, assumirá a Presidência o mais idoso dentre os presentes, o qual convidará, para os 4 (quatro) lugares de Secretários, Senadores pertencentes às representações partidárias mais numerosas;
- a primeira reunião preparatória realizar-se-á:
  - no início de legislatura, no dia 1.º de fevereiro;

— na 3.ª sessão legislativa ordinária, em data fixada pela Presidência, no período de 20 a 30 de março;

- no início de legislatura, os Senadores eleitos apresentarão os diplomas e prestarão o compromisso regimental na primeira reunião preparatória; em reunião seguinte, será realizada a eleição do Presidente e, na terceira, a dos demais membros da Mesa;
- na 3.ª sessão legislativa ordinária, far-se-á a eleição do Presidente da Mesa na primeira reunião preparatória e a dos demais membros na reunião seguinte;
- nas reuniões preparatórias, não será lícito o uso da palavra, salvo para declaração pertinente à matéria que nela deva ser tratada.

#### TÍTULO II

##### Dos Senadores.

#### CAPÍTULO I

##### Da Posse

Art. 4.º — A posse, ato público com o qual o Senador se investe no mandato, realizar-se-á perante o Senado durante reunião preparatória, sessão ordinária ou extraordinária, precedida de apresentação, à Mesa, do diploma expedido pela Justiça Eleitoral, o qual será publicado no Diário do Congresso Nacional.

§ 1.º — A apresentação do diploma poderá ser feita pelo diplomado, pessoalmente, por ofício ao 1.º Secretário

rio ou por intermédio do seu Partido ou de qualquer Senador.

§ 2.º — Presente o diplomado, o Presidente designará 3 (três) Senadores para recebê-lo e introduzi-lo na Sala das Sessões, onde prestará o seguinte compromisso: "Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil."

§ 3.º — Quando forem diversos os Senadores a prestar compromisso, somente o primeiro pronunciará a fórmula constante do parágrafo anterior e os demais um por um, ao serem chamados, dirão: "Assim o prometo."

§ 4.º — Durante o compromisso, todos os presentes manter-se-ão de pé.

§ 5.º — O Senador deverá tomar posse dentro de 120 (cento e vinte) dias contados da instalação da sessão legislativa ou, se eleito durante esta, contados da diplomação, podendo o prazo ser prorrogado, a requerimento do interessado, por mais 60 (sessenta) dias.

§ 6.º — Findo o prazo de 120 (cento e vinte) dias, se o Senador não tomar posse e nem requerer prorrogação, considera-se haver renunciado ao mandato, sendo convocado o Suplente.

Art. 5.º — O Suplente convocado para substituição de Senador ou preenchimento de vaga ter, para tomar posse, o prazo de 120 (cento e vinte) dias.

**Parágrafo único** — O Suplente, por ocasião da primeira convocação, deverá prestar o compromisso na forma do artigo anterior e, nas seguintes, o Presidente comunicará à Casa a sua volta ao exercício do mandato e o convidará a tomar lugar no recinto.

Art. 6.º — No caso do § 5.º do art. 4.º, findo o prazo sem ter sido o requerimento votado por falta de número, considerar-se-á concedida a prorrogação até que o possa ser.

Art. 7.º — Por ocasião da posse, o Senador ou Suplente convocado escolherá o nome parlamentar com que deverá figurar nas publicações e registros da Casa, do que fará comunicação escrita à Mesa, assim como de sua filiação partidária.

§ 1.º — Do nome parlamentar não constarão mais de duas palavras, não computadas nesse número as preposições.

§ 2.º — A alteração do nome parlamentar deverá ser comunicada, por escrito, à Mesa, vigorando a partir da publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

## CAPÍTULO II

### Do Exercício

Art. 8.º — O Senador deve apresentar-se no edifício do Senado à hora regimental, para tomar parte nas sessões do Plenário, bem como à hora da reunião de Comissão de que seja membro, para participar dos respectivos trabalhos, cabendo-lhe:

- a) oferecer proposições, discutir, votar e ser votado;
- b) solicitar, de acordo com o disposto no art. 240, informações às autoridades sobre fatos relativos ao serviço público ou úteis à elaboração legislativa;
- c) fazer uso da palavra, observadas as disposições deste Regulamento.

Art. 9.º — É facultado ao Senador, uma vez empossado:

- a) examinar quaisquer documentos existentes no Arquivo;
- b) requisitar da autoridade competente, por intermédio da Mesa ou diretamente, providências para garantia das suas imunidades e informações para sua defesa, quando necessário;
- c) frequentar a Biblioteca e utilizar os seus livros e publicações, podendo requisitá-los para consulta, fora das dependências do Senado, desde que não se trate de obras raras, assim classificadas pela Comissão Diretora;
- d) frequentar o edifício do Senado e as respectivas dependências, só ou acompanhado de pessoas de sua confiança, não podendo estas, entretanto, ter ingresso no Plenário durante as sessões, nem nos locais privativos dos Senadores;

e) utilizar-se dos diversos serviços do Senado, desde que para fins relacionados com as suas funções;

f) receber em sua residência o *Diário do Congresso Nacional* e o *Diário Oficial*.

**Parágrafo único** — O Senador substituído pelo Suplente continuará com os direitos previstos neste artigo.

## CAPÍTULO III

### Dos Assentamentos

Art. 10 — Haverá, na Secretaria, um livro em que o Senador ou Suplente convocado inscreverá, de próprio punho, o nome parlamentar, filiação partidária, idade, estado civil e outras declarações que julgue conveniente fazer.

**Parágrafo único** — A alteração do nome parlamentar deverá constar dos assentamentos do Senador.

Art. 11 — Com base nos dados referidos no artigo anterior, o 1.º Secretário expedirá as respectivas carteiras de identidade.

## CAPÍTULO IV

### Do Subsídio e da Ajuda de Custo

Art. 12 — A parte fixa do subsídio é devida:

- I. a partir do início da legislatura, ao Senador diplomado antes da instalação da primeira sessão legislativa;
- II. a partir da expedição do diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;
- III. a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 13 — A parte variável do subsídio só será percebida pelo Senador após a posse.

§ 1.º — Ao Senador que deixar de comparecer às sessões ordinárias do mês não será devida a parte variável do subsídio a elas correspondentes, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.

§ 2.º — Considera-se ausente, para os efeitos do parágrafo anterior, o Se-

nador que, nas votações, deixar de responder à chamada (Const., art. 33, § 3.º).

**Art. 14** — A ajuda de custo só será percebida pelo Senador após a posse, sendo devida por sessão legislativa, e paga por metade, respectivamente, no princípio e no fim.

**Parágrafo único** — A segunda parte da ajuda de custo só é devida ao Senador que houver comparecido a dois terços da sessão legislativa ordinária ou extraordinária (Const., art. 33, § 2.º).

**Art. 15** — O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, o subsídio e a ajuda de custo a que tiver direito o Senador em exercício, observado, quanto a esta, no que couber, o disposto no artigo anterior.

## CAPÍTULO V

### Do Uso da Palavra

**Art. 16** — O Senador poderá fazer uso da palavra:

**I.** em qualquer fase da sessão, se Líder, pelo prazo de 20 (vinte) minutos (art. 66);

**II.** em seguida à leitura do Expediente (art. 184), pelo prazo de 30 (trinta) minutos, para as considerações que entender;

**III.** na discussão de qualquer proposição (art. 305):

a) preliminar, primeira, segunda e única;

1) uma só vez, em cada discussão, pelo prazo de meia hora;

2) duas vezes, em cada discussão, pelo prazo total de 1 (uma) hora, se autor ou relator da matéria;

b) na discussão suplementar (art. 317, § 2.º), uma só vez, pelo prazo de 15 (quinze) minutos;

c) na discussão de redação final, uma só vez, pelo prazo de 5 (cinco) minutos;

**IV.** no encaminhamento de votação (arts. 346 e 348), uma só vez, por 10 (dez) minutos;

**V.** em explicação pessoal, uma só vez, por 10 (dez) minutos;

a) em qualquer fase da sessão, para esclarecimento de fato em

que haja sido nominalmente citado na ocasião, em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores durante a Ordem do Dia;

b) na prorrogação da Hora do Expediente, de acordo com o previsto no art. 184, §§ 2.º, 3.º e 7.º;

**VI.** para comunicação inadiável, manifestação de aplauso ou semelhante, homenagem de pesar, justificar proposição, uma só vez, por 10 (dez) minutos, na prorrogação da Hora do Expediente (art. 184, §§ 2.º, 3.º e 7.º);

**VII.** para declaração de voto, por 5 (cinco) minutos (art. 354);

**VIII.** em qualquer fase da sessão, por 5 (cinco) minutos:

a) para uma observação, em que se compreenderá indagação sobre andamento dos trabalhos, reclamação quanto à observância do Regimento, indicação de falha ou equívoco em relação a matéria da Ordem do Dia;

b) pela ordem, para suscitar questão de ordem, nos termos do art. 447;

**IX.** após a Ordem do Dia, pelo prazo de 1 (uma) hora, para as considerações que entender (art. 200);

**X.** para apartear, pelo prazo de 2 (dois) minutos, obedecidas as seguintes normas:

a) o aparte dependerá de permissão do orador, subordinando-se, em tudo que lhe for aplicável, às disposições referentes aos debates;

b) não serão permitidos apartes ao Presidente, a parecer oral, justificação de proposição, encaminhamento de votação, declaração de voto, explicação pessoal e questão de ordem;

c) o aparte não poderá ser paralelo a discurso;

d) a recusa de permissão para apartear será sempre compreendida em caráter geral, ainda que proferida em relação a um só Senador;

e) se o orador recusar permissão para o aparte, este não será publicado;

f) ao apartear, o Senador conservar-se-á sentado e falará ao microfone;

**XI.** para interpelar Ministro de Estado, por 10 (dez) minutos (art. 422, j);

**XII.** para justificar emenda ou grupo de emendas, por 10 (dez) minutos.

**Parágrafo único** — Nas hipóteses previstas nos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII não será permitido, ao orador, tratar de assunto estranho à matéria em apreciação ou à finalidade do dispositivo em que se basear a sua concessão.

**Art. 17** — Os prazos previstos no artigo anterior são improrrogáveis, não sendo lícito ao Senador utilizar-se do tempo destinado a outro, em acréscimo ao de que disponha.

**Art. 18** — A palavra será dada na ordem em que for pedida, salvo inscrição.

**Art. 19** — Haverá, sobre a mesa, livro especial no qual se inscreverão os Senadores que quiserem usar da palavra, na Hora do Expediente ou após a Ordem do Dia, devendo ser rigorosamente observada a ordem de inscrição.

§ 1.º — O Senador inscrito só poderá usar da palavra mais de 2 (duas) vezes por semana se não houver outro orador que pretenda ocupar a tribuna.

§ 2.º — A inscrição será para cada sessão, podendo ser aceita com antecedência não superior a duas sessões ordinárias.

**Art. 20** — O Senador, no uso da palavra, poderá ser interrompido:

**I.** pelo Presidente:

a) para leitura e votação de requerimento de urgência no caso do art. 374, a, e deliberação sobre a matéria correspondente;

b) para votação não realizada no momento oportuno por falta de número (art. 342, § 2.º);

c) para comunicação importante;

d) para recepção de visitante (art. 223);

e) para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

f) para suspender a sessão, em caso de tumulto no recinto ou ocorrência grave no edifício do Senado;

g) para adverti-lo quanto à observância do Regimento;

h) para prestar esclarecimentos de interesse à boa ordem dos trabalhos;

II. por outro Senador:

a) com o seu consentimento, para apartear-lo ou suscitar questão de ordem;

b) independentemente de seu consentimento, para formular à Presidência reclamação quanto à observância do Regimento.

§ 1.º — Se o orador recusar permissão para que outro Senador o interrompa a fim de suscitar questão de ordem, caberá ao solicitante recurso para o Plenário que decidirá, imediatamente, em votação simbólica, sem encaminhamento, ficando, por falta de número, prejudicado o recurso.

§ 2.º — O tempo de interrupção será descontado em favor do orador nos casos previstos no inciso I, na letra b do inciso II e no parágrafo anterior.

Art. 21 — Ao Senador é vedado:

a) fazer pronúncias que envolvam ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem pública ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes de qualquer natureza (Const., art. 30, parágrafo único, c);

b) usar de expressões descorteses ou insultuosas.

§ 1.º — Igual proibição vigorará para documento cuja leitura o Senador faça da tribuna ou que incorpore a qualquer manifestação de seu pensamento.

§ 2.º — A Mesa providenciará a fim de que não constem do Diário do Congresso Nacional e dos Anais as ex-

pressões consideradas anti-regimentais.

Art. 22 — Nenhum Senador poderá falar contra o vencido, salvo em declaração de voto ou em explicação pessoal.

Art. 23 — Não será lícito ler da tribuna ou incluir em discurso, aparte, declaração de voto ou qualquer outra manifestação pública, documento de natureza sigilosa.

Art. 24 — O Senador, ao fazer uso da palavra, manter-se-á de pé, salvo licença do Senado para se conservar sentado, por motivo de saúde, e se dirigirá ao Presidente ou a este e aos Senadores, não lhe sendo lícito permanecer de costas para a Mesa.

## CAPÍTULO VI

### Das Medidas Disciplinares

Art. 25 — Em caso de infração do art. 21, b, proceder-se-á da seguinte maneira:

I. o Presidente advertirá o Senador, usando da fórmula — “Atenção!”;

II. se essa observação não for suficiente, o Presidente dirá: “Senador F ..... , atenção!”;

III. não bastando o aviso nominal, o Presidente retirar-lhe-á a palavra;

IV. insistindo o Senador em desatender às advertências, o Presidente convidá-lo-á a deixar o recinto, o que deverá ser feito imediatamente;

V. em caso de recusa, o Presidente suspenderá a sessão que não será reaberta até que seja obedecida sua determinação.

Art. 26 — Constituirá desacato ao Senado:

I. reincidir na desobediência à medida disciplinar prevista no inciso IV do artigo anterior;

II. agressão, por atos ou palavras, praticada por Senador contra a Mesa ou contra outro Senador, nas dependências da Casa.

Art. 27 — Em caso de desacato ao Senado, proceder-se-á de acordo com as seguintes normas:

I. o 2.º Secretário, por determinação da Presidência, lavrará relatório pormenorizado do ocorrido;

II. cópias autenticadas do relatório serão encaminhadas aos demais membros da Mesa e aos Líderes que, em reunião convocada pelo Presidente, deliberação:

a) pelo arquivamento do relatório;

b) pela constituição de Comissão Especial para, sobre o fato, se manifestar;

III. na hipótese prevista na alínea b do inciso anterior, a Comissão, de posse do relatório, reunir-se-á, no prazo de 2 (duas) horas, a partir de sua constituição, a fim de eleger o Presidente que designará Relator para a matéria;

IV. a Comissão poderá ouvir as pessoas envolvidas no caso e as testemunhas que entender;

V. a Comissão terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para emitir parecer, que será conclusivo, podendo propor uma das seguintes medidas:

a) censura pública ao Senador;

b) instauração de processo de perda de mandato (Const., art. 35, II);

VI. aprovado pela Comissão, o parecer será encaminhado à Mesa para o procedimento cabível ao caso.

Art. 28 — Se algum Senador praticar, dentro do edifício do Senado, ato passível de repressão, a Mesa dêle conhecerá e abrirá inquérito, submetendo-se o caso ao Plenário, que deliberará em sessão secreta no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

## CAPÍTULO VII

### Das Homenagens Devidas em Caso de Falecimento

Art. 29 — Falecendo algum Senador em período de funcionamento do Senado, o Presidente comunicará o fa-

to à Casa e proporá seja a sessão do dia dedicada a reverenciar a memória do extinto, deliberando o Plenário com qualquer número.

**Art. 30** — O Senado far-se-á representar, nas cerimônias fúnebres que se realizarem pelo falecimento de qualquer dos seus membros, por uma Comissão constituída, no mínimo, de três Senadores, designados pelo Presidente, de ofício ou mediante deliberação do Plenário, sem embargo de outras homenagens aprovadas.

**Parágrafo único** — Na hipótese de ser a Comissão designada de ofício, o fato será, pelo Presidente, comunicado ao Plenário.

**Art. 31** — O Senado não tomará iniciativa de cerimônia de caráter religioso em caso de falecimento de qualquer de seus membros.

## CAPÍTULO VIII

### Das Vagas

**Art. 32** — As vagas, no Senado, verificar-se-ão em virtude de:

- a) falecimento;
- b) renúncia;
- c) perda de mandato.

**Art. 33** — A renúncia da senatória ou da suplência deve ser dirigida por escrito à Mesa, com firma reconhecida, e independe de aprovação do Senado, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no Expediente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

**Parágrafo único** — É lícito ao Senador, ou ao Suplente em exercício, fazer em Plenário, oralmente, a renúncia ao mandato, a qual se tornará efetiva e irretratável depois da sua publicação no Diário do Congresso Nacional.

**Art. 34** — Considera-se haver renunciado:

- I. o Senador que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que fôr empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;
- II. o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em

exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

**Art. 35** — A vacância, nos casos de renúncia, será declarada em sessão, pelo Presidente.

**Parágrafo único** — Nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à publicação da declaração de vacância, qualquer Senador dela poderá interpor recurso para o Plenário que deliberará ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

**Art. 36** — Perde o mandato (Const., art. 35) o Senador:

I. que infringir qualquer das proibições constantes do art. 34 da Constituição;

II. cujo procedimento fôr declarado incompatível com o decôro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III. que deixar de comparecer à terça parte das sessões ordinárias do Senado, em cada sessão legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V. que, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o Partido sob cuja legenda foi eleito (Const., art. 152, parágrafo único).

**§ 1.º** — Nos casos dos incisos I e II, a perda do mandato poderá ser provocada por iniciativa de qualquer Senador, da Mesa ou de Partido político, mediante representação documentada, e dependerá do voto da Casa, em escrutínio secreto.

**§ 2.º** — No caso do inciso III, a representação poderá ser de iniciativa de qualquer Senador, de Partido político ou do Suplente do Senador em causa e será declarada pela Mesa, assegurada ao representado ampla defesa, e podendo a decisão ser objeto de apreciação judicial.

**§ 3.º** — No caso do inciso IV, a perda é automática e declarada pela Mesa.

**§ 4.º** — No caso do inciso V, decretada pela Justiça Eleitoral, a perda do mandato será declarada pela Mesa.

**§ 5.º** — A representação será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça que proferirá seu parecer em quinze dias, concluindo:

- a) nos casos dos incisos I e II, pela aceitação da representação para melhor exame ou pelo seu arquivamento;
- b) no caso do inciso III, pela procedência, ou não, da representação.

**§ 6.º** — O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez lido no Expediente, publicado no Diário do Congresso Nacional e em avulsos, será:

- a) nos casos dos incisos I e II, incluído em Ordem do Dia após o interstício regimental;
- b) nos casos do inciso III, encaminhado à Mesa para decisão.

**Art. 37** — Admitida a representação pelo voto do Plenário, o Presidente designará Comissão composta de 9 (nove) membros para instrução da matéria.

**§ 1.º** — Recebida e processada, será fornecida cópia da representação ao acusado que terá o prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por mais 15 (quinze), para apresentar, à Comissão, sua defesa escrita.

**§ 2.º** — Apresentada ou não a defesa, a Comissão, após proceder às diligências que entender necessárias, emitirá parecer, concluindo por projeto de resolução, no sentido da perda do mandato ou do arquivamento definitivo do processo.

**§ 3.º** — Para falar sobre o parecer, será concedida vista do processo ao acusado pelo prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 38** — O acusado poderá assistir, pessoalmente ou por procurador, a todos os atos e diligências, e requerer o que julgar conveniente aos interesses da defesa.

**Art. 39** — O projeto de resolução, depois de lido no Expediente, publicado no Diário do Congresso Nacional e distribuído em avulsos, será incluído em Ordem do Dia, sendo votado em escrutínio secreto.

## CAPÍTULO IX

## Da Suspensão das Imunidades

**Art. 40** — As imunidades de Senador poderão ser suspensas durante o estado de sítio, por voto secreto do Senado.

**Art. 41** — Serão observadas, na decretação da suspensão das imunidades, as disposições do Capítulo anterior no que forem aplicáveis.

## CAPÍTULO X

## Da Ausência e da Licença

**Art. 42** — Considera-se ausente o Senador cujo nome não conste das listas de comparecimento.

**Parágrafo único** — Não se computará como falta a ausência do Senador a serviço do Senado:

- a) no desempenho de representação externa, em Comissão Especial ou integrando Delegação do Senado à Conferência Interparlamentar;
- b) quando membro da Mesa, no desempenho de missão administrativa junto ao Quadro Anexo.

**Art. 43** — O Senador deverá comunicar ao Presidente sempre que:

- a) se ausentar do País;
- b) assumir o exercício das funções de Ministro de Estado (Const., art. 36, caput).

**Parágrafo único** — Ao comunicar o seu afastamento, no caso da alínea a, o Senador deverá mencionar o respectivo prazo.

**Art. 44** — Dependerá de autorização do Senado o desempenho, pelo Senador, de missão temporária de caráter diplomático ou cultural (Constituição, art. 36, § 2.º).

§ 1.º — A autorização poderá ser:

- a) solicitada pelo interessado;
- b) proposta:
  - 1) pela Presidência, quando de sua autoria a indicação;
  - 2) pela Comissão de Relações Exteriores;
  - 3) pelo Líder do Partido a que pertença o interessado.

§ 2.º — Na solicitação ou na proposta deverá ser mencionado o prazo de afastamento do Senador.

§ 3.º — A solicitação ou proposta será lida no Expediente e votada em seguida à Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 4.º — Nos casos da alínea a e item 3 da alínea b do § 1.º, será ouvida a Comissão de Relações Exteriores, sendo o parecer proferido, por escrito ou oralmente, de acordo com o disposto no art. 384, I.

**Art. 45** — Nos casos do artigo anterior, se não for possível, por falta de número, realizar-se a votação em duas sessões ordinárias consecutivas, ou se o Senado estiver em recesso, o pedido será despachado pelo Presidente, retroagindo os efeitos da licença à data do requerimento.

**Art. 46** — O Senador afastado do exercício do mandato não poderá:

- a) ser incumbido de representação da Casa ou de grupo parlamentar;
- b) exercer missão prevista no art. 36, § 2.º, da Constituição, sem autorização do Senado.

**Art. 47** — Para os efeitos do disposto no inciso III do art. 35 da Constituição, o Senador poderá:

- I. quando, por motivo de doença, se encontre impossibilitado de comparecer às sessões do Senado, requerer licença, instruída com laudo de inspeção de saúde suscitado por 3 (três) médicos;
- II. solicitar licença para tratar de interesses particulares.

§ 1.º — O quorum para votação do requerimento previsto no inciso I é de 11 (onze) Senadores.

§ 2.º — Apresentado o requerimento e não havendo quorum para deliberação durante duas sessões ordinárias consecutivas, será despachado pelo Presidente ad referendum do Plenário.

§ 3.º — É lícito ao Senador desistir a qualquer tempo de licença que lhe tenha sido concedida.

**Art. 48** — Considera-se como licença concedida, para os efeitos do art.

35, inciso III, da Constituição, o não comparecimento às sessões, do Senador privado, temporariamente, da liberdade em virtude de processo criminal em curso.

## CAPÍTULO XI

## Da Convocação de Suplente

**Art. 49** — Dar-se-á a convocação de Suplente nos casos de vaga (art. 32) ou afastamento do exercício do mandato para o desempenho das funções de Ministro de Estado.

## TÍTULO III

## Da Mesa

## CAPÍTULO I

## Da Composição

**Art. 50** — A Mesa se compõe de Presidente, dois Vice-Presidentes e quatro Secretários.

§ 1.º — Os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração ordinal e, nesta ordem, substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

§ 2.º — Os Secretários serão substituídos, em seus impedimentos, por Suplentes em número de 4 (quatro).

§ 3.º — O Presidente convidará quaisquer Senadores para substituírem, em sessão, os Secretários, na ausência dos Suplentes.

§ 4.º — Não se achando presentes o Presidente e seus substitutos legais, inclusive os Suplentes, assumirá a Presidência o Senador mais idoso.

**Art. 51** — Aceitar a função de Ministro de Estado importa em renúncia ao cargo que o Senador exerça na Mesa.

## CAPÍTULO II

## Das Atribuições

**Art. 52** — Ao Presidente compete:

- 1) exercer as atribuições previstas nos artigos 29, § 1.º, a, 59, §§ 3.º, 5.º e 6.º, e 78 da Constituição;
- 2) velar pelo respeito às prerrogativas do Senado e às imunidades dos Senadores;

- 3) convocar e presidir às sessões do Senado e às sessões conjuntas do Congresso Nacional;
  - 4) propor a transformação de sessão pública em secreta;
  - 5) propor a prorrogação da sessão;
  - 6) designar a Ordem do Dia das sessões e retirar matéria da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso e para sanar falhas da instrução;
  - 7) fazer ao Plenário, em qualquer momento, comunicação de interesse do Senado e do País;
  - 8) fazer observar, na sessão, a Constituição, as leis e este Regimento;
  - 9) assinar as Atas das sessões secretas, uma vez aprovadas;
  - 10) determinar o destino do expediente lido, de ofício ou em cumprimento de resolução, e distribuir as matérias às comissões;
  - 11) impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição ou a este Regimento, ressalvado ao autor recurso para o Plenário que decidirá após audiência da Comissão de Constituição e Justiça;
  - 12) declarar prejudicada qualquer proposição que assim deva ser considerada, na conformidade regimental;
  - 13) decidir as questões de ordem;
  - 14) orientar as discussões e fixar os pontos sobre que devam versar, podendo, quando conveniente, dividir as proposições para fins de votação;
  - 15) dar posse aos Senadores;
  - 16) convocar o Suplente de Senador;
  - 17) comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral a vaga de Senador, quando não haja Suplente a convocar e faltarem mais de 15 meses para o término do mandato;
  - 18) designar Senador para participar de Conferência ou Congresso Internacional, como Observador Parlamentar, ou desempenhar qualquer outra missão do Senado;
  - 19) propor ao Plenário a indicação de Senador para desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural (art. 44, § 1.º, b, 1);
  - 20) designar oradores para as sessões especiais do Senado e sessões solenes do Congresso Nacional;
  - 21) nomear as Comissões, Especiais e designar os substitutos dos membros das comissões em geral;
  - 22) convidar o Relator ou o Presidente de Comissão a explicar as conclusões de parecer, por ela proferido, quando necessário, para esclarecimento dos trabalhos;
  - 23) desempenhar as votações, quando ostensivas;
  - 24) proclamar o resultado das votações;
  - 25) despachar, de acordo com o disposto no art. 45 e no § 2.º do art. 47, requerimento de licença de Senador;
  - 26) despachar os requerimentos constantes do art. 238 e inciso I do art. 239;
  - 27) fazer reiterar pedidos de informações;
  - 28) assinar os autógrafos dos projetos e emendas a serem remetidos à Câmara dos Deputados, bem como dos projetos destinados à sanção;
  - 29) promulgar as Resoluções do Senado e os Decretos Legislativos;
  - 30) assinar a correspondência dirigida pelo Senado às seguintes autoridades:  
Presidente da República;  
Vice-Presidente da República;  
Presidente da Câmara dos Deputados;  
Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores do País, entre estes incluído o Tribunal de Contas da União;
- Chefes de Governos estrangeiros e seus representantes no Brasil;**
- Presidentes das Casas de Parlamento do estrangeiro;**
- Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios Federais;**
- Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados;**
- Autoridades Judiciárias, em resposta a pedidos de informações sobre assuntos pertinentes ao Senado, no curso de feitos judiciais;**
- 31) autorizar a divulgação das sessões nos termos do disposto no art. 210;
  - 32) promover a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos do Senado, impedindo a de expressões vedadas por este Regimento, inclusive quando constantes de documento lido pelo orador;
  - 33) avocar a representação em atos públicos de especial relevância, quando não seja possível designar Comissão do Senado para esse fim;
  - 34) resolver, ouvido o Plenário, qualquer caso não previsto neste Regimento;
  - 35) presidir as reuniões da Comissão Diretora, podendo discutir e votar;
  - 36) ordenar as despesas de administração do Senado nos limites das autorizações da Comissão Diretora ou da própria Casa;
  - 37) nomear o Secretário-Geral da Presidência e o Diretor-Geral da Secretaria do Senado;
  - 38) autorizado pela Comissão Diretora, nomear, exonerar, readmitir, transferir, readaptar, aposentar, promover e conceder licença aos funcionários, de acordo com o estabelecido no Regulamento da Secretaria do Senado;

39) assinar títulos de nomeação dos funcionários da Secretaria do Senado;

40) requisitar dos serviços da Casa os funcionários que julgar necessários para os trabalhos do seu gabinete;

41) designar e dispensar o pessoal do seu gabinete.

**Art. 53** — O Presidente só se dirigirá ao Plenário da cadeira presidencial, não lhe sendo lícito dialogar com os Senadores nem os apartear, podendo, entretanto, interrompê-los nos casos previstos no inciso I do art. 20.

**Parágrafo único** — O Presidente deixará a cadeira presidencial sempre que, como Senador, quiser participar, ativamente, dos trabalhos da sessão.

**Art. 54** — O Presidente terá apenas voto de desempate nas votações ostensivas, contando-se, porém, a sua presença para efeito de quorum e podendo, em escrutínio secreto, votar como qualquer Senador.

**Art. 55** — Ao 1.º Vice-Presidente compete:

- a) substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- b) exercer as atribuições estabelecidas no § 5.º do art. 59 da Constituição, quando não as tenha exercido o Presidente dentro de 48 horas;
- c) designar e dispensar o pessoal do seu gabinete.

**Art. 56** — Ao 2.º Vice-Presidente compete:

- a) substituir o 1.º Vice-Presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- b) designar e dispensar o pessoal do seu gabinete.

**Art. 57** — Ao 1.º Secretário compete:

- a) ler em Plenário, na íntegra ou em resumo, a correspondência oficial recebida pelo Senado, os pareceres das Comissões, as proposições apresentadas, quando os seus autores não as tiverem

lido, e quaisquer outros documentos que devam constar do Expediente da sessão;

b) despachar a matéria do Expediente que lhe for distribuída pelo Presidente;

c) assinar a correspondência do Senado, salvo nas hipóteses do art. 52, item 30;

d) receber a correspondência dirigida ao Senado e tomar as providências dela decorrentes;

e) assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões secretas;

f) promover a guarda das proposições em curso;

g) determinar a entrega, aos Senadores, dos avulsos impressos relativos à matéria da Ordem do Dia;

h) encaminhar os papéis distribuídos às Comissões;

i) superintender os trabalhos da Secretaria e fiscalizar-lhes as despesas;

j) designar e dispensar:

1 — o pessoal do seu gabinete;

2 — o pessoal dos gabinetes dos Secretários, dos Líderes, dos Presidentes de Comissão e dos demais Senadores, mediante proposta dos respectivos titulares;

k) expedir as carteiras de identidade dos Senadores (art. 11).

**Art. 58** — Ao 2.º Secretário compete:

a) lavrar as Atas das sessões secretas, proceder-lhes à leitura e assiná-las depois do 1.º Secretário;

b) propor ao 1.º Secretário a designação e a dispensa do pessoal do seu gabinete.

**Art. 59** — Ao 3.º e ao 4.º Secretários compete:

a) fazer a chamada dos Senadores nos casos determinados neste Regimento;

b) contar os votos em verificação de votação;

c) auxiliar o Presidente na apuração das eleições, anotando os nomes dos votados e organizando as listas respectivas;

d) propor ao 1.º Secretário a designação e a dispensa do pessoal do seu gabinete.

**Art. 60** — Os Secretários, ao lerem qualquer documento, conservar-se-ão de pé e permanecerão sentados ao procederem à chamada dos Senadores.

**Art. 61** — Os Secretários não poderão usar da palavra, ao integrarem a Mesa, senão para a chamada dos Senadores ou para leitura de documentos, ordenada pelo Presidente.

### CAPÍTULO III

#### Da Eleição

**Art. 62** — Os membros da Mesa serão eleitos para o período de duas sessões legislativas, vedada a reeleição.

§ 1.º — No caso de vaga definitiva, o preenchimento far-se-á, dentro de cinco dias, pela forma estabelecida no art. 63, salvo se faltarem menos de 120 dias para o término do mandato da Mesa.

§ 2.º — Enquanto não eleito o novo Presidente, os trabalhos do Senado serão dirigidos pela Mesa do período anterior.

**Art. 63** — A eleição dos membros da Mesa far-se-á em escrutínio secreto e maioria de votos, presente a maioria da composição do Senado e assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos.

§ 1.º — A eleição será feita, em cinco escrutínios, na seguinte ordem:

- I. para o Presidente;
- II. para os Vice-Presidentes;
- III. para os 1.º e 2.º Secretários;
- IV. para os 3.º e 4.º Secretários;
- V. para os Suplentes de Secretário.

§ 2.º — A eleição para os cargos constantes dos incisos II, III, IV e V do parágrafo anterior far-se-á com cédulas uninominais, contendo a indicação do cargo a preencher, e colocadas as referentes a cada escrutínio na mesma sobrecarta. Na apuração, o



Presidente fará, preliminarmente, a separação das cédulas referentes ao mesmo cargo, lendo-as, em seguida, uma a uma, e passando-as ao 2.º Secretário que anotará o resultado.

#### TÍTULO IV

##### Dos Líderes

Art. 64 — A Maioria, a Minoria, e as Representações Partidárias terão Líderes e Vice-Líderes.

§ 1.º — A indicação dos Líderes será feita em documento subscrito pela maioria dos membros das Bancadas Partidárias e encaminhada, à Mesa, nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem à instalação da sessão legislativa ordinária.

§ 2.º — Os Vice-Líderes serão indicados, à Mesa, pelos respectivos Líderes no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da indicação destes.

Art. 65 — É da competência do Líder de Partido, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas Comissões.

Parágrafo único — Ausente ou impedido o Líder, as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 66 — Aos Líderes é lícito usar da palavra em qualquer fase da sessão, mesmo em curso de votação, pelo prazo de vinte minutos, para declaração de natureza inadiável.

Parágrafo único — O uso da palavra, na hipótese prevista neste artigo, pode ser delegado, uma vez por semana, a qualquer dos liderados, mediante comunicação à Mesa.

Art. 67 — O disposto no artigo anterior não se aplicará durante o tempo correspondente à Ordem do Dia em que figure proposição em regime de urgência, salvo para manifestação sobre matéria dela constante.

#### TÍTULO V

##### Da Representação Externa

Art. 68 — A representação externa do Senado dependerá de deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou Comissão, obedecido o disposto no § 1.º do art. 76.

§ 1.º — O requerimento será lido no Expediente e figurará na Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte.

§ 2.º — O requerimento deverá ser submetido:

- a) à Comissão de Constituição e Justiça, quando a representação envolver manifestação de natureza política ou doutrinária;
- b) à Comissão de Educação e Cultura, quando se tratar de ato ou solenidade de natureza educativa;
- c) à Comissão de Relações Exteriores, quando se tratar de ato ou solenidade de natureza internacional ou com possíveis implicações na política externa do País.

§ 3.º — O parecer de que trata o parágrafo anterior poderá ser proferido oralmente em Plenário.

Art. 69 — A representação externa do Senado far-se-á por Comissão Especial ou por um Senador.

Art. 70 — É lícito ao Presidente *avocar* a representação do Senado quando se trate de ato de excepcional relevo, e não seja possível deliberar o Plenário na forma prevista nos artigos anteriores.

Art. 71 — Na impossibilidade de prévia deliberação do Plenário, é lícito ao Presidente deferir requerimento de representação externa, de iniciativa de Líder ou da Comissão de Relações Exteriores, quando for o caso, para:

- 1) desembarque ou partida de personalidade de destaque no cenário político nacional ou internacional;
- 2) solenidade de relevante expressão nacional ou internacional;
- 3) funeral ou cerimônia fúnebre em que, regimentalmente, caiba essa representação.

Parágrafo único — O Presidente dará conhecimento, ao Senado, da providência adotada, na primeira sessão que se realizar.

#### TÍTULO VI

##### Das Comissões

##### CAPÍTULO I

##### Espécies, Modo de Constituição e Duração

Art. 72 — O Senado terá Comissões Permanentes e Especiais.

Art. 73 — As Comissões Permanentes são as seguintes:

- 1) Diretora (CD);
- 2) de Agricultura (CA);
- 3) de Assuntos Regionais (CAR);
- 4) de Constituição e Justiça (CCJ);
- 5) do Distrito Federal (DF);
- 6) de Economia (CE);
- 7) de Educação e Cultura (CEC);
- 8) de Finanças (CF);
- 9) de Legislação Social (CLS);
- 10) de Minas e Energia (CME);
- 11) de Redação (CR);
- 12) de Relações Exteriores (CRE);
- 13) de Saúde (CS);
- 14) de Segurança Nacional (CSN);
- 15) de Serviço Público Civil (CSPC);
- 16) de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (CT).

Art. 74 — As Comissões Permanentes têm por finalidade estudar os assuntos submetidos a seu exame, sobre eles manifestando-se na forma prevista neste Regimento, assim como exercer, no âmbito das respectivas competências, a fiscalização dos atos do Poder Executivo e da administração descentralizada prevista no art. 45 da Constituição.

§ 1.º — Mediante delegação tácita do Plenário, compete ainda às Comissões Permanentes realizar estudos e levantamentos sobre os problemas de interesse nacional compreendidos no âmbito de suas atribuições, acompanhando a execução dos planos e programas administrativos adotados pelo Poder Executivo em todo o território nacional.

§ 2.º — Para o desempenho das atividades previstas no parágrafo ante-

rior, as Comissões Permanentes poderão constituir Subcomissões mediante proposta de qualquer de seus integrantes.

§ 3.º — As Subcomissões a que se refere o parágrafo anterior poderão ser constituídas em caráter permanente, hipótese em que subsistirão durante toda a legislatura.

§ 4.º — No funcionamento das Subcomissões aplicar-se-ão, no que couber, as disposições deste Regimento relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes.

§ 5.º — Os estudos e levantamentos realizados pelas Comissões e Subcomissões concluirão por um relatório sumário que será submetido à apreciação do Plenário da Comissão para o exame das providências e sugestões cabíveis.

§ 6.º — Observadas as normas regimentais no que se refere aos assuntos cujo sigilo deva ser resguardado, os relatórios das Subcomissões serão publicados no *Diário do Congresso Nacional* e em avulsos, por determinação da Comissão Diretora, mediante requerimento do Presidente da Comissão.

§ 7.º — Para o desempenho de suas atribuições, as Subcomissões contarão com a assistência e a colaboração dos serviços técnicos do Senado.

**Art. 75** — As Comissões Especiais serão:

- a) Internas — destinadas ao estudo de qualquer assunto compreendido na competência do Senado;
- b) Externas — destinadas a representar o Senado em congressos, solenidades ou outros atos públicos;
- c) Mistas — destinadas ao estudo de matéria em curso no Congresso Nacional, ou a preparo de proposição que a ele deva ser submetida, na forma do disposto no Regimento Comum.

**Art. 76** — As Comissões Especiais serão criadas por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou Comissão, ressalvado o disposto nos arts. 30, 71 e 171.

§ 1.º — O requerimento deverá indicar o objetivo da Comissão, o núme-

ro de seus membros e o prazo dentro do qual deverá realizar seu trabalho.

§ 2.º — No caso da criação de Comissão Especial Interna ou Mista, se o requerimento for de autoria de Senador, dependerá de parecer da Comissão Permanente, que tiver competência regimental para opinar sobre a matéria, que será proferido, oralmente, em Plenário.

§ 3.º — No caso de criação de Comissão Especial Externa, proceder-se-á de acordo com as normas dos §§ 2.º e 3.º do art. 68.

§ 4.º — Independe de requerimento e de deliberação do Plenário a constituição das Comissões Especiais cuja existência se torne necessária em virtude de disposição do Regimento Comum ou deste Regimento.

**Art. 77** — As Comissões Especiais se extinguem:

- I. pela conclusão da sua tarefa;
- II. ao término do respectivo prazo;
- III. ao término da sessão legislativa ordinária.

§ 1.º — É lícito a qualquer membro da Comissão que não tenha concluído a sua tarefa, ou a Líder, requerer a prorrogação do respectivo prazo:

- a) no caso do inciso II, por tempo determinado não superior a um ano;
- b) no caso do inciso III, até o término da sessão legislativa seguinte.

§ 2.º — Quando se tratar de Comissão Externa, finda a tarefa, deverá ser comunicado ao Senado o desempenho de sua missão.

§ 3.º — O prazo das Comissões Especiais Internas é contado a partir da publicação dos atos que as criarem, interrompendo-se nos períodos de recesso do Congresso Nacional.

## CAPÍTULO II

### Da Composição

**Art. 78** — A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais Comissões Perma-

nentes o seguinte número de membros:

- 1) Agricultura, 7;
- 2) Assuntos Regionais, 7;
- 3) Constituição e Justiça, 13;
- 4) Distrito Federal, 11;
- 5) Economia, 11;
- 6) Educação e Cultura, 7;
- 7) Finanças, 17;
- 8) Legislação Social, 7;
- 9) Minas e Energia, 7;
- 10) Redação, 5;
- 11) Relações Exteriores, 15;
- 12) Saúde, 7;
- 13) Segurança Nacional, 7;
- 14) Serviço Público Civil, 7;
- 15) Transportes, Comunicações e Obras Públicas, 7.

§ 1.º — O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra Comissão Permanente.

§ 2.º — A substituição dos membros da Comissão Diretora, pelos Suplentes de Secretário, obedecerá ao disposto no art. 89.

**Art. 79** — As Comissões Externas terão, no máximo, sete membros.

**Art. 80** — A participação do Senado nas Comissões Mistas obedecerá ao disposto no Regimento Comum.

**Art. 81** — Serão designados pelo Presidente, mediante indicação escrita dos Líderes Partidários, os membros das Comissões Especiais e os representantes do Senado nas Comissões Mistas.

**Art. 82** — Quando se tratar de Comissão para elaborar ou modificar o Regimento do Senado ou o Regimento Comum do Congresso Nacional, será designado para integrá-la um dos membros da Comissão Diretora, por ela indicado.

**Art. 83** — Na constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos (Constituição, art. 30, parágrafo único, a).

## CAPÍTULO III

### Da Organização

**Art. 84** — No dia imediato ao em que se completar a eleição da Mesa, reunir-se-ão os Líderes dos Partidos para fixar a participação numérica de cada Bancada nas Comissões Permanentes.

**Art. 85** — Estabelecida a representação numérica das Bancadas nas Comissões, os Líderes entregarão à Mesa, nas 48 horas subseqüentes à instalação da respectiva sessão legislativa, as indicações nominais dos titulares e suplentes.

**Parágrafo único** — Recebidas as indicações das lideranças, o Presidente fará a designação das Comissões.

**Art. 86** — A qualquer tempo, é lícito às Lideranças pedir, em documento escrito, a substituição de nomes de titulares ou suplentes das Comissões nas representações das respectivas Bancadas.

**Art. 87** — A designação dos membros das Comissões Especiais será feita:

I. para as Internas, na sessão seguinte à publicação do ato da sua criação, salvo se for considerada urgente a sua organização;

II. para as Externas, imediatamente após a aprovação do requerimento que der motivo à sua criação;

III. para as Mistas:

a) se de iniciativa do Senado, em seguida à publicação da aquiescência da Câmara dos Deputados à sua criação;

b) se sugeridas pela Câmara dos Deputados, na segunda sessão que se seguir à aprovação, pelo Senado, da respectiva proposta;

c) se destinadas ao estudo de matérias que devam ser apreciadas em sessão conjunta do Congresso Nacional, de acordo com o estabelecido no Regimento Comum.

## CAPÍTULO IV

### Da Suplência, das Vagas e das Substituições

**Art. 88** — As Comissões Permanentes, exceto a Diretora, as Especiais

Internas, Mistas e de Inquérito terão suplentes em número igual à metade do número dos titulares mais um, escolhidos no ato do preenchimento destes, de acordo com as normas estabelecidas no art. 85.

**Parágrafo único** — Os lugares de Suplente obedecerão à numeração ordinal.

**Art. 89** — Compete ao Suplente substituir o membro da Comissão:

a) eventualmente, nos seus impedimentos, para **quorum** nas reuniões;

b) por determinados períodos, nas hipóteses previstas nos arts. 43, 44 e 47.

**§ 1.º** — A convocação será feita pelo Presidente da Comissão, obedecida a ordem numérica do Suplente.

**§ 2.º** — Ao Suplente poderá ser distribuída proposição para relatar quando:

1) se tratar de substituição prevista na alínea b;

2) se tratar de matéria em regime de urgência;

3) o volume das matérias despachadas à Comissão assim o justifique.

**§ 3.º** — Nas hipóteses dos itens 2 e 3 do parágrafo anterior, se a representação do partido a que pertencer o Suplente estiver completa na reunião, o seu voto só será computado em relação à matéria que relatar, deixando de participar da deliberação o Suplente convocado por último ou, na inexistência desse, o último dos titulares do Partido, conforme a lista oficial da Comissão publicada no **Diário do Congresso Nacional**.

**§ 4.º** — Serão devolvidas ao Presidente da Comissão, para serem redistribuídas, as proposições em poder de titular ou Suplente que se afastar do exercício nos casos dos arts. 43, 44 e 47.

**Art. 90** — Em caso de impedimento temporário de membro de Comissão, se não houver Suplente a convocar, o Presidente desta solicitará, à Presidência da Mesa, a designação de substituto, devendo a escolha recair em Senador do mesmo Partido do substi-

tuido, salvo se os demais representantes desse Partido não puderem ou não quiserem aceitar a designação.

**§ 1.º** — Ausentes o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão, o Presidente da Mesa poderá designar, de ofício, os substitutos eventuais a fim de possibilitar o funcionamento do órgão.

**§ 2.º** — Cessará o exercício do substituto, desde que o substituído compareça à reunião da respectiva Comissão.

**Art. 91** — A renúncia a lugar em Comissão far-se-á em comunicação escrita à Mesa.

**Art. 92** — Quando estiver impossibilitado de comparecer a qualquer reunião de Comissão a que pertença, o Senador deverá comunicar o fato ao Presidente a tempo de ser tomada a providência regimental para a sua substituição.

## CAPÍTULO V

### Da Direção

**Art. 93** — Dentro de 5 (cinco) dias, a contar da sua composição, cada Comissão Permanente ou Especial, exceto a Diretora e as Mistas, reunir-se-á para instalar os trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, dentre os seus membros, um Presidente e um Vice-Presidente.

**§ 1.º** — Em caso do não cumprimento do disposto neste artigo, ficarão investidos na Presidência e Vice-Presidência os dois titulares mais idosos, até que se realize a eleição.

**§ 2.º** — Ocorrendo empate, a eleição repetir-se-á no dia seguinte; verificando-se novo empate, será considerado eleito o mais idoso.

**§ 3.º** — Quando aos trabalhos de qualquer Comissão não comparecerem o Presidente e o Vice-Presidente, caberá ao mais idoso dos titulares presidir-la.

**§ 4.º** — Em caso de vaga do Presidente ou do Vice-Presidente, far-se-á o preenchimento por meio de eleição realizada nos cinco dias que se seguirem à vacância.

**§ 5.º** — Aceitar a função de Ministro de Estado importa em renúncia

ao cargo de Presidente ou Vice-Presidente.

**Art. 94** — Ao Presidente da Comissão compete:

- a) ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão;
- b) dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;
- c) designar relatores para a matéria distribuída à Comissão;
- d) resolver as questões de ordem;
- e) ser o órgão de comunicação da Comissão com a Mesa, com as outras Comissões e com os Líderes;
- f) convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros;
- g) promover a publicação das atas das reuniões no **Diário do Congresso Nacional**;
- h) solicitar, em virtude de deliberação da Comissão, os serviços de funcionários técnicos para estudo de determinado trabalho; sem prejuízo das respectivas atividades nas repartições a que pertençam;
- i) convidar, para o mesmo fim e na forma da alínea anterior, técnicos ou especialistas particulares e representantes de entidades ou associações científicas ou de classe;
- j) desempatar as votações, quando ostensivas;
- k) assinar o expediente da Comissão.

**Parágrafo único** — Quando o Presidente funcionar como Relator, passará a Presidência ao substituto eventual enquanto discutir ou votar o assunto que relatar.

**Art. 95** — Ao encerrar-se a sessão legislativa, o Presidente da Comissão providenciará a fim de que os seus membros devolvam à Secretaria os processos que lhes tenham sido distribuídos.

## CAPÍTULO VI

### Das Atribuições

**Art. 96** — As Comissões Permanentes compete estudar e emitir parecer

sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

**Art. 97** — A COMISSÃO DIRETORA compete:

- I. exercer a administração interna do Senado, autorizando as despesas, nos limites das verbas concedidas, e tomando as providências necessárias à regularidade do trabalho legislativo;
- II. regular a polícia interna;
- III. propor, privativamente, ao Senado, em projeto de lei, a criação ou a supressão de serviços e cargos do quadro da Secretaria, bem como a fixação dos vencimentos e vantagens do seu pessoal;
- IV. autorizar o Presidente a nomear, exonerar, readmitir, transferir, readaptar, aposentar, promover e conceder licença aos funcionários, de acordo com o estabelecido no Regulamento da Secretaria;
- V. conceder aos funcionários da Secretaria autorização para prestarem serviços a outros órgãos do poder público, ou a aceitarem missões estranhas ao Senado;
- VI. emitir, obrigatoriamente, parecer sobre as proposições que digam respeito ao serviço e ao pessoal da Secretaria e as que alterem este Regimento, salvo o disposto no art. 445, § 2.º, item 2;
- VII. opinar, obrigatoriamente, no prazo de cinco dias, sobre requerimentos de publicação de documento no **Diário do Congresso Nacional** para transcrição nos Anais (§ 1.º do art. 234);
- VIII. organizar e remeter ao Poder Executivo o orçamento do Senado, a fim de ser incorporado à proposta do Orçamento Geral da União;
- IX. elaborar a redação final de projeto de reforma do Regimento Interno, exceto quando de autoria de Comissão Especial;
- X. encaminhar ao Tribunal de Contas o balanço da receita e da despesa efetuadas em cada exercício financeiro (art. 439).

**Parágrafo único** — Os esclarecimentos ao Plenário sobre atos da

competência da Comissão Diretora serão prestados, oralmente, por Relator, ou lidos pelo 1.º Secretário.

**Art. 98** — A COMISSÃO DE AGRICULTURA compete opinar sobre as proposições pertinentes aos seguintes assuntos:

- I. agricultura;
- II. pecuária;
- III. florestas;
- IV. caça;
- V. pesca;
- VI. emigração e imigração;
- VII. colonização, povoamento e diretrizes político-econômicas do crédito rural;
- VIII. incorporação dos silvícolas à comunhão nacional;
- IX. alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares (Const., art. 171, parágrafo único);
- X. legitimação da posse e preferência à aquisição de até cem hectares de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com seu trabalho e de sua família (Const., art. 171, caput);
- XI. definição e especificação dos requisitos exigidos à desapropriação de terras incluídas nos planos de reforma agrária (Const., art. 161, caput e § 2.º);
- XII. atividades e funcionamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- XIII. organização agrária;
- XIV. ensino agrário;
- XV. investimentos e financiamento agrários.

**Art. 99** — A COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS cabe opinar sobre toda matéria da competência dos organismos regionais de planejamento e execução de programas e planos de desenvolvimento.

**Art. 100** — A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA compete:

- I. emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:
- 1) criação de novos Estados e Territórios;

- 2) incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios;
- 3) estado de sítio;
- 4) polícia, inclusive marítima, aérea e de fronteiras;
- 5) anistia;
- 6) direito civil, administrativo, financeiro, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, aeronáutico, espacial, marítimo e do trabalho;
- 7) regime penitenciário;
- 8) desapropriação;
- 9) requisições civis e militares em tempo de guerra;
- 10) nacionalidade, cidadania e naturalização, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;
- 11) condições de capacidade para o exercício das profissões técnico-científicas e liberais;
- 12) uso dos símbolos nacionais;
- 13) perda de mandato de Senador (Const., art. 35);
- 14) pedido de licença para incorporação de Senador às Forças Armadas (Const., art. 32, § 3.º);
- 15) escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal (Const., artigo 118, parágrafo único), dos Tribunais Federais de Recursos (Const., art. 121), do Superior Tribunal Militar (Const., art. 128), do Tribunal Superior do Trabalho (Const., art. 141, § 1.º, a);
- 16) transferência temporária da sede do Governo Federal;
- 17) limites do Território Nacional, espaço aéreo e marítimo, e bens do domínio da União;
- 18) autorização para o Presidente e o Vice-Presidente da República se ausentarem do País (Const., art. 44, III);
- 19) organização dos Poderes da República;
- 20) Ministério Público da União (Const., art. 94);
- 21) alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares (Const., art. 171, parágrafo único);

- 22) intervenção nos Estados (Const., art. 11, § 1.º, a);
  - 23) fronteiras dos Estados;
  - 24) projetos de leis complementares à Constituição;
  - 25) projetos de alteração de códigos;
  - 26) inquilinato;
  - 27) legislação referente à Comissão Nacional de Energia Nuclear ou a outros órgãos dessa finalidade;
  - 28) organização administrativa e judiciária dos Territórios;
- II.** propor, através de projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis e decretos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Const., art. 42, VII);
- III.** opinar, obrigatoriamente, sobre a constitucionalidade e juridicidade de qualquer proposição sujeita ao exame do Senado, exceto as seguintes em que a sua audiência depende de deliberação do Plenário:
- a) das iniciadas no Senado:
    - 1) os pareceres de outras Comissões sobre escolhas referidas no art. 42, III, da Constituição;
    - 2) os requerimentos não compreendidos nos casos em que este Regimento exige o seu parecer;
    - 3) as indicações quando o respectivo assunto seja da competência específica de outra Comissão;
  - b) das iniciadas na Câmara dos Deputados:
    - 1) as já apreciadas pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa de origem, salvo se, contrário à proposição por inconstitucionalidade ou injuridicidade, o seu parecer ali não houver sido apoiado pelo Plenário;
    - 2) as de que tratam as alíneas c e d do parágrafo único do art. 108;
- IV.** opinar sobre a matéria constante do art. 178, e propor as providências que se tornarem necessárias;
- V.** opinar sobre as emendas apresentadas como de redação, nas

condições previstas no parágrafo único do art. 259;

**VI.** opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente, de ofício ou por deliberação do Plenário, ou por outra Comissão;

**VII.** opinar sobre recursos interpostos às decisões da Presidência;

**VIII.** opinar sobre os requerimentos de voto de aplauso ou semelhante, salvo quando o assunto possa interessar às relações exteriores do País;

**IX.** opinar sobre o requerimento previsto no art. 68 quando a apresentação envolver manifestação de natureza política ou doutrinária.

**Art. 101 —** A Comissão de Constituição e Justiça deverá, sempre, opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade de substitutivo apresentado por outra Comissão.

**Art. 102 —** A Comissão de Constituição e Justiça emitirá parecer sobre a constitucionalidade e juridicidade das emendas oferecidas em Plenário, antes do encaminhamento às Comissões que lhes devam apreciar o mérito, devendo, também, pronunciar-se sobre o projeto, se não o houver feito.

**Art. 103 —** A Comissão de Constituição e Justiça examinará, também, quanto à técnica legislativa e à regimentalidade, as proposições que lhe forem submetidas.

**Art. 104 —** Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça considerar inconstitucional ou injurídica qualquer proposição, deverá indicar, precisamente, se o vício é da totalidade ou apenas parcial, mencionando, nesta última hipótese, o dispositivo incriminado.

**§ 1.º —** Quando o parecer for pela inconstitucionalidade ou injuridicidade, não se admitirão:

a) votos com restrições;

b) manifestações sobre o mérito.

**§ 2.º —** Tratando-se de inconstitucionalidade ou injuridicidade parcial, a Comissão poderá oferecer emenda supressiva ou substitutiva, corrigindo o vício.

§ 3.º — Quando a Comissão se manifestar sobre emenda saneadora apresentada em Plenário, deverá declarar, com precisão, se foi escoimado o vício originário.

§ 4.º — Quando se tratar de matéria em que o exame do mérito lhe caiba privativamente, a Comissão poderá oferecer substitutivo integral ao projeto nos casos dos §§ 2.º e 3.º.

**Art. 105 — A COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL** compete, privativamente:

I. opinar sobre:

a) as proposições legislativas pertinentes ao Distrito Federal;

b) o Orçamento do Distrito Federal;

c) a escolha do Governador e dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Const., art. 42, III);

d) as contas do Governador do Distrito Federal, oferecendo o respectivo projeto de resolução;

e) os pedidos de empréstimos, operações ou acordos externos para o Distrito Federal, oferecendo o respectivo projeto de resolução;

II. relatar os vetos do Presidente da República a projetos de lei pertinentes ao Distrito Federal (Const., art. 417, I).

**Parágrafo único** — O parecer da Comissão do Distrito Federal não exclui nos casos das alíneas a, d e e do inciso I, os das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, quanto aos aspectos jurídico-constitucional e financeiro.

**Art. 106 — A COMISSÃO DE ECONOMIA** compete opinar sobre proposições pertinentes a:

I. problemas econômicos do País;

II. operações de crédito, capitalização e seguro;

III. produção e consumo;

IV. medidas;

V. indústria e comércio em geral.

**Art. 107 — A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA** compete emitir parecer sobre:

I. educação, instrução e cultura em geral;

II. instituições educativas e culturais;

III. comemorações e homenagens cívicas;

IV. censura a diversões;

V. requerimento de representação externa, quando se tratar de ato ou solenidade de natureza educativa.

**Art. 108 — A COMISSÃO DE FINANÇAS** compete opinar sobre:

I. tributos e tarifas;

II. sistema monetário, bancário e de moedas;

III. caixa econômica e estabelecimentos de capitalização;

IV. câmbio e transferência de valores para fora do País;

V. intervenção federal, quando tiver por fim reorganizar as finanças do Estado (Const., art. 10, V);

VI. pedidos de empréstimos, operações ou acordos externos quando se tratar de matéria financeira, oferecendo o respectivo projeto de resolução, ressalvado o disposto no art. 105, I, e;

VII. a qualquer matéria, mesmo privativa de outra Comissão, desde que, imediata ou remotamente, influa na despesa ou na receita pública, ou no patrimônio da União.

**Parágrafo único** — Compete, ainda, privativamente à Comissão de Finanças emitir parecer sobre:

a) tomada de contas do Presidente da República;

b) escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União (Const., art. 72, § 3.º);

c) alteração do orçamento da União;

d) créditos solicitados pelo Poder Executivo.

**Art. 109 — A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL** cumpre emitir parecer sobre as matérias referentes aos problemas sociais, organização e fiscalização do trabalho, exercício pro-

fissional, previdência social, relações entre empregadores e empregados, associações sindicais, acidentes do trabalho e Justiça do Trabalho.

**Parágrafo único** — A Comissão de Legislação Social opinará, também, sobre os pedidos de autorização para alienação de terras (Const., art. 171, parágrafo único), oferecendo o respectivo projeto de resolução.

**Art. 110 — A COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA** compete opinar sobre proposições que tratem de:

I. recursos minerais e fontes de energia;

II. produção mineral e metalúrgica, siderúrgica e energética;

III. cursos e quedas d'água;

IV. transmissão e distribuição de energia;

V. águas subterrâneas;

VI. combustíveis e comburentes;

VII. gases naturais ou industriais;

VIII. energia nuclear e suas fontes;

IX. geologia e geofísica;

X. crenologia.

**Art. 111 — A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES** compete:

I. emitir parecer sobre:

a) as proposições referentes aos atos e relações internacionais, ao Ministério das Relações Exteriores, e a nacionalidade, cidadania, naturalização, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros; emigração e imigração e turismo;

b) a indicação de nomes para chefes de missões diplomáticas de caráter permanente junto a Governos estrangeiros ou a organizações internacionais de que o Brasil faça parte;

c) os requerimentos de votos de aplauso ou semelhante, quando se refiram a acontecimentos ou atos públicos internacionais;

d) os requerimentos de que trata o art. 44, § 1.º, a e b, 3;

e) o requerimento de representação externa, quando se tratar de

ato ou solenidade de natureza internacional ou com possíveis implicações na política externa do País;

f) as questões de fronteiras e limites da República;

g) os assuntos referente à Organização das Nações Unidas e a entidades internacionais econômicas e financeiras;

h) a autorização para o Presidente ou Vice-Presidente da República se ausentarem do território nacional;

II. integrar, por um de seus membros, as Comissões enviadas pelo Senado, ao exterior, em assuntos pertinentes à política externa do País.

**Art. 112 — A COMISSÃO DE SAÚDE** cumpre manifestar-se sobre as proposições que digam respeito aos seguintes assuntos:

I. higiene;

II. saúde;

III. exercício da medicina e atividades paramédicas, suas organizações e preparo dos respectivos profissionais;

IV. imigração quanto aos aspectos dos incisos I e II;

V. organizações, tratados e acôrdos internacionais sobre saúde, medicina e profissões afins.

**Art. 113 — A COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL** compete opinar sobre as matérias de que tratam os arts. 15, § 1.º, b, e 89 da Constituição, as referentes às Forças Armadas de terra, mar e ar, requisições militares, declaração de guerra, celebração de paz, passagem de forças estrangeiras e sua permanência no território nacional, polícias militares e quaisquer outras matérias que envolvam a segurança nacional.

**Art. 114 — A COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL** compete o estudo de todas as matérias referentes aos órgãos do serviço público civil da União e seus servidores, inclusive das autarquias, sociedades de economia mista e funcionalismo civil dos Ministérios Militares.

**Art. 115 — A COMISSÃO DE REDAÇÃO** compete, salvo disposição em

contrário, elaborar a redação do vencido dos projetos de iniciativa do Senado e das emendas a projetos da Câmara dos Deputados.

§ 1.º — Quando no texto da proposição houver cláusula de justificação ou palavras desnecessárias, a Presidência a enviará à Comissão de Redação para escoimá-la do defeito.

§ 2.º — A Comissão de Redação escoimará as proposições, ainda que não emendadas, dos vícios de linguagem, das impropriedades de expressão e dos defeitos de técnica legislativa.

**Art. 116 — A COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS** compete manifestar-se a respeito do que se relacionar com as vias de comunicação e as obras públicas em geral, bem como sobre os serviços públicos concedidos a particulares.

**Art. 117 — As Comissões Especiais** compete o desempenho das atribuições que lhes forem expressamente deferidas.

**Art. 118 — O estudo de proposição por Comissão Especial, criada por deliberação do Plenário, só não exclui do exame da matéria, as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, quanto aos aspectos jurídico-constitucional e financeiro.**

**Parágrafo único — O disposto neste artigo observar-se-á, também, quanto às emendas que ao projeto forem apresentadas.**

**Art. 119 — Cada Comissão limitará o exame, os pedidos de diligência e as emendas à parte inerente à sua competência, sendo-lhe, entretanto, permitido consignar a omissão de pronunciamento verificada em matéria da competência de outra Comissão.**

§ 1.º — A uma Comissão só é lícito manifestar-se sobre emenda de outra quando contiver matéria de sua competência.

§ 2.º — Somente as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças poderão, manifestar-se, respectivamente, sobre a constitucionalidade e juridicidade de proposição, e a conveniência ou a oportunidade de despesa.

**Art. 120 — Sempre que uma Comissão julgar inconstitucional dispositivo**

de proposição sujeita ao seu exame, encaminhá-la-á, diretamente, à Comissão de Constituição e Justiça, antes de apreciar-lhe o mérito.

**Art. 121 — Quando a matéria for despachada a duas ou mais Comissões, cada uma apresentará, no prazo regimental, o seu parecer e o incorporará ao processo da proposição respectiva.**

**Parágrafo único — Quando a matéria pertencer à alçada específica de uma Comissão, poderá esta solicitar, diretamente, o parecer de outras Comissões.**

**Art. 122 — Quando a proposição depender de parecer das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, serão elas ouvidas, respectivamente, em primeiro e último lugar.**

## CAPÍTULO VII

### Das Reuniões

**Art. 123 — As Comissões reunir-se-ão:**

- 1) as Permanentes e as Especiais Internas, em salas do edifício do Senado;
- 2) as Mistas, em salas do edifício do Senado ou da Câmara, conforme for deliberado pela maioria dos seus membros.

**Art. 124 — As reuniões das Comissões Permanentes realizar-se-ão:**

- a) se ordinárias, nos dias e horas estabelecidos no início da sessão legislativa ordinária, salvo deliberação em contrário;
- b) se extraordinárias, mediante convocação especial para dia, hora e fins indicados, observando-se, no que for aplicável, o disposto neste Regimento sobre a convocação de sessões extraordinárias do Senado.

**Art. 125 — As Comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria dos seus membros.**

**Art. 126 — As deliberações na Comissão serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros.**

**Art. 127** — As Comissões é vedado fixar a pauta dos trabalhos de uma sessão legislativa para outra.

**Art. 128** — Os trabalhos das Comissões serão interrompidos para o disposto no art. 333, e os Presidentes encaminharão, à Mesa, o resultado da votação.

**Art. 129** — As reuniões serão públicas, podendo, entretanto, ser secretas quando a Comissão o decidir.

**Art. 130** — Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da Ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente.

**Art. 131** — É facultado a qualquer Senador assistir às reuniões das Comissões, discutir o assunto em debate, pelo prazo por elas prefixado, e enviar-lhes, por escrito, informações ou esclarecimentos.

**Parágrafo único** — As informações ou esclarecimentos apresentados serão impressos com os pareceres, se o autor o requerer e a Comissão o deferir.

**Art. 132** — O estudo de qualquer matéria poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

**Parágrafo único** — Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas:

- a) cada Comissão deverá estar presente pela maioria absoluta de seus membros;
- b) o estudo da matéria será em conjunto, mas a votação far-se-á separadamente, na ordem constante do despacho da Mesa;
- c) cada Comissão poderá ter o seu relator se não preferir relator único;
- d) o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que consigne a manifestação de cada uma delas, ou em separado, se essa for a orientação preferida, mencionando, em qualquer ca-

so, os votos vencidos, os em separado, os pelas conclusões e os com restrições.

**Art. 133** — As Comissões Permanentes e, quando couber, as Especiais serão secretariadas por funcionários da Secretaria do Senado, na forma do Regulamento.

**Parágrafo único** — Ao Secretário da Comissão compete, além da redação das Atas, a organização da pauta do dia e do protocolo dos trabalhos com o seu andamento.

**Art. 134** — Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão Atas datilografadas em folhas avulsas rubricadas pelo Presidente.

§ 1.º — Quando, pela importância do assunto em estudo, convier o registro taquigráfico dos debates, o Presidente solicitará ao 1.º Secretário as providências necessárias.

§ 2.º — Das Atas constarão:

- a) a hora e local da reunião;
- b) os nomes dos membros presentes e os dos ausentes com causa justificada ou sem ela;
- c) a distribuição das matérias por assuntos e relatores;
- d) as conclusões dos pareceres lidos;
- e) referências sucintas aos debates;
- f) os pedidos de vista, adiamento, diligências e outras providências, salvo quando não se considere conveniente a divulgação da matéria.

§ 3.º — As Atas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional, dentro das 48 horas que se seguirem à reunião, podendo, em casos excepcionais, a juízo do Presidente da Comissão, ser essa publicação adiada por igual prazo.

**Art. 135** — Serão secretas as reuniões para deliberar sobre:

- a) declaração de guerra ou acórdão sobre a paz;
- b) tratados ou convenções com nações estrangeiras;
- c) passagem ou permanência de forças estrangeiras no território nacional;

d) indicação de nomes para os cargos a que se refere o art. 42, III, da Constituição.

§ 1.º — Nas reuniões secretas, quando houver parecer a proferir, lido o relatório, que não será conclusivo, a Comissão deliberará em escrutínio secreto, completando-se o parecer com o resultado da votação, não sendo consignadas restrições, declarações de voto nem votos em separado.

§ 2.º — Nas reuniões secretas, servirá como Secretário um dos membros da Comissão, designado pelo Presidente.

§ 3.º — A Ata deverá ser aprovada ao fim da reunião, assinada por todos os membros presentes, encerrada em sobrecarta lacrada, datada e rubricada pelo Presidente e pelo Secretário e recolhida ao Arquivo do Senado.

**Art. 136** — Nas reuniões secretas, além dos membros da Comissão, só será admitida a presença de Senadores e das pessoas a serem ouvidas sobre a matéria em debate.

**Art. 137** — É facultado à Comissão dividir-se em turmas para maior facilidade do estudo das matérias, sendo, entretanto, o parecer proferido em seu nome.

## CAPÍTULO VIII

### Dos Prazos

**Art. 138** — O exame das Comissões sobre as proposições, excetuadas as emendas e os casos em que este Regimento determine em contrário, obedecerá aos seguintes prazos:

- a) 20 (vinte) dias para a Comissão de Constituição e Justiça;
- b) 15 (quinze) dias para as demais Comissões.

§ 1.º — Sobre as emendas, o prazo é de 15 (quinze) dias, correndo em conjunto para todas as Comissões.

§ 2.º — Se a Comissão não puder proferir o parecer no prazo, tê-lo-á prorrogado, por igual período, desde que o respectivo Presidente envie à Mesa, antes da sua expiração, comunicação escrita que será lida no Expediente e publicada no Diário do Congresso Nacional. Posterior prorro-



gação só poderá ser concedida por prazo determinado e mediante deliberação do Senado.

§ 3.º — O prazo da Comissão renova-se pela superveniência de nova legislação; no curso da mesma legislação fica interrompido pelo encerramento da sessão legislativa, continuando a correr na sessão imediata, salvo se outro fôr o relator designado.

§ 4.º — No caso do parecer da Comissão ser solicitado diretamente por outra (parágrafo único do art. 121), será sustado o prazo da Comissão consultante, começando novamente a contar-se na data da restituição do processo.

§ 5.º — O disposto nos §§ 2.º e 3.º não se aplica aos projetos sujeitos a prazos fatais de tramitação, para os quais o tempo estipulado suspende-se, apenas, durante o recesso parlamentar.

Art. 139 — Esgotado o prazo regimental em uma Comissão, se a proposição ainda depender do estudo de outra, será lícito requerer que a ela passe, cumprindo à primeira oferecer, em Plenário, o parecer quando a matéria estiver em Ordem do Dia.

**Parágrafo único** — Se uma das Comissões considerar indispensável, antes de proferir o parecer, o exame da que houver excedido o prazo, a proposta nesse sentido será submetida à deliberação do Plenário.

Art. 140 — O Relator tem, para apresentar o relatório, a metade do prazo atribuído à Comissão.

Art. 141 — O Presidente da Comissão, *ex officio* ou a requerimento de Senador, poderá mandar incluir na pauta dos trabalhos matéria que, distribuída, não tenha sido relatada no prazo regimental, devendo dar conhecimento da decisão ao Relator.

## CAPÍTULO IX

### Das Emendas Apresentadas Perante as Comissões

Art. 142 — Perante as Comissões, poderão apresentar emendas:

I. qualquer de seus membros em todos os casos;

II. qualquer Senador:

- a) aos projetos de Código;
- b) aos projetos de que trata o art. 65 da Constituição;
- c) ao projeto de lei orçamentária do Distrito Federal.

§ 1.º — Nos casos do inciso II, o prazo para apresentação de emendas contar-se-á a partir da publicação da matéria no *Diário do Congresso Nacional*, sendo de vinte dias para os projetos de código e de lei orçamentária do Distrito Federal e de cinco sessões ordinárias para os demais projetos.

§ 2.º — Nos avulsos da Ordem do Dia consignar-se-á a existência de projeto em fase de recebimento de emendas, com a indicação da Comissão que deverá recebê-las, do prazo e do número de dias transcorridos.

Art. 143 — Considera-se emenda de Comissão a proposta por qualquer de seus membros e por ela adotada.

Art. 144 — Terá o seguinte tratamento a emenda apresentada na forma do art. 142:

- 1) nos casos do inciso I, será considerada inexistente quando não adotada pela Comissão;
- 2) nos casos da alínea a do inciso II, será encaminhada à deliberação do Plenário, com parecer favorável ou contrário;
- 3) nos casos das alíneas b e c do inciso II, será final o pronunciamento, salvo se um terço dos membros do Senado ou Líderes que representem esse número solicitarem ao Presidente da Mesa a votação, em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada nas Comissões (art. 65, § 2.º, da Constituição).

Art. 145 — Quando a proposição estiver sujeita, na forma deste Regimento, a parecer em Plenário, o Relator, ao proferi-lo, poderá oferecer emenda ou subemenda.

Art. 146 — Estando encerrada a discussão, só é lícito à Comissão subemendar as emendas submetidas à sua apreciação.

Art. 147 — Em cada Comissão, a apresentação de emenda ou subemenda é limitada à matéria de sua competência.

## CAPÍTULO X

### Dos Relatores

Art. 148 — A designação de Relator independe de reunião da Comissão e deverá ser feita dentro de 48 horas a partir do recebimento do projeto na Comissão, salvo nos casos em que este Regimento estipule outro prazo.

§ 1.º — O Relator do projeto será o das emendas a este oferecidas em Plenário, salvo ausência ou recusa.

§ 2.º — Quando se tratar de emenda oferecida pelo Relator, em Plenário, o Presidente da Comissão designará outro Senador para relatá-la, sendo essa circunstância consignada no parecer.

Art. 149 — Não poderá funcionar como Relator o autor da proposição.

Art. 150 — Vencido o Relator, o Presidente da Comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação a parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo Relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer.

Art. 151 — O Presidente poderá, excepcionalmente, funcionar como Relator.

## CAPÍTULO XI

### Dos Relatórios e Pareceres

#### SEÇÃO I

### Dos Relatórios

Art. 152 — As matérias que, em cada reunião, devam ser objeto de estudo constarão de pauta previamente organizada, sendo relatadas na ordem em que nela figurarem, salvo preferência concedida para qualquer delas.

Art. 153 — O relatório deverá ser oferecido por escrito, salvo nos casos em que este Regimento admita parecer oral em Plenário.

Art. 154 — Lido o relatório, desde que a maioria dos membros presen-

tes à reunião se manifeste de acordo com o Relator, ele passará a constituir parecer.

§ 1.º — Conhecido o voto do Relator, qualquer membro da Comissão poderá pedir vista do processo pelo prazo de cinco dias, só prorrogável por deliberação da Comissão.

§ 2.º — Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida:

- a) por meia hora, nos casos do art. 374, a e b;
- b) por vinte e quatro horas, no caso do art. 374, c.

§ 3.º — Quando se tratar de proposição com prazo especial de tramitação, a vista será, no máximo, por 24 horas.

§ 4.º — Os prazos a que se referem os parágrafos anteriores correrão em conjunto se a vista for requerida por mais de um Senador.

§ 5.º — Verificando-se a hipótese prevista no art. 150, o parecer vencedor deve ser apresentado na reunião ordinária imediata, salvo deliberação em contrário.

§ 6.º — Os membros da Comissão que não concordarem com o relatório poderão:

- a) dar voto em separado;
- b) assiná-lo, uma vez constituído parecer, com restrições ou pelas conclusões, ressalvado o disposto no § 1.º do art. 104, ou declarando-se vencidos.

§ 7.º — Contam-se como favoráveis os votos pelas conclusões ou com restrições.

§ 8.º — O voto do autor da proposição não será computado, consignando-se sua presença para efeito de quorum.

§ 9.º — Em caso de empate na votação, o Presidente a desempatará.

## SEÇÃO II

### Dos Pareceres

Art. 155 — Todo parecer deve ser conclusivo em relação à matéria a que se referir, podendo a conclusão ser:

- a) pela aprovação, total ou parcial;

b) pela rejeição;

c) pelo arquivamento;

d) pelo destaque, para proposição em separado, de parte da proposição principal quando originária do Senado, ou de emenda;

e) pela apresentação de:

- 1) projeto;
- 2) requerimento;
- 3) emenda ou subemenda;
- 4) orientação a seguir em relação à matéria.

§ 1.º — Considera-se pela rejeição o parecer pelo arquivamento quando se referir à proposição legislativa.

§ 2.º — Nas hipóteses dos itens 1, 2 e 3 da alínea e, o parecer é considerado justificacão da proposição apresentada.

§ 3.º — Sendo favorável o parecer apresentado sobre indicação, ofício, memorial ou outro documento contendo sugestão ou solicitação que dependa de proposição legislativa, esta deverá ser formalizada em conclusão.

§ 4.º — Quando se tratar de parecer sobre matéria que deva ser apreciada em sessão secreta (art. 221), proceder-se-á de acordo com o disposto no § 1.º do art. 135.

§ 5.º — Quando o parecer se referir a emendas ou subemendas, deverá oferecer conclusão relativamente a cada uma.

§ 6.º — É permitido à Comissão, ao se manifestar sobre emendas, após o encerramento da discussão, em qualquer turno, exceto o suplementar, reunir em substitutivo integral a matéria da proposição principal e das emendas, com os acréscimos ou alterações que visem ao seu aperfeiçoamento.

§ 7.º — Toda vez que a Comissão concluir o seu parecer com sugestão ou proposta que envolva matéria de requerimento ou emenda, formalizará a proposição correspondente.

Art. 156 — A Comissão não emitirá parecer sobre emenda de Plenário sem que tenha sido publicada, salvo quando se tratar de matéria em regime de urgência.

Art. 157 — O parecer conterá ementa indicativa da matéria a que se refere.

Art. 158 — As Comissões poderão, em seus pareceres, propor seja o assunto apreciado pelo Senado em sessão secreta, caso em que o respectivo processo será entregue ao Presidente da Mesa com o devido sigilo.

Art. 159 — Uma vez assinados, os pareceres serão enviados à Mesa juntamente com as emendas relatadas, declarações de votos e votos em separado.

Art. 160 — Os pareceres serão lidos em Plenário, publicados no Diário do Congresso Nacional e distribuídos em avulsos, após se manifestarem todas as Comissões a que tenha sido despachada a matéria, ressalvado o disposto no art. 297.

Parágrafo único — As Comissões poderão promover, para estudo, a publicação dos seus pareceres ao pé da Ata da reunião ou em avulsos especiais.

Art. 161 — Se o parecer concluir por pedido de providências:

I. será despachado pelo Presidente da Comissão quando solicitar:

- a) audiência de outra Comissão;
- b) reunião em conjunto com outra Comissão;
- c) diligência interna de outra natureza;

II. será encaminhado à Mesa, para despacho da Presidência ou deliberação do Plenário, nos demais casos.

Parágrafo único — Se a providência pedida não depender de deliberação do Plenário, será tomada independentemente da publicação do parecer.

Art. 162 — No caso da alínea d do art. 155, a proposta será submetida ao Plenário antes do prosseguimento do estudo da matéria.

Art. 163 — Os pareceres poderão ser proferidos oralmente, em Plenário, se as Comissões não preferirem enviá-los à Mesa, por escrito:

- a) nas matérias em regime de urgência;

b) nas matérias incluídas em Ordem do Dia nos termos do artigo 196;

c) nas demais matérias em que este Regimento expressamente o permita.

**Parágrafo único** — Se, ao ser chamada a emitir parecer, nos casos do inciso I e alíneas a, b, c e d do inciso II do art. 196, a Comissão requerer diligência, sendo esta deferida, o seu pronunciamento dar-se-á, em Plenário, após o cumprimento do requerido.

**Art. 164** — Se o parecer oral concluir pela apresentação de requerimento, projeto ou emenda, o texto respectivo deverá ser remetido à Mesa, por escrito, assinado pelo Relator.

## CAPÍTULO XII

### Das Diligências e Consultas

**Art. 165** — Para elucidação de qualquer matéria sujeita ao seu estudo, poderão as Comissões:

I. propor ao Senado:

a) a convocação de Ministros de Estado nos termos do disposto nos arts. 421 e seguintes;

b) a realização de diligências;

II. solicitar o parecer ou a colaboração de qualquer órgão de outro Poder, de autarquia ou sociedade de economia mista, órgão cultural, instituição de utilidade pública e entidade particular.

§ 1.º — Durante a diligência ou a consulta, interromper-se-á o prazo da Comissão para o exame da matéria.

§ 2.º — Não cumprida a diligência, será renovado o expediente, ao fim de um mês, independentemente de deliberação do Senado ou da Comissão. Transcorrido mais um mês sem resposta, a matéria será incluída em pauta da Comissão, a fim de que decida:

a) se dispensa a diligência;

b) se deve ser caracterizado o crime de responsabilidade previsto no art. 13, item 4, da Lei n.º 1.079, de 10 de abril de 1950.

§ 3.º — Cada Comissão restringirá os pedidos de diligências às matérias de sua competência regimental.

**Art. 166** — Quando as Comissões se ocuparem de assuntos de interesse particular, procederem a inquéritos, tomarem depoimentos e informações, ou praticarem outras diligências semelhantes, poderão solicitar, das autoridades legislativas, judiciárias ou administrativas, das entidades autárquicas, sociedades de economia mista e empresas concessionárias de serviços públicos, quaisquer documentos ou informações e permitir às pessoas diretamente interessadas a defesa dos seus direitos, por escrito ou oralmente.

## CAPÍTULO XIII

### Da Apreciação dos Documentos Enviados às Comissões

**Art. 167** — Quando uma Comissão julgar que a petição, memorial, representação ou outro documento não deva ter andamento, mandá-lo-á arquivar, por proposta de qualquer de seus membros, comunicando o fato à Mesa.

§ 1.º — A comunicação será lida no Expediente, publicada no *Diário do Congresso Nacional* e encaminhada ao Arquivo com o documento que lhe deu origem.

§ 2.º — O exame do documento poderá ser reaberto se o Plenário o deliberar, a requerimento de qualquer Senador.

§ 3.º — A Comissão não poderá encaminhar à Câmara ou a outro órgão do Poder Público qualquer documento que lhe tenha sido enviado.

**Art. 168** — Quanto aos documentos de natureza sigilosa, observar-se-ão, no trabalho das Comissões, as seguintes normas:

a) não será lícito transcrevê-los, no todo ou em parte, nos pareceres e expediente de curso ostensivo;

b) se houver sido encaminhado ao Senado em virtude de requerimento formulado perante a Comissão, o seu Presidente dêle dará conhecimento ao requerente, em particular;

c) se a matéria interessar à Comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta;

d) se destinado a instruir o estado de matéria em curso no Se-

nado, será encerrado em sobre-carta, rubricada pelo Presidente da Comissão, que acompanhará o processo em toda a sua tramitação;

e) quando o parecer contiver matéria de natureza sigilosa, será objeto das cautelas descritas na alínea anterior.

## CAPÍTULO XIV

### Das Comissões de Inquérito

**Art. 169** — A Comissão de Inquérito tem por fim a apuração de fato determinado constante do ato que der origem à sua criação (Const., art. 37).

**Art. 170** — Não se admitirá Comissão de Inquérito sobre matéria pertinente:

a) à Câmara dos Deputados;

b) às atividades do Poder Judiciário;

c) aos Estados.

**Art. 171** — A criação de Comissão de Inquérito poderá ser feita:

a) por Resolução de um terço dos membros do Senado, com fundamento no art. 37 da Constituição;

b) por projeto de resolução de iniciativa de qualquer Senador ou Comissão.

§ 1.º — Na hipótese da alínea a, o ato, entregue à Mesa com o número suficiente de assinaturas, será considerado definitivo, sendo lido perante o Plenário e produzindo os seus efeitos a partir da publicação, independentemente de outra formalidade.

§ 2.º — Nos casos da alínea b, a proposição terá o tratamento dos demais projetos de resolução.

§ 3.º — No ato ou no projeto de criação, devem ser indicados, com precisão, o número dos membros da Comissão, o prazo de duração e o fato ou fatos a apurar.

**Art. 172** — Não será criada Comissão de Inquérito enquanto estiverem funcionando concomitantemente pelo menos cinco, salvo deliberação da maioria da composição do Senado (Constituição, art. 30, parágrafo único, e).

**Art. 173** — Na organização das Comissões de Inquérito observar-se-ão as normas constantes dos arts. 81 e 83.

**Art. 174** — No exercício das suas atribuições, a Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, requerer ao Plenário a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir os indiciados, requisitar de repartições públicas e autarquias informações ou documentos de qualquer natureza, respeitado o disposto na alínea f do parágrafo único do art. 30 da Constituição.

**Parágrafo único** — No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o Presidente e o Relator.

**Art. 175** — O Presidente da Comissão de Inquérito, por deliberação desta, poderá incumbir um dos seus membros ou funcionário da Secretaria do Senado da realização de qualquer sindicância ou diligência necessária aos seus trabalhos.

**Art. 176** — A Comissão de Inquérito redigirá relatório que concluirá por projeto de resolução, se o Senado for competente para deliberar a respeito, ou assinalará os fundamentos pelos quais não o apresenta.

**Art. 177** — Se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a Comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

**Art. 178** — Se for determinada a responsabilidade de alguém, por falta verificada, a matéria, antes de ser submetida ao Plenário, irá à Comissão de Constituição e Justiça que proporá, em projeto de resolução ou em emenda ao já oferecido pela Comissão de Inquérito, as providências cabíveis.

**Parágrafo único** — Nos atos processuais, aplicar-se-ão, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal.

**Art. 179** — Aplica-se às Comissões de Inquérito o disposto no art. 77, sendo que a prorrogação do prazo poderá também ser concedida por Resolução de um terço dos membros do Senado,

comunicada por escrito à Mesa, lida em Plenário e publicada no Diário do Congresso Nacional.

## TÍTULO VII

### Das Sessões

#### CAPÍTULO I

##### Da Natureza das Sessões

**Art. 180** — As sessões do Senado serão:

- I. ordinárias, as realizadas em todos os dias úteis, exceto aos sábados, às 14 horas e 30 minutos;
- II. extraordinárias, as realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as ordinárias;
- III. especiais, as realizadas para comemorações ou homenagens excepcionais.

**Parágrafo único** — A sessão ordinária não se realizará:

- a) por falta de número;
- b) por deliberação do Plenário;
- c) quando seu período de duração coincidir, embora parcialmente, com o de sessão conjunta do Congresso Nacional.

#### CAPÍTULO II

##### Da Sessão Pública

#### SEÇÃO I

##### Da Abertura e Duração

**Art. 181** — A sessão ordinária terá início às quatorze horas e trinta minutos, pelo relógio do Plenário, presentes no recinto, pelo menos, onze Senadores, e durará, no máximo, quatro horas, salvo prorrogação e ressalvado o disposto nos arts. 202 e 203.

§ 1.º — Verificada, à hora regimental, inexistência de número, o Presidente declarará que não pode haver sessão, designando a Ordem do Dia para a seguinte e o 1.º Secretário despachará o expediente, independentemente de leitura, dando-lhe publicidade no Diário do Congresso Nacional.

§ 2.º — Havendo, na Ordem do Dia, matéria relevante que o justifique, a Mesa poderá adiar, até trinta minu-

tos, a abertura da sessão, aguardando que se verifique o número regimental.

§ 3.º — Em qualquer fase dos trabalhos, estando no Plenário menos de 11 Senadores, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campanhas durante dez minutos, e, ao fim desse prazo, se permanecer a inexistência de número, a sessão será definitivamente encerrada.

§ 4.º — No cálculo do tempo da sessão descontar-se-ão as suspensões ocorridas.

## SEÇÃO II

### Da Hora do Expediente

**Art. 182** — A primeira parte da sessão, que terá a duração de uma hora, será destinada à matéria do Expediente e aos oradores inscritos na forma do disposto no art. 19.

§ 1.º — Constituem matéria do Expediente:

- a) a apresentação de projeto, indicação, parecer ou requerimento não relacionado com as proposições constantes da Ordem do Dia;
- b) as comunicações enviadas à Mesa pelos Senadores;
- c) os pedidos de licença dos Senadores;
- d) os ofícios, moções, mensagens, telegramas, cartas, memoriais e outros documentos recebidos.

§ 2.º — O Expediente será lido pelo 1.º Secretário, na íntegra ou em resumo, a juízo do Presidente, ressalvado a qualquer Senador o direito de requerer a leitura integral.

**Art. 183** — Não será lido, nem objeto de comunicação, em sessão pública, documento de caráter sigiloso, observando-se, quanto ao expediente dessa natureza, as seguintes normas:

- a) se houver sido remetido ao Senado a requerimento de Senador, ainda que em cumprimento a manifestação do Plenário, o Presidente da Mesa dêle dará conhecimento, em particular, ao requerente;
- b) se a solicitação houver sido formulada por Comissão, ao Presi-

dente desta será encaminhado em sobrecarta fechada e rubricada pelo Presidente da Mesa;

- c) se o documento se destinar a instruir o estudo de matéria em curso no Senado, transitará em sobrecarta fechada, rubricada pelo Presidente da Mesa e pelos Presidentes das Comissões que dele tomarem conhecimento, feita na capa do processo a devida anotação.

**Art. 184** — O tempo que se seguir à leitura do expediente será destinado aos oradores da Hora do Expediente, podendo cada um dos inscritos usar da palavra pelo prazo de 30 (trinta) minutos.

§ 1.º — A Hora do Expediente poderá ser prorrogada por quinze minutos, para que o orador conclua o seu discurso, caso não tenha esgotado o tempo de que disponha.

§ 2.º — Se algum Senador, antes do término da Hora do Expediente, solicitar da Mesa inscrição para manifestação de pesar, comemoração ou comunicação inadiável, explicação pessoal ou justificação de proposição a apresentar, o Presidente lhe assegurará o uso da palavra na prorrogação.

§ 3.º — Havendo mais de uma inscrição para o fim previsto no parágrafo anterior, a Mesa dividirá, igualmente, entre os inscritos, o tempo da prorrogação.

§ 4.º — Se o orador não puder concluir o seu discurso na prorrogação, poderá fazê-lo depois da Ordem do Dia com preferência sobre os demais inscritos.

§ 5.º — As inscrições que não puderem ser atendidas em virtude do levantamento ou não realização da sessão, ou devido à comemoração especial, transferir-se-ão para a sessão ordinária seguinte e as desta para a subsequente.

§ 6.º — Havendo, na Ordem do Dia, matéria urgente compreendida no art. 374, a, não serão permitidos oradores na Hora do Expediente.

§ 7.º — Não haverá prorrogação da Hora do Expediente nem aplicação do disposto no § 2.º, se houver número

para votação ou se, na sessão, se deva verificar a presença de Ministro.

**Art. 185** — Na Hora do Expediente, só poderão ser objeto de deliberação requerimentos que não dependam de parecer das Comissões, que não digam respeito a proposições constantes da Ordem do Dia ou os que o Regimento não determine sejam submetidos em outra fase da sessão.

**Art. 186** — O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente poderá ser dedicado à comemoração especial, em virtude de deliberação do Senado, obedecido, no que couber, o disposto no art. 223, observadas as seguintes normas:

- a) haverá inscrições especiais para a comemoração;
- b) a prorrogação da Hora do Expediente será automática, se ainda houver oradores para a comemoração;
- c) ao final da prorrogação, ainda que haja orador na tribuna e Senadores inscritos, será encerrada a comemoração;
- d) se o tempo normal da Hora do Expediente não for consumido pela comemoração, serão atendidos os inscritos na forma do disposto no art. 19.

**Art. 187** — Terminados os discursos da Hora do Expediente, serão lidos os documentos que ainda existirem sobre a Mesa.

**Parágrafo único** — Quando houver, entre os documentos a serem lidos, requerimentos a votar, e se mais de um Senador pedir a palavra para encaminhar a votação, esta ficará adiada para o fim da Ordem do Dia.

### SEÇÃO III

#### Da Ordem do Dia

##### a) Do Início da Ordem do Dia

**Art. 188** — Finda a Hora do Expediente, passar-se-á à Ordem do Dia.

##### b) Da Organização e Divulgação da Ordem do Dia

**Art. 189** — As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, a juízo do Presidente, segundo sua antiguidade e importância, e, ressalvado o disposto

no art. 425, b, será observada a seguinte sequência:

- I. matéria em regime de urgência do art. 374, a;
- II. matéria preferencial constante do art. 196, incisos II, alíneas a, b, c e d, e III, alínea a, segundo os prazos ali previstos;
- III. matéria em regime de urgência do art. 374, b;
- IV. matéria em regime de urgência do art. 374, c;
- V. matéria em tramitação normal.

§ 1.º — Nos grupos constantes dos incisos anteriores, terão precedência:

- a) as matérias de votação em curso sobre as de votação não iniciada;
- b) as de votação sobre as de discussão em curso;
- c) as de discussão em curso sobre as de discussão não iniciada.

§ 2.º — Nos grupos das matérias em regime de urgência, obedecido o disposto no parágrafo anterior, a precedência será definida pela maior antiguidade da urgência.

§ 3.º — Nos grupos dos incisos II e V, obedecido o disposto no § 1.º deste artigo, observar-se-á a seguinte sequência:

- a) as redações finais:
  - 1) de proposições da Câmara;
  - 2) de proposições do Senado;
- b) as proposições da Câmara:
  - 1) as em turno suplementar;
  - 2) as em turno único;
  - 3) as em segundo turno;
  - 4) as em primeiro turno;
- c) as proposições do Senado:
  - 1) as em turno suplementar;
  - 2) as em turno único;
  - 3) as em segundo turno;
  - 4) as em primeiro turno.

§ 4.º — Na sequência constante do parágrafo anterior serão observadas as seguintes normas:

- a) nas proposições da Câmara, os projetos de lei precederão os de Decreto Legislativo;

b) nas proposições do Senado, a ordem de classificação será:

- 1) Projetos de Lei;
- 2) Projetos de Decreto Legislativo;
- 3) Projetos de Resolução;
- 4) Pareceres;
- 5) Requerimentos.

§ 5.º — Obedecido o disposto nos §§ 1.º, 3.º e 4.º deste artigo, a precedência será definida pela maior antiguidade no Senado.

§ 6.º — Os Projetos de Código serão incluídos com exclusividade em Ordem do Dia.

**Art. 190** — Os projetos regulando a mesma matéria (art. 283), figurarão na Ordem do Dia em série, iniciada pela proposição preferida pela Comissão competente, de maneira que a decisão do Plenário sobre esta prejulgue as demais.

**Art. 191** — Os pareceres sobre escolha de autoridades (art. 405) serão incluídos, em série, no final da Ordem do Dia.

**Art. 192** — Constarão da Ordem do Dia as matérias não apreciadas da pauta da sessão ordinária anterior, com precedência sobre outras dos grupos a que pertençam.

**Art. 193** — Ao ser designada a Ordem do Dia, qualquer Senador poderá sugerir ao Presidente a inclusão de matéria em condições de nela figurar (art. 195).

**Art. 194** — A Ordem do Dia será anunciada ao término da sessão anterior, publicada no *Diário do Congresso Nacional* e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a sessão respectiva.

§ 1.º — Não será designada Ordem do Dia para a primeira sessão de cada sessão legislativa.

§ 2.º — Na publicação e nos avulsos da Ordem do Dia, deverão constar os projetos que estiverem sobre a Mesa ou na Comissão, para recebimento de emendas, com a indicação do prazo, do número de dias transcorridos e, se for o caso, da Comissão que deverá recebê-las.

**Art. 195** — A matéria dependente de exame das Comissões só será incluída

em Ordem do Dia depois de emitidos todos os pareceres, lidos no Expediente, publicados no *Diário do Congresso Nacional* e distribuídos em avulsos, observado, salvo o disposto no art. 314, o interstício regimental (art. 313).

**Art. 196** — A inclusão em Ordem do Dia de proposição em rito normal, sem que esteja instruída com pareceres das Comissões a que houver sido distribuída, só é admissível nas seguintes hipóteses:

I. por deliberação do Plenário, se a única ou a última Comissão a que estiver distribuída não preferir o seu parecer no prazo regimental;

II. por ato do Presidente, quando se tratar:

a) de projeto tendente à abertura de crédito solicitado pelo Poder Executivo, se faltarem 8 (oito) dias, ou menos, para o término da sessão legislativa;

b) de projeto de lei orçamentária do Distrito Federal, nos 20 (vinte) dias que antecederem o encerramento da sessão legislativa;

c) de projeto de lei anual ou que tenha por fim prorrogar prazo de lei, se faltarem 10 (dez) dias, ou menos, para o término de sua vigência ou da sessão legislativa, quando o fato deva ocorrer em período de recesso do Congresso ou nos 10 (dez) dias que se seguirem à instalação da sessão legislativa subsequente;

d) de projeto de decreto legislativo referente a tratado, convênio ou acordo internacional, se faltarem 10 (dez) dias, ou menos, para o término do prazo no qual o Brasil deva se manifestar sobre o ato em apêço;

e) de proposição da legislatura em curso se:

1) passados 6 (seis) meses do início da tramitação no Senado, ainda não houver figurado em Ordem do Dia;

2) transcorridos mais de 90 (noventa) dias da distribuição, a primeira Comissão que sobre a matéria deva emitir parecer ainda não o houver feito;

III. compulsoriamente:

a) quando se tratar de projeto de iniciativa do Poder Executivo (Const., art. 51), e faltarem 10 (dez) dias, ou menos, para o término do prazo de sua tramitação;

b) quando se tratar de projeto emendado na fase de discussão e já hajam decorridos 20 (vinte) dias sem que as Comissões tenham emitido parecer sobre as emendas.

§ 1.º — Nas hipóteses das alíneas c e d do inciso II e a do inciso III, o projeto emendado voltará à Ordem do Dia na segunda sessão ordinária subsequente, salvo se o encerramento da discussão se der no último dia do prazo ou da sessão legislativa, caso em que as Comissões deverão manifestar-se, imediatamente, sobre as emendas.

§ 2.º — Nas hipóteses previstas na alínea e do inciso II, proceder-se-á de acordo com o disposto nos §§ 1.º e 2.º do art. 371, sendo a inclusão da matéria em Ordem do Dia anunciada, em Plenário, com antecedência de 8 (oito) dias.

**Art. 197** — Nenhum projeto poderá ficar sobre a Mesa por mais de 1 (um) mês sem figurar em Ordem do Dia, salvo para diligência aprovada pelo Plenário.

c) Da Ordem do Dia constituída de Trabalhos das Comissões

**Art. 198** — Não havendo matéria com votação iniciada na sessão anterior ou de caráter urgente a ser submetida ao Plenário, o Presidente poderá designar para a Ordem do Dia "Trabalhos das Comissões":

a) nos 45 (quarenta e cinco) dias que precederem as eleições com que se constituirá a nova legislatura do Congresso Nacional;

b) em cada 6 (seis) meses por período de 15 (quinze) dias.

d) Da sequência dos trabalhos da Ordem do Dia

**Art. 199** — A sequência dos trabalhos da Ordem do Dia não poderá ser alterada senão:

a) para posse de Senador;

b) para leitura de mensagem, ofício ou documento sobre matéria urgente;

- c) para pedido de urgência nos casos do art. 374, a;
- d) em virtude de deliberação do Senado, no sentido de adiamento ou inversão da Ordem do Dia;
- e) pela retirada de qualquer matéria, para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão nos avulsos e para sanar falhas de instrução;
- f) para constituição de série, em caso de votação secreta;
- g) nos casos previstos nos arts. 342 e 425, b, in fine, e d.

#### e) Do tempo posterior à Ordem do Dia

**Art. 200** — Esgotada a Ordem do Dia, o tempo que restar para o término da sessão será franqueado aos oradores, inscritos na forma do disposto no art. 19.

### SEÇÃO IV

#### Do Término do Tempo da Sessão

**Art. 201** — Esgotado o tempo da sessão ou ultimada a Ordem do Dia e os discursos posteriores a esta, o Presidente a encerrará.

**Art. 202** — Se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, esta será ultimada independentemente de pedido de prorrogação.

**Parágrafo único** — Tratando-se de proposição votada por artigos ou de emendas votadas, uma a uma, e restando mais de dois artigos ou de duas emendas, a votação a ultimar será apenas a da parte anunciada antes de se esgotar o prazo da sessão.

**Art. 203** — Estando em apreciação matéria constante do art. 374, a, a sessão só poderá ser encerrada quando ultimada a deliberação.

### SEÇÃO V

#### Da Prorrogação da Sessão

**Art. 204** — A prorrogação da sessão poderá ser concedida pelo Plenário,

em votação simbólica, antes do término do tempo regimental:

- a) por proposta do Presidente;
- b) a requerimento de qualquer Senador.

§ 1.º — A prorrogação será sempre por prazo fixo, que não poderá ser restringido, salvo por falta de matéria a tratar ou de número para o prosseguimento da sessão.

§ 2.º — Se houver orador na tribuna, o Presidente o interromperá para consulta ao Plenário sobre a prorrogação.

§ 3.º — Não será permitido encaminha-mento de votação.

§ 4.º — Antes de terminada uma prorrogação, poderá ser requerida outra.

**Art. 205** — O tempo que restar para o término da prorrogação será destinado à votação de matérias cuja discussão esteja encerrada.

### SEÇÃO VI

#### Da Assistência à Sessão

**Art. 206** — Em sessões públicas, além dos Senadores, só serão admitidos no Plenário os Suplentes de Senadores, os Deputados Federais, os Ministros de Estado, quando comparecerem para os fins previstos neste Regimento, e os funcionários do Senado em objeto de serviço.

**Art. 207** — Durante as sessões públicas, não é permitida a presença, na bancada da imprensa, de pessoa a ela estranha.

**Art. 208** — É permitido a qualquer pessoa assistir às sessões públicas, do lugar que lhe fôr reservado, desde que se encontre desarmada e se conserve em silêncio, sem dar qualquer sinal de aplauso ou de reprovação ao que nelas se passar.

**Art. 209** — Em sessão secreta, somente os Senadores terão ingresso no Plenário e dependências anexas, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 216 e os casos em que o Senado conceda autorização a outras pessoas para assisti-la, mediante proposta da Presidência ou de Líder.

### SEÇÃO VII

#### Da Divulgação das Sessões pela

#### Fotografia, Irradiação, Filmagem

#### e Televisão

**Art. 210** — A reportagem fotográfica, no recinto, a irradiação sonora, a filmagem e a transmissão em televisão das sessões dependerão de autorização do Presidente do Senado.

### CAPÍTULO III

#### Da Sessão Extraordinária

**Art. 211** — A sessão extraordinária será convocada de ofício pelo Presidente ou por deliberação do Senado e terá o mesmo rito e duração da ordinária.

**Parágrafo único** — A Hora do Expediente da sessão extraordinária não excederá a 30 (trinta) minutos.

**Art. 212** — Em sessão extraordinária só haverá oradores, em seguida à leitura do expediente, caso não haja número para as deliberações.

**Art. 213** — O Presidente prefixará dia, hora e Ordem do Dia para a sessão extraordinária, dando-os a conhecer, previamente, ao Senado, em sessão, ou pelo **Diário do Congresso Nacional**, sendo, no último caso, os Senadores avisados, também, por comunicação telegráfica ou por telefone.

**Parágrafo único** — Não é obrigatória a inclusão, na Ordem do Dia de sessão extraordinária, de matéria não ultimada na sessão anterior, ainda que em regime de urgência ou em curso de votação.

### CAPÍTULO IV

#### Da Sessão Secreta

**Art. 214** — A sessão secreta será convocada pelo Presidente, de ofício ou mediante requerimento.

**Parágrafo único** — A finalidade da sessão secreta deverá figurar expressamente no requerimento, mas não será divulgada, assim como o nome do requerente.

**Art. 215** — Recebido o requerimento a que se refere o artigo anterior, o Senado passará a funcionar secreta-

mente para a sua votação. Se aprovado, e desde que não haja prefixado a data, a sessão secreta será convocada para o mesmo dia ou para o dia seguinte.

**Art. 216** — Na sessão secreta, antes de se iniciarem os trabalhos, o Presidente determinará a saída do Plenário, tribunas, galerias e respectivas dependências, de todas as pessoas estranhas, inclusive funcionários da Casa.

**Parágrafo único** — Se o Senado deliberar sejam os debates tomados pela Taquigrafia, será admitido, junto à Mesa, o seu assessor, arquivando-se, em caráter sigiloso, o respectivo apanhado com a Ata e demais documentos referentes à sessão.

**Art. 217** — No início dos trabalhos da sessão secreta, deliberar-se-á se o assunto que motivou a convocação deverá ser tratado secreta ou publicamente, não podendo esse debate exceder a 15 (quinze) minutos, sendo permitido a cada orador usar da palavra por 3 (três) minutos, de uma só vez. No primeiro caso, prosseguirão os trabalhos secretamente; no segundo, serão levantados para que o assunto seja, oportunamente, apreciado em sessão pública.

**Art. 218** — Antes de encerrar-se uma sessão secreta, o Plenário resolverá, por simples votação e sem debate, se deverão ser conservados em sigilo ou publicados o resultado, o nome dos que requereram a convocação e, nos casos do artigo 158, os pareceres e demais documentos constantes do processo.

**Art. 219** — Ao Senador que houver participado dos debates em sessão secreta é permitido reduzir a escrito o seu discurso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para ser arquivado com a Ata.

**Art. 220** — A sessão secreta terá a duração de 4 (quatro) horas, salvo prorrogação.

**Art. 221** — Transformar-se-á em secreta a sessão:

I. obrigatoriamente, quando o Senado tiver de se manifestar sobre:

a) declaração de guerra;

b) acórdão sobre a paz;

c) perda de mandato de Senador, nos casos de que trata o art. 35, II, da Constituição;

d) escolha de autoridades (art. 405);

e) o caso de que trata o art. 157, parágrafo único, da Constituição;

f) requerimento para realização de sessão secreta (art. 215);

II. por deliberação do Plenário, mediante proposta da Presidência ou a requerimento de qualquer Senador.

§ 1.º — Esgotado o tempo da sessão ou cessado o motivo de sua transformação em secreta, voltará a ser pública, para prosseguimento dos trabalhos ou para designação da Ordem do Dia da sessão seguinte.

§ 2.º — O período em que o Senado funcionar secretamente não será descontado da duração total da sessão.

**Art. 222** — Somente em sessão secreta poderá ser dado a conhecer, ao Plenário, documento de natureza sigilosa.

## CAPÍTULO V

### Da Sessão Especial

**Art. 223** — O Senado poderá realizar sessão especial ou interromper ordinária, para comemoração ou recepção de altas personalidades, a juízo do Presidente ou por deliberação do Plenário, mediante requerimento de 6 (seis) Senadores.

§ 1.º — Em sessão especial, poderão ser admitidos convidados à Mesa e no Plenário.

§ 2.º — O parlamentar estrangeiro só será recebido em Plenário se o Parlamento do seu País der tratamento igual aos Congressistas brasileiros que o visitem.

**Art. 224** — A sessão especial, que independe de número, será convocada em sessão ou através do Diário do Congresso Nacional e nela só usarão da palavra os oradores previamente designados pelo Presidente.

## TÍTULO VIII

### Das Atas e dos Anais

#### CAPÍTULO I

##### Das Atas

**Art. 225** — Será elaborada e publicada no Diário do Congresso Nacional Ata circunstanciada de cada sessão, salvo se secreta, contendo, entre outros, os incidentes, debates, declarações do Presidente, listas de presença, ausência e chamada, texto das matérias lidas ou votadas e os discursos.

§ 1.º — Não havendo sessão por falta de número, será publicada Ata de reunião que conterà os nomes do Presidente e dos Senadores que comparecerem e o expediente despachado.

§ 2.º — Quando o discurso, requisitado para revisão, não for restituído a tempo de ser incluído na Ata da sessão respectiva, nela figurará nota explicativa a respeito, no lugar a ele correspondente.

§ 3.º — Se, ao fim de trinta dias, o discurso não houver sido restituído, a publicação se fará pela cópia arquivada nos serviços taquigráficos, com a nota de que não foi revisto pelo orador.

**Art. 226** — Constarão, também, da Ata:

I. por extenso:

a) as mensagens ou ofícios do Governo ou da Câmara dos Deputados, salvo quando relativos a sanção de projetos, devolução de autógrafos ou agradecimento de comunicações;

b) as proposições legislativas e declarações de voto;

II. em súmula, todos os demais documentos lidos no Expediente, salvo deliberação do Senado ou determinação da Presidência.

**Parágrafo único** — As informações e documentos de caráter sigiloso não terão publicidade.

**Art. 227** — É permitido ao Senador, quando houver de falar no Expediente ou no término da sessão, em declaração de voto ou em explicação pessoal, enviar à Mesa, para publicação



no Diário do Congresso Nacional e inclusão nos Anais, o discurso que deseje proferir, dispensada a sua leitura.

**Art. 228** — Quando o esclarecimento da Presidência sobre questão regimental ou o discurso de algum Senador forem lidos, constará da Ata a indicação de o terem sido.

**Art. 229** — A Ata registrará, em cada momento, a substituição ocorrida em relação à Presidência da sessão.

**Parágrafo único** — Quando a substituição na Presidência se der durante discurso, far-se-á o registro no fim deste.

**Art. 230** — Na Ata, o nome do Presidente será registrado, entre parênteses, em seguida às palavras: “O SR. PRESIDENTE.”

**Art. 231** — Os pedidos de retificação e as questões de ordem sobre a Ata serão decididos pela Presidência.

**Art. 232** — A Ata de sessão secreta será redigida pelo 2.º Secretário, aprovada com qualquer número, antes de levantada a sessão, assinada pelo Presidente, 1.º e 2.º Secretários, encerrada em sobrecarta lacrada, datada e rubricada pelos Secretários, e recolhida ao Arquivo.

§ 1.º — O discurso a que se refere o art. 219 será arquivado com a Ata e os documentos referentes à sessão, em segunda sobrecarta, igualmente lacrada.

§ 2.º — O desarquivamento dos documentos referidos no parágrafo anterior só poderá ser feito mediante requisição da Presidência.

## CAPÍTULO II

### Dos Anais

**Art. 233** — Os trabalhos das sessões serão organizados em Anais, por ordem cronológica, para distribuição aos Senadores.

**Art. 234** — A transcrição de documento no Diário do Congresso Nacional, para que conste dos Anais, é permitida:

- 1) quando constituir parte integrante de discurso de Senador;
- 2) quando aprovada pelo Plenário, a requerimento de qualquer Senador.

§ 1.º — O requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora que terá o prazo de 5 (cinco) dias para emitir o parecer, findo o qual será a matéria incluída em Ordem do Dia.

§ 2.º — Se o documento corresponder a mais de cinco páginas do Diário do Congresso Nacional, o espaço excedente desse limite será custeado pelo orador ou requerente, cabendo à Comissão Diretora orçar o custo da publicação.

## TÍTULO IX

### Das Proposições

#### CAPÍTULO I

##### Espécies

**Art. 235** — Consistem as proposições em:

- I. Projetos;
- II. Requerimentos;
- III. Indicações;
- IV. Pareceres;
- V. Emendas.

#### SEÇÃO I

##### Dos Projetos

**Art. 236** — Os projetos compreendem:

- a) projetos de lei, referentes a matéria da competência do Congresso Nacional ou da competência privativa do Senado, com sanção do Presidente da República (Constituição, arts. 43 e 42, V e IX);
- b) projetos de decreto legislativo, contendo matéria da competência exclusiva do Congresso Nacional (Constituição, artigos 44 e 72, §§ 4.º, 5.º e 7.º);
- c) projetos de resolução sobre matéria da competência privativa do Senado.

#### SEÇÃO II

##### Dos Requerimentos

**a) Disposições Gerais**

**Art. 237** — O requerimento poderá ser oral ou escrito.

**Art. 238** — É oral e despachado pelo Presidente o requerimento:

- a) de leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;
- b) de retificação da Ata;
- c) de inclusão em Ordem do Dia de matéria em condições regimentais de nela figurar (art. 195);
- d) de permissão para falar sentado.

**Art. 239** — São escritos os requerimentos não referidos no artigo anterior e dependem apenas de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

**I. Dependentes de despacho do Presidente:**

- a) de informações que não sejam referentes a matéria que envolva sigilo bancário (art. 38, § 2.º, da Lei número 4.595, de 31-12-1964);
- b) de publicação de informações oficiais no Diário do Congresso Nacional;

c) de esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado;

d) de retirada de indicação ou requerimento;

e) de reconstituição de proposição;

f) de retirada de matéria da Comissão que não tenha oferecido parecer no prazo regimental para remessa a outra;

**II. Dependentes de votação com a presença, no mínimo, de onze Senadores:**

a) de licença para tratamento de saúde;

b) de prorrogação do tempo da sessão;

c) de homenagem de pesar, inclusive levantamento da sessão;

d) de não realização de sessão em determinado dia;

**III. Dependente do voto favorável da maioria da composição do**

Senado: de comparecimento de Ministro de Estado (Const., art. 38).

**Parágrafo único** — Do indeferimento de requerimento compreendido no inciso I cabe recurso para o Plenário, ouvindo-se, quanto aos da alínea a, a Comissão de Constituição e Justiça.

**b) Do Requerimento de Informações**

**Art. 240** — Em relação ao requerimento de informações serão observadas as seguintes normas:

**I.** só será admissível:

a) como ato pertinente ao exercício da competência fiscalizadora do Congresso Nacional ou do Senado Federal;

b) para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado;

**II.** será dirigido ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República;

**III.** deverá mencionar o fato sujeito à fiscalização do Congresso ou do Senado, assim definido em lei (Const., art. 45), ou fazer remissão expressa à matéria legislativa em tramitação;

**IV.** não serão pedidas informações ao Presidente da República sobre matéria da sua competência privativa, nem ao Poder Judiciário, à Câmara dos Deputados e a órgãos dos Estados e Municípios;

**V.** não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a quem se dirija;

**VI.** recebido o requerimento, a Presidência terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para examiná-lo, e, se deferido, será lido no Expediente e publicado no Diário do Congresso Nacional;

**VII.** indeferido, o requerimento irá ao Arquivo, sem publicação, feita a devida comunicação ao requerente, cabendo, da decisão, recurso para o Plenário, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça;

**VIII.** as informações recebidas serão arquivadas depois de fornecida cópia ao requerente e, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao processo respectivo;

**IX.** ao fim de 30 (trinta) dias será reiterado o expediente de solicitação das informações, quando não hajam sido prestadas ou não tenha sido solicitada, pela autoridade competente, a prorrogação do respectivo prazo;

**X.** o pedido de prorrogação referido no inciso anterior será considerado aprovado se não houver objeção do Plenário;

**XI.** transcorridos 30 (trinta) dias da reiteração, sem resposta, a Presidência dará conhecimento do fato ao requerente e ao Plenário, sendo o requerimento definitivamente arquivado.

**Art. 241** — O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

**c) Do Requerimento de Homenagem de Pesar**

**Art. 242** — O requerimento de, inserção em Ata de voto de pesar só é admissível por motivo de luto nacional decretado pelo Poder Executivo, ou por falecimento de:

a) pessoa que tenha exercido o cargo de Presidente ou Vice-Presidente da República;

b) ex-membro do Congresso Nacional;

c) pessoa que exerça ou tenha exercido o cargo de:

1) Ministro do Supremo Tribunal Federal;

2) Presidente de Tribunal Superior da União;

3) Presidente do Tribunal de Contas da União;

4) Ministro de Estado;

5) Governador, Presidente de Assembleia Legislativa ou de Tribunal de Justiça estadual;

6) Governador de Território ou do Distrito Federal;

d) Chefe de Estado ou de Governo estrangeiro;

e) Chefe de Missão Diplomática de país estrangeiro acreditada junto ao Governo brasileiro;

f) Chefe de Missão Diplomática do Brasil junto a Governo estrangeiro, falecido no posto;

g) personalidade de relêvo na vida político-administrativa internacional.

**Art. 243** — Ao serem prestadas homenagens de pesar, poderá ser observado 1 (um) minuto de silêncio, em memória do extinto, após usarem da palavra todos os oradores.

**Art. 244** — O requerimento de levantamento da sessão, por motivo de pesar, só é permitido em caso de falecimento do Presidente da República, do Vice-Presidente da República ou de membro do Congresso Nacional.

**Art. 245** — Além das homenagens previstas nos artigos anteriores, o Plenário poderá autorizar:

a) a apresentação de condolências à família do morto, ao Estado do seu nascimento ou ao em que tenha exercido sua atividade, ao Partido Político e a altas entidades culturais a que haja pertencido;

b) a representação nos funerais e cerimônias levadas a efeito em homenagem à memória do morto.

**d) Do Requerimento de Voto de Aplauso ou Semelhante**

**Art. 246** — O requerimento de voto de aplauso, regozijo, louvor, solidariedade, congratulações ou semelhante só será admitido quando diga respeito a ato público ou acontecimento de alta significação nacional ou internacional.

§ 1.º — Lido no Expediente, o requerimento será remetido à Comissão de Constituição e Justiça ou de Relações Exteriores, conforme o caso.

§ 2.º — O requerimento será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata àquela em cujo expediente fôr lido o respectivo parecer.

**e) Da Associação da Mesa a Manifestações do Plenário**

**Art. 247** — A Mesa só se associará a manifestações de regozijo ou pesar quando votadas pelo Plenário.

**SEÇÃO III**

**Das Indicações**

**Art. 248** — Indicação corresponde a sugestão de Senador ou Comissão para que o assunto, nela focalizado, seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de proposição legislativa.

**Art. 249** — A indicação não poderá conter:

**I.** consulta a qualquer Comissão sobre:

- a) interpretação ou aplicação de lei;
- b) ato de outro Poder;

**II.** sugestão ou conselho a qualquer Poder.

**Art. 250** — Lida no Expediente, a indicação será encaminhada à Comissão competente.

**Art. 251** — A indicação não será discutida nem votada pelo Senado. A deliberação tomará por base a conclusão do parecer da Comissão.

**Parágrafo único** — Se a indicação for encaminhada a mais de uma Comissão, e os pareceres forem discordantes nas suas conclusões, será votado, preferencialmente, o da que tiver mais pertinência regimental para se manifestar sobre a matéria. Em caso de competência concorrente, votar-se-á, preferencialmente, o último, salvo se o Plenário decidir o contrário, a requerimento de qualquer Senador ou Comissão.

**SEÇÃO IV**

**Dos Pareceres**

**Art. 252** — Constitui proposição o parecer que deva ser discutido e votado pelo Plenário, quando não concluir pela apresentação de projeto, requerimento ou emenda.

**Parágrafo único** — Para discussão e votação, o parecer será incluído em Ordem do Dia.

**Art. 253** — Se houver mais de um parecer a ser submetido ao Plenário sobre a mesma matéria, de conclusões discordantes, proceder-se-á de acordo com a norma estabelecida no parágrafo único do art. 251.

**SEÇÃO V**

**Das Emendas**

**Art. 254** — Não se admitirá emenda:

- a) sem relação com a matéria da disposição emendada;
- b) em sentido contrário à proposição quando se trate de projeto de lei ou de resolução;
- c) que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se trate de modificações correlatas, de sorte que a aprovação, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros;
- d) que importe aumento de despesa.

**Parágrafo único** — Quando se tratar de projeto de lei que crie cargos nos Tribunais Federais, na Câmara ou no Senado, só serão admitidas emendas que aumentem a despesa e o número de cargos previstos, quando apresentadas por um terço dos membros da Casa (Const., art. 108, § 4.º).

**Art. 255** — As emendas é admitido oferecer subemendas, que não poderão conter matéria estranha à das respectivas emendas.

**Parágrafo único** — A subemenda oferecida por Comissão, após o encerramento da discussão, não poderá:

- a) alterar dispositivo não emendado do projeto;
- b) ampliar os efeitos da emenda.

**Art. 256** — A emenda não adotada pela Comissão (art. 144, item 1) poderá ser renovada na discussão, se a proposição for suscetível de ser emendada em Plenário.

**Art. 257** — Nenhuma emenda será aceita em Plenário ou encaminhada por Comissão sem que o autor a tenha justificado, por escrito ou oralmente.

**Parágrafo único** — O tempo gasto na justificação de emenda é descontado do prazo que o autor dispuser para discutir a proposição principal, não podendo excedê-lo ainda que sejam várias as emendas a justificar.

**Art. 258** — A emenda rejeitada na primeira discussão, quando não o for por inconstitucionalidade, poderá ser renovada na segunda, subscrita por cinco Senadores.

**Art. 259** — A emenda que altere apenas a redação da proposição será submetida às mesmas formalidades regimentais de que dependerem as pertinentes ao mérito.

**Parágrafo único** — Quando houver dúvida sobre se emenda apresentada como de redação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição e Justiça.

**CAPÍTULO II**

**Da Apresentação das Proposições**

**Art. 260** — A apresentação de proposição será feita:

**I.** perante a Comissão, quando se tratar de emenda proposta de acordo com o disposto no art. 142;

**II.** perante a Mesa, quando se tratar de emenda a projetos de alteração ou reforma do Regimento Interno (art. 445, § 1.º), ou de prestação das contas do Presidente da República (art. 394, § 1.º);

**III.** em Plenário, nos seguintes casos:

a) na Hora do Expediente:

1) emenda à matéria a ser votada nessa fase da sessão;

2) indicação;

3) projeto;

4) requerimento que, regimentalmente, não deva ser apresentado em outra fase da sessão;

**b) na Ordem do Dia:**

1) emenda à matéria em apreciação;

2) requerimento que diga respeito à ordenação das matérias da Ordem do Dia ou à proposição dela constante;

c) após a Ordem do Dia — requerimento de:

1) inclusão, em Ordem do Dia, de matéria em condições de nela figurar;

2) dispensa de publicação de redação final para imediata deliberação do Plenário;

d) na fase da sessão em que a matéria respectiva fôr anunciada

— requerimento de:

1) retirada, pelo autor, de requerimento, projeto, emenda ou indicação;

2) adiamento de discussão ou votação;

3) encerramento de discussão;

4) dispensa de discussão;

5) votação por determinado processo;

6) votação em globo ou parcelada;

7) destaque de dispositivo ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado ou constituição de proposição autônoma;

8) retirada de proposição constante da Ordem do Dia;

e) em qualquer fase da sessão — requerimento de:

1) leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Senado;

2) permissão para falar sentado;

3) pronunciamiento do Plenário sobre decisão da Presidência em questão de ordem;

f) antes do término da sessão, requerimento de prorrogação desta.

**Art. 262** — Os projetos, pareceres e indicações devem ser encimados por emenda.

**Art. 263** — As proposições, salvo os requerimentos, devem ser acompanhadas de justificação que poderá ser feita oralmente:

a) de acôrdo com o disposto nos §§ 2.º e 3.º do art. 184, quando a apresentação se fizer na Hora do Expediente;

b) em seguida à leitura, quando se tratar de emenda a proposição em fase de discussão.

**Parágrafo único** — Havendo várias emendas do mesmo autor, dependentes de justificação oral, é lícito justificá-las em conjunto.

**Art. 264** — Qualquer proposição autônoma será sempre acompanhada de transcrição, na íntegra ou em resumo, das disposições de lei invocadas em seu texto.

**Art. 265** — As matérias constantes de projetos de lei rejeitados ou não sancionados somente poderão ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros do Senado, ressalvadas as proposições de iniciativa do Presidente da República (Const., art. 58, § 3.º).

### CAPÍTULO III

#### Da Leitura das Proposições

**Art. 266** — As proposições que devam ser objeto de imediata deliberação do Plenário serão lidas integralmente, sendo as demais anunciadas em súmula.

**Art. 267** — O projeto ou requerimento de autoria individual de Senador, salvo requerimento de licença e de autorização para o desempenho de missão prevista no § 2.º do art. 36 da Constituição, só será lido quando presente seu autor.

### CAPÍTULO IV

#### Da Autoria

**Art. 268** — Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário

quando a Constituição ou este Regulamento não exija, para a sua apresentação, número determinado de subscritores.

**Art. 269** — Ao signatário de proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da publicação.

**Parágrafo único** — Nos casos de proposição dependente de número mínimo de subscritores, se, com a retirada de assinatura, esse limite não fôr alcançado, o Presidente a devolverá ao primeiro signatário, dando conhecimento do fato ao Plenário.

**Art. 270** — Considera-se de Comissão a proposição que, com esse caráter, fôr por ela apresentada.

**Parágrafo único** — A proposição de Comissão deve ser assinada pelo Presidente e membros, totalizando, pelo menos, a maioria da sua composição, salvo quando a apresentação se faça em Plenário, caso em que poderá ser assinada apenas pelo Relator.

### CAPÍTULO V

#### Da Numeração das Proposições

**Art. 271** — As proposições serão numeradas de acôrdo com as seguintes normas:

I. terão numeração anual, em séries específicas:

a) os Projetos de Lei da Câmara;  
b) os Projetos de Lei do Senado;  
c) os Projetos de Decreto Legislativo, com especificação da Casa de origem;

d) os Projetos de Resolução;

e) os Requerimentos;

f) as Indicações;

g) os Pareceres;

II. as emendas serão numeradas, em cada turno, pela ordem dos artigos do projeto, guardada a sequência determinada pela sua natureza, a saber, supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas;  
III. as subemendas de Comissão figurarão ao fim da série das emendas de sua iniciativa, subor-

**Art. 261** — As proposições devem ser escritas em termos concisos e claros e divididas, sempre que possível, em artigos, parágrafos, incisos e alíneas.

dinadas ao título "subemendas", com a indicação das emendas a que correspondam; quando à mesma emenda forem apresentadas várias subemendas, estas terão numeração ordinal em relação à emenda respectiva;

IV. as emendas da Câmara a projeto do Senado serão anexadas ao projeto primitivo e tramitarão com o número deste.

§ 1.º — Os projetos de lei complementar tramitarão com essa denominação.

§ 2.º — Quando se tratar de matéria referente ao Distrito Federal, após a numeração, acrescentar-se-ão as letras DF.

§ 3.º — Nas publicações referentes aos projetos em revisão, mencionar-se-á, entre parênteses, o número na Casa de origem, em seguida ao que lhe couber no Senado.

§ 4.º — Ao número correspondente a cada emenda de Comissão acrescentar-se-ão as iniciais desta.

§ 5.º — A emenda que substituir integralmente o projeto terá, em seguida ao número, entre parênteses, a indicação "Substitutivo".

## CAPÍTULO VI

### Do Apoio das Proposições

Art. 272 — A proposição apresentada em Plenário só será submetida a apoio por solicitação de qualquer Senador.

Art. 273 — A votação de apoio não será encaminhada, salvo se algum Senador pedir a palavra para combatê-lo, caso em que o encaminhamento da votação ficará adstrito a um Senador de cada Partido.

Parágrafo único — O quorum de presença para votação de apoio é de 11 (onze) Senadores, considerando-se apoiada a proposição que obtiver maioria simples dos presentes.

## CAPÍTULO VII

### Da Publicação das Proposições

Art. 274 — Toda proposição apresentada ao Senado será publicada no

órgão oficial da Casa, na íntegra, acompanhada, quando for o caso, da justificação e da legislação citada.

Art. 275 — Será publicado em avulsos, para distribuição aos Senadores e Comissões, o texto de toda proposição apresentada ao Senado.

Parágrafo único — Ao fim da fase de instrução da matéria serão publicados em avulsos os pareceres proferidos, nêles se incluindo:

- a) o texto das emendas, caso não tenham sido publicadas em avulso especial;
- b) os votos em separado;
- c) as informações prestadas sobre a matéria pelos órgãos consultados;
- d) os relatórios e demais documentos referidos no § 1.º do artigo 286.

## CAPÍTULO VIII

### Da Tramitação das Proposições

Art. 276 — Cada proposição, salvo emenda, terá curso próprio.

Art. 277 — Lida perante o Plenário, a proposição será objeto:

- 1) de decisão do Presidente nos casos dos arts. 238 e 239, I;
- 2) de deliberação do Plenário nos demais casos.

Art. 278 — Antes da deliberação do Plenário, haverá manifestação das Comissões competentes para estudo da matéria.

Parágrafo único — Quando se tratar de requerimento, só serão submetidos à apreciação das Comissões os seguintes:

- 1) de licença de Senador nos casos previstos no art. 44, § 1.º, alíneas a e b, 3;
- 2) de transcrição nos Anais (artigo 234, § 1.º);
- 3) de criação de Comissão Especial (arts. 68, § 2.º, e 76, § 2.º);
- 4) de voto de aplauso ou semelhante (art. 246, § 1.º);

5) de sobrestamento do estudo de proposição (art. 373, parágrafo único).

Art. 279 — Quando os projetos de lei receberem pareceres contrários, quanto ao mérito, de todas as Comissões a que forem distribuídos, serão tidos como rejeitados e arquivados definitivamente, por despacho da Presidência, dando-se conhecimento ao Plenário e à Câmara quando se tratar de matéria em revisão.

Art. 280 — A deliberação do Plenário será:

I. na mesma sessão, após a matéria constante da Ordem do Dia, nos requerimentos que solicitem:

- a) urgência nos casos do artigo 374; b;

b) representação do Senado por Comissão externa;

c) realização de sessão extraordinária, especial ou secreta;

d) remessa a determinada Comissão de matéria despachada a outra;

II. mediante inclusão em Ordem do Dia, quando se tratar de:

a) projeto (ressalvados os casos do art. 374, a e b);

b) parecer;

c) requerimento de:

1) urgência do art. 374, c;

2) audiência de órgão estranho ao Senado sobre matéria não constante da Ordem do Dia;

3) publicação de documento no Diário do Congresso Nacional para transcrição nos Anais;

4) inclusão em Ordem do Dia de matéria que não tenha recebido parecer no prazo regimental (art. 196, I);

5) audiência de Comissão que não tenha oferecido parecer no prazo regimental (art. 139, parágrafo único);

6) constituição de Comissão Especial;

7) voto de aplauso ou semelhante (art. 246);

8) tramitação, em conjunto, de projetos sobre matéria idêntica ou correlata;

9) comparecimento de Ministro de Estado;

10) retirada de proposição não constante da Ordem do Dia (art. 281, § 2.º, b, 2);

11) desarquivamento de proposição;

12) reabertura da discussão de matéria não constante da Ordem do Dia;

13) sobrestamento do estudo de proposição;

III. imediata, nos requerimentos não constantes dos incisos anteriores.

§ 1.º — Nas hipóteses do inciso I, se a Ordem do Dia for destinada a "Trabalhos das Comissões", o requerimento será incluído na da sessão ordinária que se lhe seguir.

§ 2.º — Os requerimentos referidos nos itens 6 e 12 do inciso II serão submetidos à deliberação do Plenário na Ordem do Dia da sessão ordinária que se seguir à sua leitura.

§ 3.º — Ao ser anunciado o requerimento constante do item 4 da alínea c do inciso II, será dada à palavra ao Presidente da Comissão em que se ache o projeto para se manifestar sobre a providência requerida.

## CAPÍTULO IX

### Da Retirada de Proposições

Art. 281 — A retirada de proposições em curso no Senado é permitida:

- a) a de autoria de um ou mais Senadores, mediante requerimento do único signatário ou do primeiro deles;
- b) a de autoria de Comissão, mediante requerimento do Presidente ou do Relator da matéria, com a declaração expressa de que assim procede devidamente autorizado.

§ 1.º — O requerimento de retirada de proposição só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e,

quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

§ 2.º — Lido, o requerimento será:

a) despachado pela Presidência, quando se tratar da retirada de requerimento ou indicação;

b) submetido à deliberação do Plenário:

1) imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia;

2) mediante inclusão em Ordem do Dia, se a matéria não constar da pauta dos trabalhos da sessão, com distribuição prévia dos avulsos do requerimento e da proposição.

Art. 282 — Quando, na Comissão de Constituição e Justiça, o Relator se pronunciar pela inconstitucionalidade ou injuridicidade da proposição, é permitida sua retirada, antes de proferido o parecer definitivo, mediante requerimento ao Presidente da Comissão que, deferindo-o, encaminhará a matéria à Mesa, através de ofício, a fim de ser arquivada.

## CAPÍTULO X

### Da Existência de Mais de Um Projeto Sobre a Mesma Matéria

Art. 283 — Havendo, em curso no Senado, dois ou mais projetos regulando matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação em conjunto, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Comissão ou Senador.

Art. 284 — Aprovado o requerimento de tramitação conjunta, os projetos serão remetidos à Comissão de Constituição e Justiça, se sobre algum deles for necessária a apreciação dos aspectos constitucional e jurídico, ou à Comissão a que primeiro tenham sido distribuídos, para apreciação do mérito.

Art. 285 — Na tramitação em conjunto, serão obedecidas as seguintes normas:

- 1) ao processo do projeto que deva ter precedência serão apensos, sem incorporação, os dos demais;

2) terá precedência:

— o projeto da Câmara sobre o do Senado;

— o mais antigo sobre os mais recentes, quando originários todos da mesma Casa, salvo se entre eles houver algum que regule a matéria com maior amplitude;

3) em qualquer caso, cada proposição receberá parecer e será incluída, em série, com as demais, na Ordem do Dia da mesma sessão.

## CAPÍTULO XI

### Dos Processos Referentes às Proposições

Art. 286 — O processo referente a cada proposição, salvo emenda, será organizado de acordo com as seguintes normas:

I. será autuada a proposição principal, consignando-se, na respectiva capa, no ato da organização do processo:

- a natureza da proposição;
- a Casa de origem;
- o número;
- o ano de apresentação;
- a ementa completa;
- o autor (quando do Senado);

II. em seguida à capa figurarão:

- a) nos projetos da Câmara:
  - o ofício de encaminhamento;
  - o autógrafo recebido e os documentos que o tiverem acompanhado;
  - o resumo da tramitação na Casa de origem;
  - um exemplar de cada avulso;
  - as demais vias dos avulsos e de outros documentos, em sobrecar-ta anexada ao processo;

b) nos projetos do Senado:

- o texto, a justificação e a legislação citada, quando houver;

— o recorte do **Diário do Congresso Nacional**, com a justificação oral, quando houver;

— os documentos que o acompanhem;

— as duplicatas do projeto e dos demais documentos, em sobrecarta anexada ao processo;

**III.** o Serviço de Protocolo numerará e rubricará as peças do processo antes do seu encaminhamento às Comissões e anotará, na respectiva capa ou em impresso especial:

— as Comissões a que houver sido despachado;

— a primeira Comissão a ser ouvida e a data da remessa;

**IV.** serão ainda registrados, na capa ou em impresso especial, pelo funcionário do órgão ou serviço por onde passar o processo:

— as ocorrências da tramitação em cada Comissão, o encaminhamento à seguinte e, finalmente, à Mesa;

— a inclusão em Ordem do Dia;

— a tramitação em Plenário;

— a manifestação do Senado sobre a matéria;

— a remessa à sanção ou à Câmara;

— a transformação em lei, com o número e a data desta;

— se houver veto, todas as ocorrências a ele relacionadas;

— o despacho do arquivamento;

— posteriores desarquivamentos e novos incidentes;

**V.** a anexação ou desanexação de qualquer peça será objeto de registro na capa, pelo funcionário que a fizer, com a atualização da numeração das páginas, sendo estas rubricadas;

**VI.** o Serviço de Protocolo, ao receber o processo, em qualquer oportunidade, atualizará a numeração das páginas e as rubricará.

§ 1.º — Serão mantidos, nos processos, os relatórios que não chegarem a se transformar em pareceres nem em votos em separado, bem como os estudos e documentos sobre a matéria, apresentados nas Comissões.

§ 2.º — A anexação de documentos ao processo poderá ser feita:

a) pelo Serviço de Protocolo;

b) pelo órgão incumbido dos serviços auxiliares da Comissão, de ordem do respectivo Presidente ou Relator;

c) pelos serviços auxiliares da Mesa de ordem desta.

§ 3.º — Quando forem solicitadas informações a autoridades estranhas ao Senado, sobre proposições em curso, ao processo anexar-se-ão o texto dos requerimentos respectivos e as informações prestadas.

**Art. 287** — Relativamente aos documentos de natureza sigilosa, observar-se-ão as normas constantes dos arts. 168 e 183, b e c, e, terminado o curso da matéria, serão recolhidos ao arquivo especial dos documentos com esse caráter, em sobrecarta fechada, rubricada pelo Presidente da Mesa, feita na capa do processo a devida anotação.

**Art. 288** — As representações dirigidas à Mesa, contendo observações, sugestões ou solicitações sobre proposições em curso no Senado, serão lidas no Expediente, publicadas, em súmula ou na íntegra, no **Diário do Congresso Nacional**, reunidas em processo especial e encaminhadas às respectivas Comissões para conhecimento dos Relatores e consulta dos demais membros, acompanhando a proposição em todas as suas fases.

**Parágrafo único** — É facultado aos competente as representações que re-Senadores encaminharem ao órgão apoiando, aprovando, rejeitando proceberem, para anexação ao processo.

**Art. 289** — Ao ser arquivada a proposição, ser-lhe-á anexada uma coleção dos ávulsos publicados para sua instrução no Senado e na Câmara quando for o caso.

**Art. 290** — A decisão do Plenário, posição ou destacando emenda para constituir projeto em separado, será anotada, com a data respectiva, no texto votado, e assinada pela Presidência.

**Art. 291** — O processo da proposição ficará sobre a Mesa durante sua tramitação em Plenário.

**Art. 292** — Ocorrendo extravio de qualquer proposição, a Mesa providenciará a reconstituição, de ofício ou mediante requerimento de qualquer Senador ou Comissão, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1.º — Quando se tratar de projeto da Câmara, a Mesa solicitará, da Casa de origem, a remessa de cópias autenticadas dos respectivos autógrafos e documentos que o tenham acompanhado.

§ 2.º — Os pareceres já proferidos no Senado serão anexados ao novo processo em cópias autenticadas pelos Presidentes das respectivas Comissões.

**Art. 293** — Quando a Comissão, no mesmo parecer, se referir a várias proposições autônomas, o original dele instruirá o processo da proposição preferencial, sendo aos demais anexadas cópias autenticadas pelo respectivo Presidente.

## CAPÍTULO XII

### Da Publicação das Sinopses e Listas de Proposições

**Art. 294** — A Presidência fará publicar:

**I.** no princípio de cada sessão legislativa, a sinopsé de todas as proposições em curso ou resolvidas pelo Senado na sessão anterior;

**II.** mensalmente, a resenha das matérias rejeitadas e as enviadas, no mês anterior, à sanção, à promulgação e à Câmara.

**TÍTULO X****Da Apreciação das Proposições****CAPÍTULO I****Dos Turnos a que Estão Sujeitas as Proposições**

**Art. 295** — As proposições em curso no Senado são subordinadas, em sua apreciação, aos seguintes turnos:

**I. turno único:**

- projeto de lei do Senado resultante de proposta do Poder Executivo ou de iniciativa de Comissão, salvo o que crie cargos no Senado;
- projeto de lei originário da Câmara, salvo os que criem cargos na sua Secretaria ou nos Tribunais Federais;
- projeto de lei complementar;
- projeto de código;
- emenda, inclusive da Câmara a projeto do Senado;
- parecer;
- redação final;
- requerimento;
- projeto de resolução;
- projeto de decreto legislativo;

**II. dois turnos:**

- projeto de lei de iniciativa individual de Senador;
- projetos de lei que criem cargos nos Tribunais Federais, na Câmara e no Senado;

**III. turno suplementar:**

- substitutivo a projeto de lei ou de decreto legislativo aprovado em segundo turno ou em turno único (art. 317).

**Parágrafo único** — Os turnos referentes aos projetos de lei que criem cargos nos Tribunais Federais, na Câmara e no Senado realizar-se-ão com intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas (Const., art. 108, § 3.º).

**Art. 296** — Cada turno é constituído de discussão e votação, salvo o disposto nos arts. 239, 316, 319 e 362.

**CAPÍTULO II****Da Apreciação Preliminar**

**Art. 297** — Haverá apreciação preliminar, em Plenário, sempre que a Comissão de Constituição e Justiça arguir de inconstitucionalidade ou injuridicidade o projeto.

**Parágrafo único** — A apreciação preliminar é parte integrante do turno em que se achar a matéria.

**Art. 298** — Na discussão preliminar só poderão ser apresentadas emendas que tiverem por fim escoimar a proposição do vício arguido.

**Parágrafo único** — Se emendada, a proposição voltará à Comissão de Constituição e Justiça a fim de que declare, expressamente, se a emenda corrige a inconstitucionalidade ou injuridicidade.

**Art. 299** — Na fase de votação preliminar, o Plenário deliberará sobre a proposição quanto à sua constitucionalidade e juridicidade. Se aprovada, a proposição retomará o seu curso e, em caso contrário, será definitivamente arquivada.

**Art. 300** — Havendo emenda saneadora da inconstitucionalidade ou injuridicidade, a votação far-se-á primeiro sobre ela.

§ 1.º — Aprovada a emenda, considerar-se-á aprovada, com a modificação dela constante, a proposição, quanto à preliminar, indo a matéria à Comissão de Redação para redigir o vencido a fim de que tenha prosseguimento a sua tramitação.

§ 2.º — Rejeitada a emenda, votar-se-á a proposição que, se aprovada, prosseguirá no seu curso e, em caso contrário, será definitivamente arquivada.

**Art. 301** — Quando a Comissão de Constituição e Justiça apresentar emenda saneadora do vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade (art.

104, §§ 2.º e 4.º), a matéria prosseguirá o seu curso e a apreciação preliminar far-se-á após a manifestação das demais Comissões constantes do despacho inicial.

**Art. 302** — Reconhecida, pelo Plenário, a constitucionalidade ou a juridicidade, a proposição não poderá ser novamente arguida em contrário.

**Art. 303** — Quando for aprovada emenda, destinada a retirar da proposição da Câmara o vício de inconstitucionalidade ou injuridicidade, essa circunstância deverá ser comunicada, expressamente, àquela Casa.

**CAPÍTULO III****Da Discussão****SEÇÃO I****Disposições Gerais**

**Art. 304** — A discussão da proposição principal e das emendas será em conjunto.

**Art. 305** — Anunciada a matéria, serão lidas as emendas existentes sobre a Mesa, sendo em seguida dada a palavra aos oradores para a discussão.

**Art. 306** — Iniciada a discussão, não será interrompida, salvo para:

- a) formulação de questão de ordem;
- b) adiamento para os fins previstos no art. 311;
- c) tratar de proposição compreendida na alínea a do art. 374;
- d) os casos previstos no § 2.º do art. 342;
- e) comunicação importante ao Senado;
- f) recepção de visitante;
- g) votação de requerimento de prorrogação da sessão;
- h) ser suspensa a sessão (art. 20, I, f).



## SEÇÃO II

### Do Encerramento da Discussão

**Art. 307** — Encerra-se a discussão:

- a) pela ausência de oradores;
- b) por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, nos seguintes casos:
  - 1) na discussão preliminar, na primeira discussão, na discussão suplementar e na discussão de redação final, quando já houver falado, pelo menos, um Senador de cada Partido;
  - 2) na discussão única e na segunda discussão, desde que o assunto tenha sido debatido em duas sessões.

## SEÇÃO III

### Da Dispensa da Discussão

**Art. 308** — As proposições com pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada por deliberação do Plenário, mediante requerimento de Líder.

**Parágrafo único** — A dispensa da discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a matéria e não prejudica a apresentação de emendas.

## SEÇÃO IV

### Da Proposição Emendada Durante a Discussão

**Art. 309** — Encerrada a discussão do projeto, com emendas, a matéria irá às Comissões que a devam apreciar, observado o disposto no art. 102.

**Art. 310** — Lidos os pareceres sobre as emendas, publicados no *Diário do Congresso Nacional* e distribuídos em avulsos, estará a matéria em condições de figurar em Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental.

**Parágrafo único** — Os projetos sujeitos a prazo fatal de tramitação (art. 196, II, c e d, e III, a), emendados na discussão, voltarão à Ordem do Dia na segunda sessão ordinária subsequente, se faltarem 10 (dez) dias,

ou menos, para o término do referido prazo, podendo o parecer das Comissões ser proferido em Plenário.

## SEÇÃO V

### Do Adiamento da Discussão

**Art. 311** — A discussão poderá ser adiada, mediante deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador ou Comissão, salvo se faltar o período de três sessões ordinárias, ou menos, para o término do prazo de tramitação da matéria, para os seguintes fins:

- a) audiência de Comissão que sobre ela não se tenha manifestado;
- b) reexame por uma ou mais Comissões por motivo justificado;
- c) ser realizada em dia determinado;
- d) preenchimento de formalidade essencial;
- e) diligência considerada imprescindível ao seu esclarecimento.

§ 1.º — O adiamento não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas nos projetos com prazo determinado de tramitação e nos projetos compreendidos no inciso II do art. 196, salvo os da alínea e.

§ 2.º — Nas matérias em tramitação normal, o adiamento previsto na alínea c não poderá ser por mais de trinta dias, só podendo ser renovado uma vez, no mesmo turno, por prazo não superior ao primeiro.

§ 3.º — Não será admissível requerimento de audiência de Comissão ou outro órgão que não tenha competência regimental ou legal para se manifestar sobre a matéria e, em caso de recusa, caberá recurso para o Plenário.

§ 4.º — O requerimento previsto na alínea b só será admissível quando:

- a) a superveniência de fato novo possa justificar a alteração do parecer proferido;
- b) houver omissão ou engano manifesto no parecer;

c) a própria Comissão, por qualquer de seus membros, julgar necessário o reexame.

§ 5.º — O requerimento previsto nas alíneas a, b e c será apresentado e votado ao se anunciar a matéria e o das alíneas d e e, em qualquer fase da discussão.

§ 6.º — Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos previstos na alínea c, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo.

§ 7.º — Não havendo número para votação do requerimento, ficará sobrestada a discussão da matéria.

## SEÇÃO VI

### Da Reabertura da Discussão

**Art. 312** — Admite-se a reabertura da discussão:

- a) nas hipóteses do art. 371, caput;
- b) nos projetos em segundo turno ou em turno único, por deliberação do Plenário, a requerimento de, pelo menos, 2/3 da composição do Senado ou Líderes que representem esse número.

§ 1.º — Nas hipóteses previstas na alínea b, só se admitirá a reabertura da discussão uma vez.

§ 2.º — O requerimento de reabertura de discussão, lido na Hora do Expediente, será incluído na Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte, salvo se o projeto estiver na pauta dos trabalhos da sessão, caso em que o requerimento será apresentado e votado, como preliminar, ao ser anunciada a matéria.

§ 3.º — Se o projeto cuja discussão se pretenda reabrir estiver em estudo nas Comissões, tê-lo-á sustado, com a aprovação do requerimento, sendo requisitado pela Mesa para inclusão em Ordem do Dia.

## CAPÍTULO IV

## Do Interstício

**Art. 313** — É de 48 horas o interstício entre:

- 1) a distribuição de avulsos dos pareceres das Comissões e o início da discussão ou votação correspondente;
- 2) a aprovação da matéria, sem emendas, e o início do turno seguinte.

**Art. 314** — A dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão de matéria em Ordem do Dia, poderá ser concedida por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, desde que a proposição esteja a mais de 5 (cinco) dias em tramitação no Senado.

## CAPÍTULO V

## Do Projeto Dependente de Segundo Turno

**Art. 315** — Aprovado em primeiro turno, o projeto ficará sobre a Mesa a fim de ser incluído em Ordem do Dia para o segundo turno, após o interstício regimental.

**Parágrafo único** — Se a aprovação se der com emendas, a inclusão em Ordem do Dia para o segundo turno se fará depois de redigido o vencido pela Comissão competente, respeitado o interstício regimental.

**Art. 316** — Encerrada a discussão em segundo turno, sem emendas, o projeto será dado como definitivamente aprovado, sem votação, salvo se algum Senador requerer seja submetido a votos.

## CAPÍTULO VI

## Do Turno Suplementar

**Art. 317** — Sempre que for aprovado substitutivo integral a Projeto de Lei ou de Decreto Legislativo, em segundo turno ou em turno único, será submetido a turno suplementar, dispensada a redação do vencido se aprovado sem emendas (artigo 355, § 1.º, e).

**§ 1.º** — Nos projetos sujeitos a prazo fatal, o turno suplementar realizar-se-á:

- a) imediatamente, se a aprovação do substitutivo se der sem emendas;
- b) 24 horas após a aprovação do substitutivo, com emendas, se faltarem 8 (oito) dias, ou menos, para o término do referido prazo.

**§ 2.º** — Na discussão suplementar, o prazo para o uso da palavra será de 15 (quinze) minutos e poderão ser oferecidas emendas, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

**Art. 318** — Se forem oferecidas emendas, na discussão suplementar, a matéria irá às Comissões competentes que não poderão concluir seu parecer por novo substitutivo

**Parágrafo único** — Nos projetos sujeitos a prazo fatal, a matéria será incluída em Ordem do Dia na sessão ordinária seguinte se faltarem 5 (cinco) dias, ou menos, para o término do referido prazo, podendo o parecer ser proferido em Plenário.

**Art. 319** — Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação.

## CAPÍTULO VII

## Das Emendas da Câmara a Projeto do Senado

**Art. 320** — A emenda da Câmara a projeto do Senado não é suscetível de modificação por meio de subemenda.

**Art. 321** — A discussão e a votação das emendas da Câmara a Projeto do Senado far-se-ão em globo, exceto:

- a) se qualquer Comissão manifestar-se favoravelmente a umas e contrariamente a outras, caso em que a votação se fará em grupos, segundo os pareceres;
- b) se for aprovado destaque para a votação de qualquer emenda.

**Parágrafo único** — A emenda da Câmara só poderá ser votada em partes se o seu texto for suscetível de divisão.

**Art. 322** — O substitutivo da Câmara a projeto do Senado será considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, obedecido o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

## CAPÍTULO VIII

## Da Votação

## SEÇÃO I

## Do "Quorum"

**Art. 323** — As deliberações do Senado serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros (Const., art. 31), salvo nos seguintes casos, em que serão:

I. por voto favorável de 2/3 (dois terços) da composição da Casa:

a) sentença condenatória nos casos previstos nos incisos I e II do art. 42 da Constituição (Const., art. 42, parágrafo único);

b) aprovação de matéria vetada (Const., art. 59, § 3.º);

II. por voto favorável da maioria da composição da Casa:

a) projeto de lei complementar (Const., art. 50);

b) projeto de lei que crie cargos nos Tribunais Federais, na Câmara e no Senado (Const., artigo 108, § 2.º);

c) requerimento para comparecimento de Ministro de Estado (Const., art. 38);

III. por maioria de votos, presentes 11 (onze) Senadores, nos requerimentos compreendidos no inciso II do art. 239.

**Parágrafo único.** — A votação da redação final, em qualquer hipótese, não está sujeita a quorum qualificado.

## SEÇÃO II

### Das Modalidades de Votação

#### a) Disposições Gerais

**Art. 324** — A votação poderá ser ostensiva ou secreta.

**Art. 325** — Será ostensiva a votação das proposições em geral.

**Art. 326** — Será secreta a votação:

a) quando o Senado tiver que deliberar sobre:

1) suspensão das imunidades durante estado de sítio;

2) perda de mandato;

3) nomes escolhidos pelo Presidente da República para nomeações que dependam de prévia aprovação do Senado;

b) nas eleições;

c) por determinação do Plenário.

**Parágrafo único** — Não será secreta a votação da redação final e da preliminar da constitucionalidade e juridicidade.

**Art. 327** — Na votação, serão adotados os seguintes processos:

I. na ostensiva:

a) simbólico;

b) nominal;

II. na secreta:

a) elétrico;

b) por meio de cédulas;

c) por meio de esferas.

#### b) Da Votação Ostensiva

**Art. 328** — No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

I. os Senadores que aprovarem a matéria deverão permanecer sentados, levantando-se os que votarem pela rejeição;

II. o voto dos Líderes representará o de seus liderados presentes, permitida a declaração de voto;

III. se algum Senador requerer verificação, repetir-se-á a votação com a contagem dos votos pelos Secretários, para o que se le-

vantarão primeiro os Senadores favoráveis à proposição e, em seguida, os contrários;

IV. não será admitido requerimento de verificação se:

a) algum Senador já houver usado da palavra para declaração de voto;

b) a Presidência já houver anunciado a matéria seguinte;

V. antes de anunciado o resultado, será lícito computar-se o voto do Senador que penetrar no recinto após a votação;

VI. não havendo número, far-se-á a chamada de acordo com o disposto no art. 329, a;

VII. confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário;

VIII. se, ao processar-se a verificação, o requerente não estiver presente ou deixar de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido;

IX. durante a votação, havendo dúvida sobre a existência de número, o Presidente, de ofício ou a requerimento, mandará fazer a chamada, ressalvado o disposto no art. 181, § 3.º.

**Art. 329** — O processo nominal, que se utilizará nos casos em que seja exigido *quorum* especial de votação ou por deliberação do Senado, a requerimento de qualquer Senador, far-se-á:

a) pela chamada dos Senadores, que responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a proposição, sendo os votos anotados pelos Secretários;

b) pelo registro elétrico dos votos, tendo cada Senador lugar fixo, numerado, que deverá ocupar ao ser anunciada a votação.

#### c) Da Votação Secreta

**Art. 330** — A votação secreta realizar-se-á pelo processo elétrico, salvo nas eleições.

§ 1.º — Anunciada a votação, o Presidente convidará os Senadores a

ocuparem os respectivos lugares e a acionarem o dispositivo próprio, dando, em seguida, início à fase de apuração.

§ 2.º — Verificada a falta de número, proceder-se-á à chamada. Se esta acusar a existência de *quorum*, repetir-se-á a votação, que ficará adiada se ocorrer, novamente, falta de número.

**Art. 331** — A votação por meio de cédulas far-se-á nas eleições.

**Art. 332** — A votação por meio de esferas realizar-se-á quando o equipamento de votação elétrica não estiver em condições de funcionar, obedecidas as seguintes normas:

a) utilizar-se-ão esferas brancas, representando votos favoráveis, e pretas, representando votos contrários;

b) a esfera que for utilizada para exprimir voto será lançada em uma urna e a que não for usada, em outra que servirá para conferir o resultado da votação.

## SEÇÃO III

### Da Coleta de Votos dos Senadores Presentes às Reuniões das Comissões

**Art. 333** — Nas votações em geral, na verificação da simbólica e nas eleições é lícito computar os votos dos Senadores presentes às reuniões das Comissões, resguardado o sigilo dos escrutínios secretos.

## SEÇÃO IV

### Dos Votos em Branco

**Art. 334** — Os votos em branco, que ocorrerem nas votações com cédulas ou pelo processo elétrico, só serão computados para efeito de *quorum*.

**Parágrafo único** — São considerados votos em branco os registrados como abstenções.

**Art. 335** — Verificado que os votos em branco atingiram número correspondente a um quinto dos presentes, repetir-se-á a votação na sessão seguinte, quando se realizará em definitivo.

## SEÇÃO V

Da Proclamação dos Resultados  
da Votação

**Art. 336** — Terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrários, em branco e nulos.

## SEÇÃO VI

## Do Processamento da Votação

**Art. 337** — A votação realizar-se-á:

- 1) imediatamente após a discussão, se este Regimento não dispuser noutro sentido;
- 2) após o disposto no art. 310, caso a proposição tenha sido emendada na discussão.

**Art. 338** — Na votação, serão obedecidas as seguintes normas:

**I.** votar-se-á em primeiro lugar o projeto, ressalvados os destaques dele requeridos e as emendas;

**II.** a votação do projeto, salvo deliberação do Plenário, será em globo, podendo a Presidência dividir a proposição, quando conveniente;

**III.** a votação das emendas que tenham pareceres concordantes de todas as Comissões será feita em grupos, segundo o sentido dos pareceres, ressalvados os destaques; as demais e as destacadas serão votadas uma a uma, classificadas segundo a ordem estabelecida no art. 271, II;

**IV.** no grupo das emendas de parecer favorável, incluem-se as de Comissão, quando sobre elas não haja manifestação em contrário de outra;

**V.** serão incluídas no grupo das emendas de parecer contrário aquelas sobre as quais se tenham manifestado pela rejeição as Comissões competentes para o exame do mérito, embora consideradas constitucionais;

**VI.** as emendas com subemendas serão votadas uma a uma, salvo deliberação do Plenário, mediante proposta de qualquer Senador ou Comissão; aprovado o grupo, se-

rão consideradas aprovadas as emendas com as modificações constantes das respectivas subemendas;

**VII.** a emenda com subemenda, quando votada separadamente, sê-lo-á antes e com ressalva desta, exceto nos seguintes casos, em que a subemenda terá precedência:

a) se fôr supressiva;

b) se fôr substitutiva de todo o texto da emenda;

c) se fôr substitutiva de artigo da emenda e a votação desta se fizer artigo por artigo;

**VIII.** o Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Senador, que a votação das emendas se faça destacadamente ou uma a uma;

**IX.** serão votadas, destacadamente, as emendas com parecer no sentido de constituírem projeto em separado;

**X.** quando, ao mesmo dispositivo, forem apresentadas várias emendas da mesma natureza, terão preferência:

a) as de Comissões sobre as de Plenário;

b) dentre as de Comissões, a da que tiver competência específica para se manifestar sobre a matéria;

**XI.** o dispositivo, destacado de projeto para votação em separado, precederá, na votação, as emendas e independe de parecer;

**XII.** se a votação do projeto se fizer separadamente em relação a cada artigo, o texto deste será votado antes das emendas a ele correspondentes, salvo se forem supressivas ou substitutivas;

**XIII.** terá preferência para votação o substitutivo que tiver pareceres favoráveis de todas as Comissões, salvo se o Plenário deliberar noutro sentido;

**XIV.** havendo mais de um substitutivo, a precedência será regula-

da pela ordem, inversa de sua apresentação, ressalvado o disposto no inciso X, em relação aos das Comissões;

**XV.** o substitutivo integral, salvo deliberação em contrário, será votado em globo;

**XVI.** aprovado substitutivo integral, ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele oferecidas;

**XVII.** anunciada a votação de dispositivo ou emenda destacada, se o autor do requerimento de destaque não pedir a palavra para encaminhá-la, considerar-se-á como tendo o Plenário concordado com o parecer da Comissão, tomando a matéria destacada a sorte das demais constantes do grupo a que pertencer;

**XVIII.** não será submetida a votos emenda declarada inconstitucional ou injurídica pela Comissão de Constituição e Justiça, salvo se, não sendo unânime o parecer, o requererem Líderes que representem no mínimo, a maioria da composição do Senado, quando se procederá à apreciação preliminar.

**Art. 339** — A rejeição do projeto prejudica as emendas a ele oferecidas.

**Art. 340** — A rejeição do art. 1.º do projeto, votado artigo por artigo, prejudica os demais quando eles forem uma consequência daquele.

**Art. 341** — A votação não se interrompe senão por falta de **quorum**, pelo término da sessão (observado o disposto nos arts. 202 e 203) e para apreciação de matéria prevista no art. 374, a.

**Art. 342** — Ocorrendo falta de número para as deliberações, verificada por meio de chamada nominal (art. 329, a), passar-se-á à matéria em discussão.

§ 1.º — Esgotada a matéria em discussão e persistindo a falta de número, a Presidência poderá, no caso de figurar na Ordem do Dia matéria que pela sua relevância o justifique, suspender a sessão por prazo não superior a uma hora, ou conceder a palavra a Senador que dela queira fazer uso.

§ 2.º — Sobrevindo, posteriormente, a existência de número, voltar-se-á à matéria em votação, interrompendo-se o orador que estiver na tribuna, salvo se estiver discutindo proposição em regime de urgência e a matéria a votar estiver em tramitação normal.

**Art. 343** — Nenhum Senador presente poderá escusar-se de votar, salvo quando se tratar de assunto em que tenha interesse pessoal, devendo declarar o impedimento antes da votação e sendo a sua presença computada para efeito de **quorum**.

**Art. 344** — Verificando-se empate na votação ostensiva, o Presidente a desempatará.

**Art. 345** — Em caso de votação por escrutínio secreto, havendo empate, será renovada na sessão seguinte ou nas subseqüentes, até que se dê o desempate.

## SEÇÃO VII

### Do Encaminhamento da Votação

**Art. 346** — Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra, por 10 (dez) minutos, para encaminhá-la.

**Art. 347** — O encaminhamento da votação é medida preparatória desta, que só se considera iniciada após o seu término.

**Art. 348** — Não terão encaminhamento de votação as eleições e os seguintes requerimentos:

- de permissão para falar sentado;
- de prorrogação do tempo da sessão;
- de prorrogação de prazo para apresentação de parecer;
- de dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para inclusão de determinada matéria em Ordem do Dia;
- de dispensa de publicação de redação final para sua imediata apreciação;
- de Senador ou Comissão, solicitando de órgão estranho ao Senado a remessa de documentos;

- de Comissão ou Senador, solicitando informações oficiais;
- de Comissão ou Senador, solicitando a publicação, no **Diário do Congresso Nacional**, de informações oficiais;
- de licença de Senador;
- de remessa a determinada Comissão de matéria despachada a outra;
- de destaque de disposição ou emenda para votação em separado.

**Parágrafo único** — O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada Partido, salvo nas homenagens de pesar.

## SEÇÃO VIII

### Da Preferência

**Art. 349** — Conceder-se-á preferência, mediante deliberação do Plenário:

- 1) de proposição sobre outra ou sobre as demais da Ordem do Dia;
- 2) de emenda ou grupo de emendas sobre as demais oferecidas à mesma proposição ou sobre outras referentes ao mesmo assunto;
- 3) de projeto sobre o substitutivo (art. 338, XIII);
- 4) de substitutivo sobre o projeto (art. 338, XIII).

**Parágrafo único** — A preferência deverá ser requerida:

- a) antes de anunciada a proposição sobre a qual deva ser concedida, na hipótese do item 1;
- b) até ser anunciada a votação, nas hipóteses dos itens 2, 3 e 4.

## SEÇÃO IX

### Do Destaque

**Art. 350** — O destaque de partes de qualquer proposição, bem como de emenda do grupo a que pertencer, pode ser concedido, mediante delibera-

ção do Plenário, a requerimento de qualquer Senador, para:

- a) constituir projeto autônomo, salvo quando a disposição a destacar seja de projeto da Câmara;
- b) votação em separado;
- c) aprovação ou rejeição.

**Art. 351** — É lícito destacar para votação, como emenda autônoma:

- a) parte de substitutivo, quando a votação se faça preferencialmente sobre o projeto;
- b) parte de emenda;
- c) subemenda;
- d) parte do projeto, quando a votação se fizer preferencialmente sobre o substitutivo.

**Parágrafo único** — O destaque só será possível quando o texto destacado possa ajustar-se à proposição em que deva ser integrado e forme sentido completo.

**Art. 352** — Em relação aos destaques, obedecer-se-á às seguintes normas:

**I.** o requerimento deve ser formulado:

- a) até ser anunciada a proposição, se o destaque atingir alguma de suas partes;
- b) até ser anunciado o grupo das emendas, quando o destaque se referir a qualquer delas;
- c) até ser anunciada a emenda, se o destaque tiver por fim separar alguma de suas partes;

**II.** não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente;

**III.** concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria principal e, em seguida, a destacada;

**IV.** a votação de requerimento de destaque só envolve decisão sobre a parte a destacar-se a finalidade-

de do destaque fôr expressamente mencionada;

V. havendo retirada do requerimento de destaque, a matéria destacada voltará ao grupo a que pertencer;

VI. não se admitirá requerimento de destaque:

a) para aprovação ou rejeição:

1) de dispositivo a que houver sido apresentada emenda;

2) de emendas que, regimentalmente, devam ser votadas separadamente;

b) de emendas para constituição de grupos diferentes daqueles a que, regimentalmente, pertençam;

VII. destacada uma emenda, selo-ão, automaticamente, as que com ela tenham relação;

VIII. o destaque para projeto em separado de dispositivo ou emenda pode, também, ser proposto por Comissão, em seu parecer;

IX. a votação do requerimento de destaque para projeto em separado precederá a deliberação sobre a matéria principal;

X. o destaque para projeto em separado só pode ser submetido a votos se a matéria a destacar fôr suscetível de constituir proposição de curso autônomo;

XI. concedido o destaque para projeto em separado, o autor do requerimento terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para oferecer o texto com que deverá tramitar o novo projeto;

XII. o projeto resultante de destaque terá a tramitação de proposição inicial.

## SEÇÃO X

### Do Adiamento da Votação

Art. 353 — O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão (art. 311).

Parágrafo único — O requerimento de adiamento deverá ser apresentado

e votado como preliminar ao ser anunciada a votação da matéria.

## SEÇÃO XI

### Da Declaração de Voto

Art. 354 — Proclamado o resultado de uma votação, é lícito ao Senador usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, para declaração de voto, salvo se:

a) a votação fôr secreta;

b) a deliberação não se completar por falta de número;

c) a votação não fôr suscetível de encaminhamento.

## CAPÍTULO IX

### Da Redação do Vencido

Art. 355 — Terminada a votação, o projeto irá à Comissão competente a fim de redigir o vencido.

§ 1.º — A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir:

a) nos projetos em segundo turno, se aprovados sem modificações, já tendo sido feita redação do vencido em primeiro turno;

b) nos projetos aprovados em primeiro turno, sem emendas;

c) nos projetos com substitutivo aprovado, em primeiro turno, sem emendas;

d) nos projetos da Câmara destinados à sanção;

e) nos substitutivos dependentes de turno suplementar.

§ 2.º — A Comissão poderá, em seu parecer, propor seja considerada como final a redação do texto de projeto ou substitutivo aprovado sem alterações, desde que em condições de ser adotado como definitivo.

Art. 356 — É privativo da Comissão específica para estudar a matéria redigir o vencido nos casos de:

I. reforma do Regimento Interno;

II. projeto de lei orçamentária do Distrito Federal;

III. projeto de código ou sua reforma.

Art. 357 — Nos projetos da Câmara emendados pelo Senado, a redação final limitar-se-á às emendas; destacadamente, não as incorporando ao texto da proposição, salvo quando apenas corrijam defeitos evidentes de forma, sem atingir, de qualquer maneira, a substância do projeto.

Art. 358 — Lida no Expediente, a redação final ficará sobre a Mesa para oportuna inclusão em Ordem do Dia, após publicação no *Diário do Congresso Nacional*, distribuição em avulsos e interstício regimental.

Parágrafo único. — Quando, no decorrer da sessão em que fôr aprovada a matéria, chegar à Mesa a redação final respectiva, poderá o Plenário, por proposta do Presidente, permitir se proceda à sua leitura após o final da Ordem do Dia.

Art. 359 — A discussão e a votação da redação final poderão ser feitas imediatamente após a leitura, desde que assim o delibere o Senado.

Art. 360 — Quando a redação final fôr de emendas do Senado a projeto da Câmara, não se admitirão emendas a dispositivo não emendado, salvo as de redação e as que decorram de emendas aprovadas.

Art. 361 — As emendas de redação dependem de parecer da Comissão que houver elaborado a redação final, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 259.

Art. 362 — Figurando a redação final na Ordem do Dia, se sua discussão fôr encerrada sem emendas ou retificações, será considerada definitivamente aprovada, sem votação, a não ser que algum Senador requeira seja submetida a votos.

Art. 363 — Quando, em texto aprovado em definitivo, fôr verificada a existência de erro, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) tratando-se de contradição, incoerência ou prejudicialidade em projeto ainda não remetido à sanção ou à Câmara, a Mesa encaminhará a matéria à Comissão competente a fim de que proponha a orientação a seguir para a retificação do erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição e

Justiça, antes de ser submetida à deliberação do Plenário;

b) tratando-se de inexatidão material, lapso ou erro manifesto, será a matéria encaminhada à Comissão de Redação para escoimá-la do vício;

c) nas hipóteses da alínea anterior, tendo sido a matéria remetida à sanção ou à Câmara, o Presidente dará conhecimento à Casa do ocorrido e proporá a correção que se considerará autorizada se não houver objeção do Plenário;

d) concordando o Senado com a retificação, será o fato comunicado ao Presidente da República ou à Câmara, com a remessa de novos autógrafos.

**Art. 364** — Quando, em autógrafo recebido da Câmara, for verificada a existência de inexatidão material, lapso ou erro manifesto, não estando ainda a proposição aprovada pelo Senado, será sustada a sua apreciação para consulta à Casa de origem, cujos esclarecimentos serão dados a conhecer ao Senado, antes da votação, voltando a matéria às Comissões para novo exame se do vício houver resultado alteração de sentido do texto.

**Parágrafo único** — Quando a comunicação for feita pela Câmara, proceder-se-á da seguinte maneira:

a) lida no Expediente, será encaminhada à Comissão em que estiver a matéria;

b) se a matéria já houver sido examinada por outra Comissão, a Presidência providenciará a fim de que a ela volte, para novo exame, antes do parecer do órgão em cujo poder se encontra;

c) ao ser a matéria submetida ao Plenário, o Presidente o advertirá do ocorrido;

d) se a matéria já houver sido votada pelo Senado, a Presidência providenciará para que seja objeto de nova discussão, promovendo, quando necessária, a substituição dos autógrafos re-

metidos à Presidência da República ou à Câmara.

**Art. 365** — Quando, após a aprovação definitiva de projeto de lei originário do Senado, for nele verificada a existência de matéria que deva ser objeto de projeto de decreto legislativo ou de resolução, a Presidência providenciará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, o desdobramento da proposição.

**Parágrafo único** — Seguir-se-á igual orientação quando se trate de projeto de decreto legislativo ou de resolução que contenha matéria de lei.

## CAPÍTULO X

### Dos Autógrafos

**Art. 366** — A proposição, aprovada em definitivo pelo Senado, será encaminhada, em autógrafos, à sanção, à promulgação ou à Câmara, conforme o caso.

**Art. 367** — Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto da Câmara, não emendado.

**Art. 368** — O autógrafo procedente da Câmara ficará arquivado no Senado.

**Art. 369** — Quando a proposição originária da Câmara for emendada, será remetida à Casa de origem, juntamente com os autógrafos referidos no art. 367, cópia autenticada do autógrafo procedente daquela Casa, salvo se houver segunda via, caso em que será devolvida.

## CAPÍTULO XI

### Da Tramitação de Proposição de Legislatura Anterior

**Art. 370** — Ao fim de cada legislatura, serão arquivados os projetos de lei do Senado em primeiro turno, e os de resolução, cabendo a qualquer Senador ou Comissão requerer o seu desarquivamento até o fim da sessão legislativa ordinária seguinte, quando se considerará definitivo o arquivamento.

**Art. 371** — No início de cada legislatura, os projetos originários da Câmara e os de lei do Senado, em

segundo turno ou turno único, os de decreto legislativo do Senado e os substitutivos em turno suplementar, procedentes de legislatura anterior, prosseguirão o seu curso, reabrindo-se as discussões encerradas.

§ 1.º — Quando os projetos não tenham figurado em Ordem do Dia nos últimos dois anos, o Plenário, independentemente de parecer, na primeira sessão legislativa ordinária da nova legislatura, deliberará se devem ter prosseguimento, considerando-se pela rejeição o parecer contrário a essa providência.

§ 2.º — Se o Plenário deliberar que o projeto tenha prosseguimento, abrir-se-á, às Comissões a que esteja distribuído, o prazo de trinta dias, em conjunto, para a apresentação dos pareceres, findo o qual a matéria será incluída em Ordem do Dia, com ou sem eles, seguindo, daí por diante, a tramitação normal das proposições.

## CAPÍTULO XII

### Da Prejudicialidade

**Art. 372** — O Presidente, de ofício ou mediante consulta de qualquer Senador, declarará prejudicada matéria dependente de deliberação do Senado:

a) por haver perdido a oportunidade;

b) em virtude de prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

§ 1.º — Em qualquer caso, a declaração de prejudicialidade será feita em Plenário, incluída a matéria em Ordem do Dia, se nela não figurar quando se der o fato que a prejudique.

§ 2.º — Da declaração de prejudicialidade poderá ser interposto recurso ao Plenário, que deliberará ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3.º — Se a prejudicialidade, declarada no curso de votação, disser respeito a emenda ou dispositivo de matéria em apreciação, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça será proferido oralmente.

§ 4.º — A proposição prejudicada será definitivamente arquivada.

## CAPÍTULO XIII

## Do Sobrestamento do Estudo das Proposições

**Art. 373** — O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de Comissão ou de Senador, para aguardar:

- 1) a decisão do Senado ou o estudo de Comissão sobre outra proposição com ela conexa;
- 2) o resultado de diligência;
- 3) o recebimento de outra proposição sobre a mesma matéria, observando-se o disposto no artigo 140 do Regimento Comum.

**Parágrafo único** — A votação do requerimento, quando de autoria de Senador, será precedida de parecer da Comissão competente para o estudo da matéria.

## CAPÍTULO XIV

## Da Urgência

## SEÇÃO I

## Normas Gerais

**Art. 374** — A urgência poderá ser requerida:

- a) quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública;
- b) quando se pretenda a apreciação da matéria na mesma sessão;
- c) quando se pretenda incluir em Ordem do Dia matéria pendente de pareceres.

**Art. 375** — A urgência dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios e formalidades regimentais, salvo pareceres das Comissões, **quorum** para deliberação, publicação e distribuição de cópias das proposições principais.

## SEÇÃO II

## Do Requerimento de Urgência

**Art. 376** — A urgência pode ser proposta:

- I. no caso do art. 374, a, pela Mesa, pela maioria dos membros do Senado ou Líderes que representem esse número;
- II. no caso do art. 374, b, por 2/3 (dois terços) da composição do Senado ou Líderes que representem esse número;
- III. no caso do art. 374, c, por 1/4 (um quarto) da composição do Senado ou Líderes que representem esse número;
- IV. em qualquer caso, por Comissão.

**Art. 377** — O requerimento de urgência será lido:

- I. no caso do art. 374, a, imediatamente, em qualquer fase da sessão, ainda que com interrupção de discurso, discussão ou votação;
- II. nos demais casos, na Hora do Expediente.

**Art. 378** — O requerimento de urgência será submetido ao Plenário:

- I. imediatamente, no caso do art. 374, a;
- II. após a Ordem do Dia, no caso do art. 374, b;
- III. na sessão seguinte, incluído em Ordem do Dia, no caso do art. 374, c.

**Art. 379** — Não serão submetidos à deliberação do Plenário requerimentos de urgência:

- I. no caso do art. 374, b, na sessão em que se der a leitura inicial da proposição a que se refira, nem em sessão extraordinária realizada com intervalo inferior a 4 (quatro) horas;
- II. no caso do art. 374, c, antes da publicação da proposição respectiva;
- III. em número superior a 2 (dois), na mesma sessão, não computados os casos do art. 374, a.

**Art. 380** — No caso do art. 374, b, o requerimento de urgência será considerado prejudicado se não houver número para a votação.

**Art. 381** — No encaminhamento da votação de requerimento de urgência, poderão usar da palavra, pelo prazo de 10 (dez) minutos, um dos signatários e um representante de cada Partido e, quando se tratar de requerimento apresentado por Comissão, o seu Presidente ou o Relator da matéria.

**Art. 382** — A retirada de requerimento de urgência, obedecido, no que couber, o disposto no art. 281, é admissível mediante solicitação escrita:

- I. do primeiro signatário, quando não se trate de requerimento de Líderes;
- II. do Presidente da Comissão, quando de autoria desta;
- III. das lideranças que o houverem subscrito.

## SEÇÃO III

## Da Apreciação de Matéria Urgente

**Art. 383** — A matéria para a qual o Senado conceda urgência será submetida ao Plenário:

- I. imediatamente após a concessão da urgência, nos casos do art. 374, a e b;
- II. na quarta sessão ordinária que se seguir à concessão da urgência, na hipótese do art. 374, c.

**Parágrafo único** — Quando, nos casos do art. 374, b e c, encerrada a discussão, se tornar impossível o imediato início das deliberações, em virtude da complexidade da matéria, a Mesa será assegurado, para preparo da votação, prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas.

**Art. 384** — Os pareceres sobre as proposições em regime de urgência devem ser apresentados:

- I. imediatamente, nas hipóteses do art. 374, a e b, podendo os Presidentes das Comissões ou os Relatores solicitar prazo não excedente a 2 (duas) horas, em conjunto;



II. no prazo compreendido entre a concessão da urgência e o dia anterior ao da sessão em cuja Ordem do Dia deva a matéria figurar, quando se tratar de caso previsto no art. 374, c.

§ 1.º — O prazo a que se refere o inciso I será concedido sem prejuízo do prosseguimento da Ordem do Dia.

§ 2.º — Se as Comissões manifestarem o desejo de acompanhar, em Plenário, o estudo das outras matérias, a sessão será suspensa, a não ser que haja oradores inscritos para depois da Ordem do Dia, aos quais será facultado o uso da palavra.

§ 3.º — O parecer poderá ser oral nos casos do art. 374, a e b, e, por motivo justificado, na hipótese do art. 374, c.

Art. 385 — Na discussão e no encaminhamento de votação das proposições em regime de urgência nos casos do art. 374, a e b, só poderão usar da palavra, e por metade do prazo previsto para as matérias em tramitação normal, o autor da proposição e os relatores, além de um orador de cada Partido.

Art. 386 — Encerrada a discussão de matéria em regime de urgência com a apresentação de emendas, proceder-se-á da seguinte forma:

I. nos casos do art. 374, a e b, as Comissões proferirão os pareceres imediatamente, podendo pedir o prazo previsto no art. 384, I;

II. no caso do art. 374, c, o projeto sairá da Ordem do Dia para nela ser novamente incluído na quarta sessão ordinária subsequente, devendo ser proferidos os pareceres sobre as emendas até o dia anterior ao da sessão em que a matéria será apreciada.

Art. 387 — A realização de diligência só é permitida nos projetos em regime de urgência requerida nos termos do art. 374, c, e pelo prazo máximo de 4 (quatro) sessões ordinárias.

Parágrafo único — O requerimento pode ser apresentado até ser anunciada a votação.

Art. 388 — O segundo turno e o turno suplementar de matéria em regi-

me de urgência serão realizados imediatamente após a aprovação do projeto, em primeiro turno, e do substitutivo, respectivamente, podendo ser concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a redação do vencido, quando houver.

Art. 389 — A redação final de matéria em regime de urgência não depende de publicação e será submetida à deliberação do Senado:

I. no caso do art. 374, a, imediatamente após a apresentação, ainda que com interrupção de discussão ou votação;

II. nos demais casos, a juízo da Presidência, em qualquer fase da sessão.

#### SEÇÃO IV

##### Da Extinção da Urgência

Art. 390 — Extingue-se a urgência:

I. pelo término da sessão legislativa;

II. nos casos do art. 374, b e c, até ser iniciada a votação da matéria, mediante deliberação do Plenário.

Parágrafo único — O requerimento de extinção de urgência pode ser formulado:

a) em qualquer caso, por Comissão;

b) no caso do art. 374, c, por 1/4 (um quarto) da composição do Senado ou Líderes que representem esse número;

c) no caso do art. 374, b, pela maioria dos membros do Senado ou Líderes que representem esse número.

#### SEÇÃO V

##### Das Matérias Urgentes Independentemente de Requerimento

Art. 391 — São consideradas urgentes, independentemente de requerimento:

I. com a tramitação prevista para o caso do art. 374, a, a matéria que tenha por fim:

a) autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a

fazer a paz, bem como permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, nos casos previstos em lei complementar (Const., art. 44, II);

b) aprovar ou suspender a intervenção federal ou o estado de sítio (Const., art. 44, IV);

II. com a tramitação prevista para o caso do art. 374, b, a matéria que objetive autorização:

a) para o Presidente e o Vice-Presidente da República se ausentarem do País (Const., art. 44, III);

b) para Senador desempenhar missão prevista no art. 36, § 2.º, da Constituição.

#### TÍTULO XI

##### Dos Projetos Sujelto a Disposições Especiais

#### CAPÍTULO I

##### Dos Projetos de Código

Art. 392 — Na sessão em que for lido o projeto de código, a Presidência designará uma Comissão Especial, para seu estudo, composta de 15 (quinze) membros e fixará o calendário de sua tramitação, obedecidas as seguintes normas e prazos:

I. a Comissão se reunirá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir de sua constituição, para eleger o Presidente e Vice-Presidente, sendo em seguida designados um Relator-Geral e tantos Relatores Parciais quantos necessários;

II. ao projeto serão anexadas as proposições em curso ou as sobrestadas, que envolvam matéria com ele relacionada;

III. perante a Comissão, poderão ser oferecidas emendas, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da publicação do projeto no Diário do Congresso Nacional;

IV. encerrado o prazo para a apresentação de emendas, os Relatores Parciais encaminharão, dentro de 10 (dez) dias, ao Relator

Geral, as conclusões de seus trabalhos;

**V.** o Relator Geral terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar, à Comissão, o parecer que será distribuído em avulsos, juntamente com o estudo dos Relatores Parciais e as emendas;

**VI.** a Comissão terá 5 (cinco) dias para concluir o estudo e encaminhar à Mesa o parecer final sobre o projeto e as emendas;

**VII.** na Comissão, a discussão da matéria obedecerá à divisão adotada para a designação dos Relatores Parciais, podendo cada membro usar da palavra uma vez, por 10 (dez) minutos, o Relator, duas vezes, por igual prazo, e o Relator Geral, duas vezes, pelo prazo de 15 (quinze) minutos;

**VIII.** as emendas e subemendas serão votadas, sem encaminhamento, em grupos, segundo o sentido dos pareceres, ressalvados os destaques requeridos pelo autor, com apoio de, pelo menos, 5 (cinco) membros da Comissão ou por Líder.

**IX.** publicado o parecer da Comissão e distribuídos os avulsos, será o projeto incluído, com exclusividade, em Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental;

**X.** a discussão, em Plenário, far-se-á sobre o projeto e as emendas, em um único turno, podendo o Relator Geral usar da palavra por duas vezes;

**XI.** a discussão poderá ser encerrada mediante autorização do Plenário, a requerimento de Líder, depois de debatida a matéria em três sessões consecutivas;

**XII.** encerrada a discussão, passar-se-á à votação, sendo que os destaques só poderão ser requeridos por Líder, pelo Relator Geral ou por 20 (vinte) Senadores;

**XIII.** aprovado com emendas, o projeto voltará à Comissão Especial para a redação final que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias;

**XIV.** publicada e distribuída em avulsos, a redação final será incluída em Ordem do Dia, obedecido o interstício regimental.

## CAPÍTULO II

### Dos Projetos de Iniciativa do Presidente da República com Tramitação em Prazo Determinado

**Art. 393** — No estudo dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República com tramitação em prazo determinado (Const., art. 51), proceder-se-á da seguinte maneira:

**I.** a revisão do projeto será feita:

a) no texto aprovado pela Câmara, se os autógrafos respectivos chegarem ao Senado até 46 (quarenta e seis) dias a partir do recebimento do projeto inicial do Presidente da República;

b) no texto do Executivo, se o da Câmara não chegar ao Senado dentro do prazo referido na alínea anterior, sendo o fato comunicado à outra Casa;

**II.** em qualquer das hipóteses do inciso anterior, a matéria será lida no Expediente e distribuída às Comissões competentes;

**III.** a matéria será apreciada, simultaneamente, pelas Comissões, sendo feitas tantas autuações quantas forem necessárias;

**IV.** as Comissões deverão apresentar os pareceres até 10 (dez) dias antes do término do prazo de tramitação do projeto, quando, obrigatoriamente, figurará em Ordem do Dia;

**V.** emendado na discussão, o projeto voltará à Ordem do Dia na segunda sessão ordinária subsequente, devendo as Comissões manifestar-se sobre as emendas nesse período, salvo se preferirem fazê-lo em Plenário;

**VI.** o adiamento de discussão ou de votação não poderá ser aceito por prazo superior a 24 (vinte e quatro) horas;

**VII.** a redação final do projeto, ou das emendas, deverá ser apre-

sentada em Plenário no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a votação da matéria;

**VIII.** esgotado o prazo para tramitação do projeto sem que se tenha concluído a votação, considerar-se-á aprovado o texto sobre o qual deveria pronunciar-se o Senado, sendo enviado à sanção.

## TÍTULO XII

### Da Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### CAPÍTULO I

### Da Fiscalização Financeira e Orçamentária da União

**Art. 394** — Recebido pelo Senado projeto referente à prestação das contas do Presidente da República, será lido no Expediente, publicado e distribuído em avulsos com o parecer do Tribunal de Contas e, sempre que possível, com os textos da mensagem e da exposição de motivos do Ministro da Fazenda.

§ 1.º — Distribuídos os avulsos, o projeto ficará sobre a Mesa durante três sessões ordinárias para recebimento de emendas, sendo, em seguida, remetido à Comissão de Finanças, que terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta), para sobre ele se manifestar.

§ 2.º — Esgotados os prazos previstos no parágrafo anterior, a matéria será incluída em Ordem do Dia, com ou sem parecer.

## CAPÍTULO II

### Da Fiscalização Financeira e Orçamentária do Distrito Federal

**Art. 395** — O Senado, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas, exercerá a fiscalização financeira e orçamentária do Distrito Federal (Const., art. 42, V).

**Art. 396** — Recebido o expediente relativo à prestação das contas do Governador do Distrito Federal, a Presidência dará conhecimento ao Plenário e despachará a matéria às Comissões do Distrito Federal, de Constituição e Justiça e de Finanças.

§ 1.º — A Comissão do Distrito Federal terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias para emitir parecer que concluirá por projeto de resolução aprovando ou rejeitando as contas, ou propondo as providências cabíveis à apuração de responsabilidades, ou punições por motivo de irregularidades verificadas.

§ 2.º — No exame das contas, a Comissão poderá solicitar, diretamente, informações ao Governador e realizar diligências junto aos órgãos administrativos do Distrito Federal.

§ 3.º — Perante a Comissão, poderão comparecer autoridades da administração do Distrito Federal a fim de acompanharem a discussão da matéria e prestarem esclarecimentos.

### TÍTULO XIII

#### Dos Atos Internacionais

Art. 397 — O projeto de decreto legislativo referente a atos internacionais terá a seguinte tramitação:

- a) só terá iniciado o seu curso se estiver acompanhado de cópia autenticada do texto, em português, do ato internacional respectivo, bem como da mensagem de encaminhamento e da exposição de motivos;
- b) lido no Expediente, será o projeto publicado e distribuído em avulsos, acompanhado dos textos referidos na alínea anterior e despachado, simultaneamente, às Comissões competentes, em autuações especiais;
- c) as Comissões terão, para opinar sobre o projeto, o prazo em comum de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período;
- d) em se tratando de ato internacional com prazo determinado para que o Brasil sobre ele se manifeste e faltando 10 (dez) dias, ou menos, para o término desse prazo, será o projeto incluído em Ordem do Dia, com ou sem pareceres;
- e) emendado o projeto em Plenário, observar-se-á, em relação aos pareceres das Comissões sobre as emendas, o disposto nas

alíneas b (quanto à distribuição) e c, e, nos casos da alínea d, a matéria voltará à Ordem do Dia na segunda sessão ordinária subsequente.

### TÍTULO XIV

#### Das Atribuições Privativas

#### CAPÍTULO I

#### Do Funcionamento como Órgão Judiciário

Art. 398 — Compete privativamente ao Senado (Const., art. 42, I e II):

I. julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II. processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República nos crimes de responsabilidade.

Parágrafo único — Nos casos previstos neste artigo, o Senado funcionará sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 399 — Em qualquer hipótese, a sentença condenatória só poderá ser proferida pelo voto nominal de 2/3 (dois terços) dos membros do Senado, e a pena limitar-se-á à perda do cargo com inabilitação, por 5 (cinco) anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo de ação da justiça ordinária (Const., art. 42, parágrafo único).

Art. 400 — Em todos os trâmites do processo e julgamento, serão observadas as normas prescritas na lei reguladora da espécie.

Art. 401 — As decisões do Senado, nos casos do art. 398, constarão de sentenças lavradas, nos autos do processo, pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, assinadas por ele e pelos Senadores que funcionarem como juízes e transcritas na Ata da sessão que será publicada no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional.

Art. 402 — Servirá como escrivão do processo um funcionário da Secretaria do Senado.

Art. 403 — Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado, obedecer-se-á às seguintes normas:

- 1) recebido da Câmara o decreto de acusação com o respectivo processo, será eleita uma Comissão Especial, constituída por 1/4 (um quarto) da composição do Senado, obedecida a proporcionalidade dos Partidos, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, fornecer libelo acusatório;
- 2) o Presidente do Senado remeterá ao Presidente do Supremo Tribunal Federal o processo, em original, com a comunicação do dia designado para o julgamento;
- 3) o 1.º Secretário enviará ao acusado cópia autenticada de todas as peças do processo, inclusive o libelo, intimando-o do dia e hora em que deverá comparecer ao Senado para o julgamento;
- 4) estando o acusado ausente do Distrito Federal, a sua intimação será solicitada pelo Presidente do Senado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado em que se encontre;
- 5) decorrido o prazo de sessenta dias, a contar do recebimento do decreto de acusação, não estando concluído o julgamento, será arquivado o processo (Const., art. 83, § 2.º).

Art. 404 — Nos crimes de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República, a denúncia será recebida pela Mesa do Senado e lida no Expediente da sessão seguinte, sendo, em seguida, despachada a uma Comissão Especial, constituída por 1/4 (um quarto) da composição do Senado, em que se representará, pelo critério proporcional, todas as Bancadas Partidárias.

#### CAPÍTULO II

#### Das Escolhas de Autoridades

Art. 405 — Na apreciação do Senado sobre as escolhas a que se refere o

inciso III do art. 42 da Constituição, observar-se-ão as seguintes normas:

- a) recebida a mensagem, que deverá ser acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu curriculum vitae, será lida em Plenário e encaminhada à Comissão competente;
- b) a Comissão poderá convocar o candidato, em prazo estipulado, para ouvi-lo sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo que deverá ocupar;
- c) a convocação de Chefe de Missão Diplomática será obrigatória, salvo quando se tratar de diplomata em exercício no estrangeiro, caso em que dependerá de deliberação da Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros;
- d) a Comissão poderá requisitar, da autoridade competente, informações complementares;
- e) o parecer deverá:
  - 1) conter relatório sobre o candidato com os elementos informativos recebidos ou obtidos pela Comissão;
  - 2) concluir pela aprovação ou rejeição do nome indicado;
- f) será secreta a reunião em que se processarem o debate e a decisão da Comissão, sendo a votação feita em escrutínio secreto, vedadas declaração ou justificação de voto, exceto com referência ao aspecto legal;
- g) o parecer e a Ata da reunião serão encaminhados à Mesa em sobrecarta fechada, rubricada pelo Presidente da Comissão;
- h) o parecer será apreciado pelo Plenário em sessão secreta;
- i) a manifestação do Senado será comunicada ao Presidente da República em expediente secreto, no qual se consignará o resultado da votação.

### CAPÍTULO III

#### Da Autorização para Empréstimos, Operações ou Acórdos Externos

**Art. 406** — O Senado apreciará pedido de autorização para empréstimos, operações ou acórdos externos, de qualquer natureza, a ser realizado por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município (Const., art. 42, IV), instruído com:

- a) documentos que o habilitem a conhecer, perfeitamente, a operação, os recursos para satisfazer os compromissos e a sua finalidade;
- b) publicação oficial com o texto da autorização do Legislativo Estadual;
- c) parecer do órgão competente do Poder Executivo.

**Parágrafo único** — É lícito a qualquer Senador, representante do Estado, encaminhar à Mesa documento destinado a complementar a instrução ou o esclarecimento da matéria.

**Art. 407** — Na tramitação da matéria de que trata o artigo anterior, obedecer-se-á às seguintes normas:

- a) lida no Expediente da sessão, será encaminhada, a fim de ser formulado o respectivo projeto de resolução, concedendo ou negando a medida pleiteada:
  - 1) à Comissão do Distrito Federal, quando fôr o caso;
  - 2) à Comissão de Finanças, quando se tratar de matéria financeira;
  - 3) à Comissão de maior pertinência, nos demais casos;
- b) o projeto será, em qualquer caso, submetido ao exame da Comissão de Constituição e Justiça, e nos casos do item 1 da alínea a, se relativo à matéria financeira, ao da Comissão de Finanças;
- c) a Resolução, uma vez promulgada, será enviada, em todo o seu teor, à entidade interessada e ao órgão a que se refere o artigo 406, c, devendo constar do

instrumento da operação ou acôrdo.

**Art. 408** — Qualquer modificação nos compromissos originariamente assumidos dependerá de nova autorização do Senado.

**Art. 409** — O disposto nos artigos anteriores aplicar-se-á, também, aos casos de aval de Estado, Distrito Federal ou Município, para a contratação de empréstimo externo por entidade autárquica subordinada ao governo estadual ou municipal.

### CAPÍTULO IV

#### Da Licença para Alienação ou Concessão de Terras

**Art. 410** — O Senado se pronunciará sobre a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 3.000 (três mil) hectares, salvo para execução de planos de reforma agrária (Const., art. 171, parágrafo único), mediante pedido de autorização, formulado pelo Governador do Estado ou Território respectivo, instruído com:

- a) planta e descrição minuciosa das terras objeto da transação, esclarecimentos sobre o destino que se lhes pretenda dar e razões justificativas do ato;
- b) nome e nacionalidade da pessoa física ou jurídica compradora, capacidade de exploração e idoneidade profissional;
- c) planta e descrição de outras terras que o adquirente possua, com especificação da respectiva área de utilização;
- d) parecer do órgão competente, nos Estados, sobre as condições agrológicas, ecológicas e climáticas das áreas objeto de alienação ou concessão, bem como de sua posição em face dos transportes aos centros consumidores;
- e) esclarecimentos sobre a existência, na área cuja alienação se pretenda:
  - 1) de posseiros com mais de 10 (dez) anos ininterruptos de ocupação;

2) de silvícolas.

§ 1.º — Tratando-se de concessão ou alienação nas zonas a que se refere o art. 89 da Constituição, o pedido de autorização será encaminhado ao Senado com prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional.

§ 2.º — É lícito a qualquer Senador, da representação do Estado, encaminhar, à Mesa, documento destinado a completar a instrução ou o esclarecimento da matéria.

Art. 411 — Lido no Expediente, o pedido de concessão ou alienação será encaminhado à Comissão de Legislação Social, que formulará projeto de resolução, concedendo ou negando a medida pleiteada, indo a matéria, a seguir, às Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura.

Art. 412 — A autorização do Senado não prejudicará a preferência estabelecida pelo art. 171 da Constituição e deverá constar do instrumento de concessão ou alienação.

## CAPÍTULO V

### Da Suspensão da Vigência de Lei ou Decreto Inconstitucionais

Art. 413 — O Senado conhecerá da declaração, proferida em decisão definitiva pelo Supremo Tribunal Federal, da inconstitucionalidade, total ou parcial, de lei ou decreto, mediante:

- 1) comunicação do Presidente do Tribunal;
- 2) representação do Procurador-Geral da República;
- 3) projeto de resolução de iniciativa da Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 414 — A comunicação, representação e o projeto a que se refere o artigo anterior deverão ser instruídos com o texto da lei ou decreto cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

Art. 415 — Lida em Plenário, a comunicação ou representação será encaminhada à Comissão de Constitui-

ção e Justiça que formulará projeto de resolução suspendendo a execução, no todo ou em parte, da lei ou decreto (Const., art. 42, VII).

## CAPÍTULO VI

### Das Matérias Relativas ao Distrito Federal com Tramitação Especial

#### SEÇÃO I

##### Do Orçamento

Art. 416 — O Projeto de Lei Orçamentária do Distrito Federal, lido no Expediente, será distribuído à Comissão do Distrito Federal.

§ 1.º — Perante a Comissão poderão ser apresentadas emendas, nos 20 (vinte) dias que se seguirem à publicação da matéria no Diário do Congresso Nacional, observado o disposto no § 1.º do art. 65 da Constituição.

§ 2.º — A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para emitir parecer sobre o projeto e as emendas.

§ 3.º — Será final o pronunciamento da Comissão sobre as emendas, salvo se 1/3 da composição do Senado requerer a votação, em Plenário, de emenda por ela aprovada ou rejeitada.

§ 4.º — Se o parecer não for apresentado no prazo previsto e faltarem 20 (vinte) dias para o término da sessão legislativa, será a matéria, a critério da Presidência, incluída em Ordem do Dia, devendo o parecer ser proferido, oralmente, em Plenário.

§ 5.º — Concluída a votação, a matéria voltará à Comissão do Distrito Federal a fim de ser elaborada a redação final.

#### SEÇÃO II

##### Do Veto

Art. 417 — O Veto Presidencial que incidir sobre matéria relativa ao Distrito Federal terá a seguinte tramitação:

- I. recebida a Mensagem encaminhando as razões do veto, será lida no Expediente e despachada à Comissão do Distrito Federal;

II. a Comissão deverá apresentar, dentro de 15 (quinze) dias, relatório sobre a matéria;

III. encaminhado à Mesa o relatório, que terá numeração própria, será lido no Expediente, publicado no Diário do Congresso Nacional e distribuído em avulsos, juntamente com os textos da Mensagem, do Projeto, das emendas aprovadas, dos pareceres, e das disposições vetadas e sancionadas, quando se tratar de veto parcial;

IV. distribuídos os avulsos, a Presidência convocará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sessão extraordinária destinada à apreciação da matéria vetada;

V. na discussão, poderão fazer uso da palavra, por 20 (vinte) minutos, os oradores inscritos, sendo facultado à Presidência, para ordenar os debates, conceder a palavra, alternadamente, a um orador favorável e a outro contrário à matéria vetada;

VI. a discussão poderá ser encerrada mediante deliberação do Plenário, a requerimento de Líder, tendo usado da palavra, pelo menos dois oradores favoráveis e dois contrários;

VII. encerrada a discussão da matéria, passar-se-á, imediatamente à votação, que se realizará pelo processo nominal, votando **sim** os que a aprovarem, rejeitando o veto, e **não**, os que a rejeitarem, aprovando o veto;

VIII. considera-se aprovada a matéria vetada que obtiver o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Casa;

IX. quando o veto for parcial, será votada, como disposição autônoma, cada uma das partes por ele atingidas, salvo quando se tratar de matéria correlata ou idêntica;

X. ter-se-á como mantido o veto cuja apreciação não se fizer no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento da Mensagem (Const., art. 59, § 4.º);  
XI. aprovada a matéria vetada, serão remetidos à Presidência da

República, para promulgação, os autógrafos a ela correspondentes, devendo a Mensagem que os encaminhar fazer referência expressa ao resultado da votação;

**XII.** se a matéria aprovada não for promulgada pelo Presidente da República dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o Presidente do Senado a promulgará e se este não o fizer, em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado Constituição, art. 59, § 5.º);

**XIII.** rejeitada a matéria vetada, será seu processo definitivamente arquivado, feita a devida comunicação à Presidência da República.

## CAPÍTULO VI

### Das Atribuições Previstas nos arts. 23 e 42, VI, da Constituição

**Art. 418** — Ao Senado, por proposta do Presidente da República, compete:

a) fixar, nos casos de que tratam os §§ 2.º e 5.º do art. 23 da Constituição, as alíquotas dos impostos da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal, incidentes sobre:

1) transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e a cessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos à sua aquisição;

2) operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por produtores, industriais e comerciantes;

b) fixar limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e Municípios (Const., art. 42, VI);

c) estabelecer e alterar limites de prazos, mínimo e máximo, taxas de juros e as demais condições das obrigações emitidas pelos Estados e Municípios (Const., art. 42, VI);

d) proibir ou limitar, temporariamente, a emissão e o lançamento de obrigações de qualquer na-

tureza dos Estados e Municípios (Const., art. 42, VI).

**Art. 419** — As matérias mencionadas no artigo anterior serão objetos de Resolução do Senado e terão a tramitação regimental prevista para os demais projetos de resolução.

**Art. 420** — Promulgada a Resolução referida no artigo anterior, o Senado remeterá o respectivo texto ao Presidente da República, aos Governadores, às Assembléias Legislativas e aos Prefeitos dos Municípios interessados, com a indicação da data da publicação no *Diário do Congresso Nacional* e no *Diário Oficial da União*.

## TÍTULO XV

### L. Comparecimento de Ministro de Estado

**Art. 421** — O Ministro de Estado comparecerá perante o Senado ou suas Comissões:

I. quando convocado, nos termos do art. 38, caput, da Constituição, mediante requerimento de qualquer Senador ou Comissão, aprovado pela maioria da composição do Senado;

II. quando o solicitar (Const., art. 38, § 2.º):

a) para exposição sobre assunto inerente às suas atribuições;

b) para discutir projeto relacionado com o Ministério sob sua direção.

**Art. 422** — Nas hipóteses do inciso I e da alínea a do inciso II do artigo anterior, adotar-se-ão as seguintes normas:

a) nos casos do inciso I, a Presidência oficialará ao Ministro de Estado, dando-lhe conhecimento da convocação e da lista das informações desejadas a fim de que declare quando comparecerá ao Senado, no prazo que lhe estipular não superior a 30 (trinta) dias;

b) nos da alínea a do inciso II, a Presidência comunicará o dia e

a hora que marcar para o comparecimento;

c) no Plenário, o Ministro de Estado ocupará o lugar que a Presidência lhe indicar;

d) será assegurado o uso da palavra ao Ministro de Estado na oportunidade combinada, sem embargo das inscrições existentes;

e) na Ordem do Dia, não se incluirá matéria para deliberação;

f) se o Ministro de Estado desejar falar ao Senado no mesmo dia em que o solicitar, ser-lhe-á assegurada a oportunidade após as deliberações da Ordem do Dia;

g) se o prazo ordinário da sessão não permitir que se conclua a exposição do Ministro de Estado, com a correspondente fase de interpeleções, será ela prorrogada ou se designará outra sessão para esse fim;

h) o Ministro de Estado ficará subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Senadores;

i) o Ministro de Estado só poderá ser aparteado na fase das interpeleções e desde que o permita;

j) terminada a exposição do Ministro de Estado, abrir-se-á fase de interpeleção, por qualquer Senador, dentro do assunto tratado, dispondo o interpeleante de 10 (dez) minutos, e sendo assegurado igual prazo para a resposta do interpeleado;

k) ao Ministro de Estado é lícito fazer-se acompanhar de assessores, aos quais a Presidência designará lugares próximos ao que ele deva ocupar, não lhes sendo permitido interferir nos debates.

**Art. 423** — O disposto nos artigos anteriores aplica-se, quando possível, aos casos de comparecimento de Ministro à reunião de Comissão.

**Art. 424** — Na hipótese de não ser atendida convocação feita de acordo com o disposto no art. 421, I, o Presi-

dente do Senado promoverá a instauração do procedimento legal cabível ao caso.

**Art. 425** — Nos casos da alínea b do inciso II do art. 421, observar-se-ão as seguintes normas:

- a) se o projeto que o Ministro pretenda discutir ainda não constar de Ordem do Dia anunciada, a Presidência lhe comunicará o dia e a hora em que se efetuará a discussão, e, se a matéria já figurar em Ordem do Dia, ser-lhe-á comunicada a hora do início da discussão;
- b) na sessão em que se deva verificar a presença do Ministro, não haverá prorrogação da Hora do Expediente, e a Ordem do Dia iniciar-se-á com a matéria de cuja discussão ele pretenda participar;
- c) ao Ministro será lícito falar antes ou depois dos Senadores que queiram discutir a matéria, assegurado aos relatores o uso da palavra em seguida a ele;
- d) se a Ordem do Dia já estiver iniciada ao chegar à Mesa solicitação do Ministro, no sentido de discutir matéria dela constante, ultimar-se-á a discussão da proposição em apreciação e, em seguida, se passará à que por ele deva ser discutida;
- e) na discussão da matéria, o Ministro poderá apartear e ser apartado, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Senadores;
- f) o Ministro pode fazer-se acompanhar de assessores aos quais a Presidência designará lugares próximos ao que ele deva ocupar, não lhes sendo lícito interferir nos debates nem prestar informações em voz alta;
- g) à participação do Ministro em debates perante as Comissões aplicar-se-ão, no que couber, as normas deste artigo.

## TÍTULO XVI

### Da Ordem e da Economia Interna CAPÍTULO I

#### Da Ordem

**Art. 426** — A Comissão Diretora fará manter a disciplina e o respeito indispensáveis no edifício do Senado e suas dependências.

**Art. 427** — O policiamento do edifício e dependências será feito pelo Serviço de Segurança da Casa, podendo, quando necessário, ser utilizada a colaboração de outros policiais, postos à disposição da Comissão Diretora, por solicitação desta.

**Art. 428** — É proibido o porte de arma, de qualquer espécie, no edifício do Senado.

**Art. 429** — O membro do Congresso Nacional, ao ingressar no edifício do Senado portando arma, entregá-la-á, mediante recibo, no local designado pela Comissão Diretora, a funcionário por esta incumbido de guardá-la.

**Art. 430** — O desrespeito ao disposto no artigo anterior constitui falta de decôro parlamentar.

**Art. 431** — A Comissão Diretora, logo que eleita, designará dois e seus membros para se responsabilizarem pela supervisão do previsto no artigo 429.

**Parágrafo único** — O poder de supervisionar inclui o de revistar e desarmar.

**Art. 432** — Nos locais destinados à imprensa, só serão admitidos os representantes dos órgãos de publicidade, das agências telegráficas e das estações de telecomunicações, previamente autorizados pela Comissão Diretora para o exercício da profissão junto ao Senado.

**Art. 433** — Não é permitido o ingresso, nas dependências do Senado, a quem não esteja convenientemente trajado.

**Art. 434** — A galeria superior, bem como aos gabinetes dos membros da Mesa, dos Líderes e dos Senadores, é permitido o acesso de qualquer cidadão.

**Art. 435** — Quando, no edifício do Senado ou em suas dependências, alguém perturbar a ordem, o Presidente mandá-lo-á pôr em custódia, se desatendida a advertência que se lhe fizer. Feitas as averiguações necessárias, mandá-lo-á soltar ou entregar à autoridade competente, com ofício do 1.º Secretário participando a ocorrência.

**Art. 436** — Quando, no edifício do Senado ou em suas dependências, for cometido algum delito, o criminoso será preso e, em seguida, instaurado inquérito, presidido por um dos membros da Mesa, designado pelo Presidente.

§ 1.º — Serão observadas, no inquérito, as leis de processo e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe forem aplicáveis.

§ 2.º — Servirá de escrivão, no inquérito, o funcionário da Secretaria designado pelo 1.º Secretário.

§ 3.º — O inquérito será enviado, após sua conclusão, à autoridade judiciária competente.

§ 4.º — O preso será entregue com o auto de flagrante à autoridade policial competente.

## CAPÍTULO II

### Da Economia Interna

**Art. 437** — Ao Banco do Brasil serão enviadas, diretamente, as folhas dos subsídios dos Senadores e as dos vencimentos dos funcionários da Secretaria a fim de serem pagos no edifício do Senado.

**Art. 438** — O Diretor-Geral da Secretaria, sob a fiscalização da Comissão Diretora, servirá de tesoureiro das importâncias atribuídas ao Senado para as despesas ordinárias e eventuais, cumprindo-lhe:

- a) recolher as quantias que receber ao cofre da Secretaria, ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, a juízo da Comissão Diretora;
- b) apresentar, mensalmente, ao Presidente do Senado e, trimestralmente, à Comissão Diretora, para exame e aprovação, o ba-

lancete da receita e despesa no qual registrará o saldo em caixa.

**Art. 439** — Até 30 de junho de cada ano, a Comissão Diretora encaminhará, ao Tribunal de Contas da União, o balanço-geral da receita e da despesa, efetuadas no exercício financeiro anterior (Const., art. 70, § 3.º).

**Art. 440** — No final de cada ano, a Comissão Diretora depositará, no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, o saldo não utilizado da dotação orçamentária do Senado e lhe dará aplicação de acordo com as necessidades da administração da Casa.

**Art. 441** — A Comissão Diretora solicitará do Ministro da Fazenda, no início de cada exercício, a dotação orçamentária do Senado relativa ao exercício anterior, ainda não recebida do Tesouro, a depositará no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, e lhe dará aplicação de acordo com as necessidades da administração da Casa.

**Art. 442** — O patrimônio do Senado é constituído de bens móveis e imóveis.

§ 1.º — Os bens móveis, quando inservíveis, poderão ser alienados.

§ 2.º — Os bens imóveis não poderão ser alienados.

§ 3.º — Entre os bens imóveis incluem-se os apartamentos de propriedade do Senado, destinados à residência dos Senadores, quando no exercício do mandato, mediante pagamento de uma taxa de ocupação e outra de conservação, ambas descontadas, em folha de pagamento, do subsídio fixo.

§ 4.º — Para os fins do disposto no parágrafo anterior, o Senador deverá assinar um contrato-padrão segundo modelo aprovado pela Comissão Diretora.

## TÍTULO XVII

### Da Secretaria

**Art. 443** — Os serviços da Secretaria do Senado, superintendidos pela Comissão Diretora, reger-se-ão por um regulamento especial, considerado parte integrante deste Regimento.

**Art. 444** — Para os serviços da Secretaria não será requisitado funcionário de qualquer repartição, salvo o disposto no art. 427.

**Parágrafo único** — Os funcionários da Secretaria poderão, autorizados pela Comissão Diretora, prestar serviços a outros órgãos do poder público ou aceitar missões estranhas ao Senado.

## TÍTULO XVIII

### Das Disposições Gerais

#### CAPÍTULO I

##### Do Regimento e suas Modificações

**Art. 445** — O Regimento Interno só poderá ser modificado ou reformado por meio de projeto de resolução de iniciativa de qualquer Senador, da Comissão Diretora, ou de Comissão Especial para esse fim criada, em virtude de deliberação do Senado, e da qual deverá fazer parte um membro da Comissão Diretora.

§ 1.º — Em qualquer caso, o projeto, após publicado e distribuído em avulsos, ficará sobre a mesa durante 3 (três) sessões a fim de receber emendas.

§ 2.º — Decorrido o prazo previsto no parágrafo anterior, o projeto será enviado:

- 1) à Comissão de Constituição e Justiça, em qualquer caso;
- 2) à Comissão Especial que o houver elaborado ou à Comissão Diretora, quando de sua autoria, para exame das emendas, se as houver recebido;
- 3) à Comissão Diretora, se de autoria individual de Senador.

§ 3.º — Os pareceres das Comissões serão emitidos no prazo de 10 (dez) dias, quando o projeto seja de simples modificação, e no de 20 (vinte) dias, quando se trate de reforma.

§ 4.º — A apreciação do projeto de alteração ou reforma do Regimento obedecerá às normas vigentes para os demais projetos de resolução.

§ 5.º — A redação final de projeto de reforma do Regimento Interno compete à Comissão que o houver elabo-

orado e, quando de iniciativa de Senador, à Comissão Diretora.

**Art. 446** — A Mesa fará, ao fim de cada legislatura, consolidação das modificações feitas no Regimento.

**Parágrafo único** — Na consolidação, a Mesa poderá, sem modificação do vencido, alterar a ordenação das matérias e fazer as correções de redação que se tornarem necessárias.

#### CAPÍTULO II

##### Das Questões de Ordem

**Art. 447** — Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer face da sessão, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, qualquer dúvida sobre interpretação ou aplicação deste Regimento.

**Art. 448** — A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.

**Art. 449** — A questão de ordem será decidida pelo Presidente, com recurso para o Plenário, de ofício ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado por Líder.

**Art. 450** — Considera-se simples precedente a decisão sobre questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento.

**Art. 451** — Nenhum Senador poderá falar sobre a mesma questão de ordem mais de uma vez.

**Art. 452** — Havendo recurso para o Plenário, sobre decisão da Mesa em questão de ordem, é lícito ao Presidente solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

§ 1.º — A audiência da Comissão de Constituição e Justiça poderá ser requerida por qualquer Senador, devendo o requerimento, nos casos de proposição em regime de urgência do art. 374, a e b, ou com prazo fatal de tramitação, ser apresentado por 1/3 (um terço) da composição do Senado.



§ 2.º — Solicitada, pelo Presidente, audiência ou aprovado requerimento nesse sentido, ficará sobrestada a decisão.

§ 3.º — O parecer da Comissão, proferido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, será incluído em Ordem do Dia para deliberação do Plenário.

§ 4.º — Quando se tratar de questão de ordem sobre matéria em regime de urgência nos termos do art. 374, a e b, ou com prazo fatal de tramitação, o parecer deverá ser proferido imediatamente, podendo o Presidente da Comissão ou o Relator solicitar prazo não excedente a 2 (duas) horas.

### CAPÍTULO III

#### Dos Documentos Recebidos

Art. 453 — As petições, memoriais, representações ou outros documentos enviados ao Senado serão recebidos pelo Serviço de Protocolo e, segundo a sua natureza, despachados às Comissões competentes ou arquivados, depois de lidos em Plenário, quando o merecerem, a juízo da Presidência.

Art. 454 — Não serão recebidas petições e representações sem data e assinatura ou em termos desrespeitosos, podendo as assinaturas, a juízo da Presidência, ser reconhecidas.

Art. 455 — O Senado não encaminhará à Câmara ou a outro órgão do Poder Público documento compreendido no art. 453.

### CAPÍTULO IV

#### Da Vigência das Resoluções

Art. 456 — As Resoluções do Senado, salvo disposição em contrário, entram em vigor na data de sua publicação.

### TÍTULO XIX

#### Das Disposições Transitórias

Art. 457 — O mandato da Mesa atual terminará a 30 de março de 1971 (Const., art. 186), quando será, solenemente, empossada a Mesa eleita para o período seguinte."

Art. 2.º — Serão definitivamente arquivados os Projetos de Resolução com tramitação já iniciada e que tenham, como objeto, alterar o Regimento Interno do Senado.

Art. 3.º — São revogadas as Resoluções n.ºs 2, de 1959; 45, de 1960; 12 e 76, de 1961; 5, de 1962; 3, 26 e 34, de 1963; 6, 10 e 76, de 1964; 44 e 115, de 1965; 29, de 1967 e 13, de 1968.

Art. 4.º — Esta Resolução entra em vigor em 1.º de fevereiro de 1971.

Brasília, de de 1970.

Senado Federal, 27 de novembro de 1970. — João Cleofas.

Republicado por ter saído com incorreções no DCN (Seção II), de 29-11-70 (págs. 5.098 e 5.143).

### PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 48, DE 1970

(N.º 2.346-A/70, na Casa de origem)

#### DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — A classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais obedecerá às diretrizes estabelecidas na presente Lei.

Art. 2.º — Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se, basicamente, nos seguintes Grupos:

#### De Provimento em Comissão

I. Direção e Assessoramento Superiores;

#### De Provimento Efetivo

II. Pesquisa Científica e Tecnológica;

III. Diplomacia;

IV. Magistério;

V. Polícia Federal;

VI. Tributação, Arrecadação e Fiscalização;

VII. Artesanato;

VIII. Serviços Auxiliares;

IX. Outras atividades de nível médio.

X. Outras atividades de nível superior;

Art. 3.º — Segundo a correlação e afinidade, a natureza dos trabalhos ou o nível de conhecimentos aplicados, cada Grupo, abrangendo várias atividades, compreenderá:

I. Direção e Assessoramento Superiores: os cargos de direção e assessoramento superiores da administração cujo provimento deva ser regido pelo critério da confiança, segundo for estabelecido em regulamento;

II. Pesquisa Científica e Tecnológica: os cargos com atribuições exclusivas ou comprovadamente principais, de pesquisa científica, pura ou aplicada, para cujo provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente e não estejam abrangidos pela legislação do Magistério Superior;

III. Diplomacia: os cargos que se destinam a representação diplomática;

IV. Magistério: os cargos com atividades de magistério de todos os níveis de ensino;

V. Polícia Federal: os cargos com atribuições de natureza policial;

VI. Tributação, Arrecadação e Fiscalização: os cargos com atividades de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos federais;

VII. Artesanato: os cargos de atividades de natureza permanente, principais ou auxiliares, relacionadas com os serviços de artefice em suas várias modalidades;

VIII. Serviços Auxiliares: os cargos de atividades administrativas em geral, quando não de nível superior;

IX. Outras atividades de nível superior: os demais cargos para cujo

provimento se exija diploma de curso superior de ensino ou habilitação legal equivalente;

**X.** Outras atividades de nível médio: os demais cargos para cujo provimento se exija diploma ou certificado de conclusão de curso de grau médio ou habilitação equivalente.

**Parágrafo único** — As atividades relacionadas com transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza e outras assemelhadas serão, de preferência, objeto de execução indireta, mediante contrato, de acordo com o art. 10, § 7.º, do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

**Art. 4.º** — Outros Grupos, com características próprias, diferenciados dos relacionados no artigo anterior, poderão ser estabelecidos ou desmembrados daqueles, se o justificarem as necessidades da Administração, mediante ato do Poder Executivo.

**Art. 5.º** — Cada Grupo terá sua própria escala de níveis, a ser aprovada pelo Poder Executivo, atendendo, primordialmente, aos seguintes fatores:

- I. Importância da atividade para o desenvolvimento nacional;
- II. Complexidade e responsabilidade das atribuições exercidas; e
- III. Qualificações requeridas para o desempenho das atribuições.

**Parágrafo único** — Não haverá correspondência entre os níveis dos diversos Grupos, para nenhum efeito.

**Art. 6.º** — A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo.

**Art. 7.º** — O Poder Executivo elaborará e expedirá o novo Plano de Classificação de Cargos, total ou parcialmente, mediante decreto, observadas as disposições desta Lei.

**Art. 8.º** — A implantação do Plano será feita por órgãos, atendida uma

escala de prioridade na qual se levará em conta preponderantemente:

**I.** a implantação prévia da reforma administrativa, com base no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967;

**II.** o estudo quantitativo e qualitativo da lotação dos órgãos, tendo em vista a nova estrutura e atribuições decorrentes da providência mencionada no item anterior; e

**III.** a existência de recursos orçamentários para fazer face às respectivas despesas.

**Art. 9.º** — A transposição ou transformação dos cargos, em decorrência da sistemática prevista nesta Lei, processar-se-á gradativamente considerando-se as necessidades e conveniência da Administração e, quando ocupados, segundo critérios seletivos a serem estabelecidos para os cargos integrantes de cada Grupo, inclusive através de treinamento intensivo e obrigatório.

**Art. 10** — O órgão central do Sistema de Pessoal expedirá as normas e instruções necessárias e coordenará a execução do novo Plano, a ser proposta pelos Ministérios, órgãos integrantes da Presidência da República e autarquias, dentro das respectivas jurisdições, para aprovação mediante decreto.

§ 1.º — O órgão central do Sistema de Pessoal promoverá as medidas necessárias para que o plano seja mantido permanentemente atualizado.

§ 2.º — Para a correta e uniforme implantação do Plano, o órgão central do Sistema de Pessoal promoverá gradativa e obrigatoriamente o treinamento de todos os servidores que participarem da tarefa, segundo programas a serem estabelecidos com esse objetivo.

**Art. 11** — Para assegurar a uniformidade de orientação dos trabalhos de elaboração e execução do Plano de Classificação de Cargos, haverá, em cada ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, uma Equipe Técnica de alto nível, sob a presidência do dirigente do órgão de pessoal respectivo, com a incumbência de:

**I.** determinar quais os Grupos ou respectivos cargos a serem abrangidos pela escala de prioridade a que se refere o art. 8.º desta Lei;

**II.** orientar e supervisionar os levantamentos, bem como realizar os estudos e análises indispensáveis à inclusão dos cargos no novo Plano; e

**III.** manter com o órgão central do Sistema de Pessoal os contatos necessários para correta elaboração e implantação do Plano.

**Parágrafo único** — Os membros das Equipes de que trata este artigo serão designados pelos Ministros de Estado dirigentes de órgãos integrantes da Presidência da República ou de autarquia, devendo a escolha recair em servidores que, pela sua autoridade administrativa e capacidade técnica, estejam em condições de exprimir os objetivos do Ministério, do órgão integrante da Presidência da República ou da autarquia.

**Art. 12** — O novo Plano de Classificação de Cargos a ser instituído em aberto de acordo com as diretrizes expressas nesta Lei estabelecerá, para cada Ministério, órgão integrante da Presidência da República ou autarquia, um número de cargos inferior, em relação a cada grupo, aos atualmente existentes.

**Parágrafo único** — A não observância da norma contida neste artigo somente será permitida:

- a) mediante redução equivalente em outro Grupo, de modo a não haver aumento de despesa; ou
- b) em casos excepcionais, devidamente justificados perante o órgão central do Sistema de Pessoal, se inviável a providência indicada na alínea anterior.

**Art. 13** — Observado o disposto na Seção VIII da Constituição e em particular no seu art. 97, as formas de provimento de cargos, no Plano de Classificação decorrente desta Lei, serão estabelecidas e disciplinadas mediante normas regulamentares específicas, não se lhes aplicando as disposições, a respeito, contidas no Es-

tatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

**Art. 14** — O atual Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, a que se refere a Lei n.º 3.780, de 12 de julho de 1960, e legislação posterior, é considerado extinto, observadas as disposições desta Lei.

**Parágrafo único** — A medida que for sendo implantado o novo Plano, os cargos remanescentes de cada categoria, classificados conforme o sistema de que trata este artigo, passarão a integrar Quadros Suplementares e, sem prejuízo das promoções e acessos que couberem, serão suprimidos, quando vagarem.

**Art. 15** — Para efeito do disposto no artigo 108, § 1.º, da Constituição, as diretrizes estabelecidas nesta Lei, inclusive o disposto no artigo 14 e seu parágrafo único, se aplicarão a classificação dos cargos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas da União e do Distrito Federal, bem como à classificação dos cargos dos Territórios e do Distrito Federal.

**Art. 16** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, páginas 5268 a 5270);

## PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 54, DE 1970

(N.º 2.279-A/70, na Casa de origem)

### DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Fica criado o Instituto Nacional da Propriedade Industrial

(INPI), autarquia federal, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com sede e foro no Distrito Federal.

**Parágrafo único** — O Instituto gozará dos privilégios da União no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

**Art. 2.º** — O Instituto tem por finalidade principal executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica.

**Parágrafo único** — Sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem cometidas, o Instituto adotará, com vistas ao desenvolvimento econômico do País, medidas capazes de acelerar e regular a transferência de tecnologia e de estabelecer melhores condições de negociação e utilização de patentes, cabendo-lhe ainda pronunciar-se quanto à conveniência da assinatura, ratificação ou denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial.

**Art. 3.º** — O patrimônio do Instituto será constituído dos bens, direitos e valores pertencentes à União e atualmente, vinculados ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial ou sob sua responsabilidade, e transferidos àquele Instituto por esta Lei, bem como da receita, resultante da execução dos seus serviços e dos recursos orçamentários da União que lhe forem proporcionados.

**Art. 4.º** — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial em favor do Instituto, utilizando, como recursos, os saldos das dotações orçamentárias do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

**Art. 5.º** — O Presidente do Instituto, indicado pelo Ministro da In-

dústria e do Comércio, será de livre nomeação e exoneração do Presidente da República.

**Art. 6.º** — O Poder Executivo disporá sobre a estruturação, atribuições e funcionamento dos diversos órgãos do Instituto, bem como sobre regime de pessoal e contratação de serviços.

**Art. 7.º** — A extinção do Departamento Nacional da Propriedade Industrial será promovida pelo Poder Executivo, ficando extintos os cargos e funções à medida que forem aprovados os quadros ou tabelas próprios da autarquia criada por esta Lei.

**Parágrafo único** — Extinto o Departamento Nacional da Propriedade Industrial as atribuições que lhe competiam passarão para o INPI.

**Art. 8.º** — O Poder Executivo promoverá as medidas para redistribuição do pessoal lotado no Departamento Nacional da Propriedade Industrial, podendo o Instituto permitir o ingresso, nos seus quadros, de servidores do extinto Departamento, desde que possuam as qualificações exigidas para ocupar cargo ou exercer funções constantes de seus quadros ou tabelas.

**Art. 9.º** — O Instituto manterá publicação própria, destinada a divulgar seus atos, despachos e decisões, bem como matéria relacionada com seus serviços.

**Parágrafo único** — O Regulamento desta Lei disporá quanto à transferência, para o periódico previsto neste artigo, das publicações atualmente feitas nos termos e para os efeitos do Decreto-lei n.º 2.131, de 12 de abril de 1940, no Diário Oficial da União, Seção III.

**Art. 10** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, pág. 5272);

## PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 55, DE 1970

## DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(N.º 2.356-A/70, na Casa de Origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar utilizando como recurso o excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento da União aprovado pelo Decreto-lei n.º 727, de 1.º de agosto de 1969, no montante de Cr\$ 1.580.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e oitenta milhões de cruzeiros), conforme a especificação seguinte:

	Cr\$
28.00.00 — ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO	
28.01.00 — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	
01.07.2.001 — Comissões por Arrecadação	
3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros	18.000.000
18.00.2.003 — Encargos da Dívida Pública Fundada Interna	
3.2.4.0 — Juros	317.000.000
18.00.2.004 — Encargos da Dívida Pública Fundada Externa	
3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros	10.000.000
3.2.4.0 — Juros	99.000.000
4.3.1.1 — Amortização da Dívida Pública	
02.00 — Fundada Externa	130.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>574.000.000</b>
28.02.00 — Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	
18.00.1.013 — Financiamento de Atividades e Projetos Prioritários	
4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial	136.000.000
18.00.2.006 — Fundo de Reserva Orçamentária	
3.2.6.0 — Fundo de Reserva Orçamentária	870.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>1.006.000.000</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.580.000.000</b>

Art. 2.º — É o Poder Executivo autorizado a distribuir a importância de Cr\$ 870.000.000,00 (oitocentos e setenta milhões de cruzeiros) destinada ao Fundo de Reserva Orçamentária, através de créditos suplementares às unidades orçamentárias, sem prejuízo da autorização contida no art. 6.º do Decreto-lei n.º 727, de 1.º de agosto de 1969.

Art. 3.º — Os recursos necessários à abertura do crédito autorizado no art.

1.º desta Lei provirão do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício, em conformidade com o disposto no § 3.º do art. 43 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, páginas 5272 e 5273;

## PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 62, DE 1970

(N.º 2.301-B/70, na Casa de origem)

De iniciativa do Senhor Presidente da República

Cria na Justiça do Trabalho das 6.ª e 7.ª Regiões 20 Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas nas 6.ª e 7.ª Regiões da Justiça do Trabalho 20 (vinte) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas:

- a) na Sexta Região — quatro em Recife (6.ª a 9.ª), uma em cada um dos Municípios de Cabo, Catende, Pesqueira, Limoeiro, todas no Estado de Pernambuco; uma em Penedo, no Estado de Alagoas; uma em João Pessoa (2.ª), no Estado da Paraíba, uma em Macau e uma em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte;
- b) na Sétima Região — quatro em Fortaleza (2.ª a 5.ª), uma em cada um dos Municípios de Crato, Sobral, Iguatu e Quixadá, no Estado do Ceará.

Art. 2.º — Integram a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento, criada pelo art. 1.º, os seguintes Municípios:

- a) 6.ª e 9.ª Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife, com jurisdição sobre os Municípios de Olinda e São Lourenço da Mata;
- b) Junta de Conciliação e Julgamento do Cabo (PE), com jurisdição sobre os Municípios de Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, São José da Coroa Grande e Barreiro;
- c) Junta de Conciliação e Julgamento de Catende (PE), com jurisdição sobre os Municípios de Maraiá, Canhotinho, Lagoa dos Gatos, Belém de Maria, Pannels, São Benedito do Sul, Quipapá, Jurema e Cupira;
- d) Junta de Conciliação e Julgamento de Pesquisa (PE), com

jurisdição sobre os Municípios de Belo Jardim, Serra do Ventu, Xucuru, Sanharó, Alagoinha, Venturosa, Poção, Arco-Verde, Pedra, São Bento do Una, Buíque e Sertânia;

e) Junta de Conciliação e Julgamento de Limoeiro (PE), com jurisdição sobre os Municípios de Paudalho, Carpina, Bom Jardim, João Alfredo, Orobó, Surubim, Salgadinho, Passira, Bengala e Cumaru;

f) Junta de Conciliação e Julgamento de Mossoró (RN), com jurisdição sobre os Municípios de Areia Branca, Apodi, Baraúna, Grossos, Caraúbas e Upanema;

g) Junta de Conciliação e Julgamento de Macau (RN), com jurisdição sobre os Municípios de São Bento do Norte, Pendências, Açu, Ipanguaçu, Pedro Avelino e Afonso Bezerra;

h) Junta de Conciliação e Julgamento de Penedo (AL), com jurisdição sobre os Municípios de São Brás, Pôrto Real do Colégio, Piaçabuçu, Coruripe, Junqueiro, Arapiraca, São Sebastião, Igreja Nova, Feira Grande, Limoeiro de Anadia, Campo Alegre e Feliz Deserto;

i) Junta de Conciliação e Julgamento de Sobral (CE), com jurisdição sobre os Municípios de Meruoca e Massapê;

j) Junta de Conciliação e Julgamento de Crato (CE), com jurisdição sobre os Municípios de Juazeiro e Barbalha;

l) Junta de Conciliação e Julgamento de Quixadá, com jurisdição sobre o Município de Quixeramobim.

**Art. 3.º** — São criados os seguintes cargos a serem providos na forma da legislação em vigor:

a) de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento — 12 (doze) na 6.ª Região e 8 (oito) na 7.ª Região;

b) de Juiz do Trabalho Substituto — 6 (seis) na 6.ª Região e 6 (seis) na 7.ª Região.

**Art. 4.º** — Ficam criadas 40 (quarenta) funções de Vogal, sendo 20 (vinte) representantes de empregadores e 20 (vinte) representantes de empregados para atender às Juntas criadas pelo art. 1.º desta Lei.

**Parágrafo único** — Haverá um Suplente para cada Vogal.

**Art. 5.º** — Os mandatos dos Vogais de que trata esta Lei terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas das respectivas regiões, atualmente em funcionamento.

**Art. 6.º** — São criados, provisoriamente, nos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho das 6.ª e 7.ª Regiões 20 (vinte) cargos em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, para lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, bem como 2 (duas) funções gratificadas de Distribuidor, símbolo 4-F, para as Juntas de Conciliação e Julgamento em Fortaleza.

**Art. 7.º** — As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares das Juntas de Conciliação e Julgamento, criados por esta Lei, poderão ser atendidas, se assim o solicitarem os Tribunais competentes, mediante redistribuição, com os respectivos cargos, de funcionários do Poder Executivo que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes às necessidades da lotação dos órgãos a que pertencem.

**§ 1.º** — A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão central do Sistema de Pessoal do Poder Executivo, acompanhada da indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores, bem como das correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

**§ 2.º** — Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas por esta Lei, observado o disposto nos artigos 98 e 108, parágrafo 1.º, da Constituição.

**Art. 8.º** — Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 6.ª e 7.ª Regiões providenciarão a instalação das Juntas criadas na respectiva Região, bem como outras medidas determinadas por esta Lei.

**Art. 9.º** — A despesa com a execução desta correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

**Art. 10** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, pág. 5213;

## PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 63, DE 1970

(N.º 820-C/67, na Casa de origem)

Dispõe sobre a venda de bens, pelo Ministério do Exército, e aplicação do produto da operação em empreendimentos de assistência social, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — É autorizado o Ministério do Exército a proceder a venda ou permuta de bens imóveis da União, de qualquer natureza, sob sua jurisdição, cuja utilização ou exploração não atenda mais às necessidades do Exército.

**§ 1.º** — Para cada caso deverá haver aprovação expressa do Ministro do Exército.

**§ 2.º** — No processo da aprovação serão observadas as normas estabelecidas no Título XII do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

**Art. 2.º** — O produto das operações realizadas de conformidade com o disposto no art. 1.º será incorporado ao Fundo do Exército e contabilizado em separado.

**Parágrafo único** — Esse produto somente será empregado na construção e aquisição de bens imóveis, bem como na compra de equipamentos, de acordo com os planos de aplicação, previamente aprovados pelo Presidente da República.

**Art. 3.º** — Ao órgão próprio responsável pelo patrimônio da União serão obrigatoriamente comunicadas

as alienações e aquisições de bens imóveis feitas na conformidade da presente Lei.

**Art. 4.º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, pág. 5284;

## PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 67, DE 1970

(N.º 2.351-A/70, na Casa de origem)

### DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Altera os arts. 27 e 35 da Lei n.º 5.517, de 23 de outubro de 1968, que "dispõe sobre o exercício da profissão de Médico-Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária".

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Os arts. 27 e 35 da Lei n.º 5.517, de 23 de outubro de 1968, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 — As firmas, associações, companhias, cooperativas, empresas de economia mista e outras que exercem atividades peculiares à medicina veterinária previstas pelos arts. 5.º e 6.º da Lei número 5.517, de 23 de outubro de 1968, estão obrigadas a registro nos Conselhos de Medicina Veterinária das regiões onde funcionarem.

§ 1.º — As entidades indicadas neste artigo pagarão aos Conselhos de Medicina Veterinária, onde se registrarem, taxa de inscrição e anuidade.

§ 2.º — O valor das referidas obrigações será estabelecido através de ato do Poder Executivo."

"Art. 35 — A apresentação da carteira profissional prevista nesta Lei será obrigatoriamente exigida pelas autoridades civis ou militares, federais, estaduais ou municipais, pelas respectivas autarquias, empresas paraestatais ou sociedades de economia mista, bem como pelas associações cooperativas, es-

tabelecimentos de crédito em geral, para inscrição em concurso, assinatura de termo de posse ou de quaisquer documentos, sempre que se tratar de prestação de serviço ou desempenho de função privativa da profissão de médico-veterinário.

**Parágrafo único** — A carteira de identidade profissional expedida pelos Conselhos de Medicina Veterinária servirá como documento de identidade e terá fé pública."

**Art. 2.º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, pág. 5290;

## PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 69, DE 1970

(N.º 302-B/70, na Casa de origem)

### DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Cria na Justiça do Trabalho das 2.ª e 5.ª Regiões 16 Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Ficam criadas, nas 2.ª e 5.ª Regiões da Justiça do Trabalho, 16 (dezesseis) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas:

- a) na 2.ª Região — 9 (nove) na Cidade de São Paulo (24.ª a 32.ª), 1 (uma) em Osasco, 1 (uma) em Santos (3.ª), todas no Estado de São Paulo, e 1 (uma) em Curitiba (3.ª), no Estado do Paraná;
- b) na 5.ª Região — 3 (três) em Salvador (8.ª a 10.ª) e 1 (uma) em Itabuna (2.ª), no Estado da Bahia.

**Parágrafo único** — A jurisdição da Junta sediada em Itabuna é extensiva aos Municípios de Itajuípe, Coaraci, Itapitanga, Almadina, Barro Preto, Cauracau, Paulo Brasil e Mascote.

**Art. 2.º** — São criados os seguintes cargos, a serem providos na forma da legislação vigente:

- a) de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento — 12 (doze) na 2.ª Região e 4 (quatro) na 5.ª Região;
- b) de Juiz do Trabalho Substituto — 8 (oito) na 5.ª Região.

**Art. 3.º** — Ficam criadas 32 (trinta e duas) funções de Vogal, sendo 16 (dezesseis) representantes de empregadores e 16 (dezesseis) representantes de empregados para atender às Juntas criadas no art. 1.º desta Lei.

**Parágrafo único** — Haverá um Suplente para cada Vogal.

**Art. 4.º** — Os mandatos dos Vogais de que trata esta Lei terminarão simultaneamente com os das demais Juntas das respectivas Regiões, atualmente em exercício.

**Art. 5.º** — São criados, provisoriamente, nos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho das 2.ª e 5.ª Regiões, para lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, 16 (dezesseis) cargos em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, e 2 (duas) funções gratificadas de Distribuidor, símbolo 4-F.

**Art. 6.º** — As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares das Juntas de Conciliação e Julgamento, criados por esta Lei, poderão ser atendidas, se assim o solicitarem os Tribunais competentes, mediante redistribuição, com os respectivos cargos, de funcionários do Poder Executivo que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes às necessidades da lotação dos órgãos a que pertencem.

§ 1.º — A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão central do Sistema de Pessoal do Poder Executivo, acompanhada da indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores, das correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2.º — Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, observado o disposto nos artigos 98 e 108, § 1.º, da Constituição.

Art. 7.º — Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 2.ª e 5.ª Regiões providenciarão a instalação das Juntas criadas na respectiva Região.

Art. 8.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, páginas 5290 e 5291;

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 70, DE 1970

(N.º 2.350-A de 1970, na Casa de origem)

#### DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Militar, em favor da 3.ª Auditoria de Guerra da 3.ª Região Militar e Auditoria de Guerra da 10.ª Região Militar o crédito especial de Cr\$ 21.180,00, para o fim que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Militar, em favor da 3.ª Auditoria de Guerra da 3.ª Região Militar, o crédito especial de Cr\$ 21.180,00 (vinte um mil cento e oitenta cruzeiros) para atender encargos de Salário-Família e de Despesa de Exercícios anteriores.

Art. 2.º — Os recursos necessários a execução desta Lei decorrerão de anulação parcial de dotações orça-

mentárias consignadas no vigente Orçamento aos subanexos 06.00.00 e 28.00.00, a saber: .

Cr\$ 1,00

06.00.00 — JUSTIÇA MILITAR	
06.12.00 — 3.ª Auditoria de Guerra da 3.ª Região Militar e Auditoria de Guerra da 10.ª Região Militar	
01.06.2.023 — Processamento de Causa da 3.ª Auditoria de Guerra da 3.ª Região Militar	
3.1.2.0 — Material de Consumo	721
3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros	6.956
4.1.4.0 — Material Permanente	7.503
28.00.00 — ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO	
28.02.00 — Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral	
18.00.2.006 — Fundo de Reserva Orçamentária (artigo 91 do Decreto-lei n.º 200-67)	
3.2.0.0 — Fundo de Reserva Orçamentária	6.000
T O T A L	21.180

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, pág. 5291;

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 71, DE 1970

(N.º 2.305/70, na Casa de origem)

#### DE INICIATIVA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Cria, na Justiça do Trabalho das 4.ª e 8.ª Regiões, 19 Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas na 4.ª e 8.ª Regiões da Justiça do Trabalho dezenove (19) Juntas de Conciliação e Julgamento, assim distribuídas:

- a) na 4.ª Região — três (3) em Porto Alegre (11.ª e 13.ª), uma em Pelotas (2.ª), uma em São Leopoldo (2.ª), uma em Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul, uma em Brusque e uma em Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina;
- b) na 8.ª Região — três (3) em Belém (4.ª e 6.ª), uma em Castanhal, uma em Breves, uma em Abaetetuba, no Estado do Pará, uma em Manaus (3.ª) e uma em Itacoatiara, no Estado do Amazonas, uma em Rio Branco, no Estado do Acre, uma em Macapá, no Território do Amapá e uma em Porto Velho, no Território de Rondônia.

§ 1.º — As Juntas de Porto Alegre (11.ª a 13.ª), em Pelotas (2.ª) e São Leopoldo (2.ª) terão a mesma jurisdição das Juntas já existentes.

§ 2.º — A jurisdição da Junta sediada em Rio do Sul é extensiva aos Municípios de Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, D. Ema, Ibirama, Ituporanga, Imbuia, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio d'Oeste, Salete, Taió, Trombudo Central e Witmarsum.

§ 3.º — A jurisdição da Junta sediada em Brusque é extensiva aos Municípios de Botuverá, Guabiruba, Vidal Ramos, Nova Trento e São João Batista.

§ 4.º — A jurisdição da Junta sediada em Castanhal é extensiva aos Municípios de Vigia, Morapanim, Igarapé-Açu, S. Isabel do Pará, Curuçá, Maracanã e Benevides.

§ 5.º — A jurisdição da Junta sediada em Breves é extensiva aos Municípios de Afuá, Gurupá, Chaves e Muané.

§ 6.º — A jurisdição da Junta sediada em Abaetetuba é extensiva aos Municípios de Igarapé-Mirim, Camedá, Baião e Tucuruí.

§ 7.º — A jurisdição da Junta sediada em Itacoatiara é extensiva aos Municípios de Nova Olinda, Borba, Autazes e Silves.

§ 8.º — A jurisdição da Junta sediada em Macapá é extensiva aos Municípios de Mazagão e Amapá.

Art. 2.º — São criados os seguintes cargos a serem providos na forma da legislação vigente:

- a) de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento — oito (8) na 4.ª Região e onze (11) na 8.ª Região;
- b) de Juiz do Trabalho Substituto — oito (8) na 4.ª Região e oito (8) na 8.ª Região.

Art. 3.º — Ficam criadas trinta e oito (8) funções de Vogal, sendo dezenove (19) representantes de empregadores e dezenove (19) representantes de empregados, para atender às Juntas criadas no art. 1.º desta Lei.

Parágrafo único — Haverá um Suplente para cada Vogal.

Art. 4.º — Os mandatos dos Vogais de que trata esta Lei terminarão si-

multaneamente com os dos titulares das demais Juntas das respectivas Regiões atualmente em exercício.

Art. 5.º — São criados provisoriamente, nos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho das 4.ª e 8.ª Regiões, 19 (dezenove) cargos em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C para lotação nas Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, bem como 3 (três) funções gratificadas de Distribuidor, símbolo 4-F, para as Juntas de Conciliação e Julgamento em Manaus, Pelotas e São Leopoldo.

Art. 6.º — As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares das Juntas de Conciliação e Julgamento, criadas por esta Lei, poderão ser atendidas, se assim o solicitarem os Tribunais competentes, mediante redistribuição, com os respectivos cargos, de funcionários do Poder Executivo que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes às necessidades da lotação dos órgãos a que pertencem.

§ 1.º — A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão cen-

tral do Sistema de Pessoal do Poder Executivo, acompanhada da indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores das correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2.º — Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação das Juntas de Conciliação e Julgamento de que trata esta Lei, observado o disposto nos artigos 98 e 108, § 1.º, da Constituição.

Art. 7.º — Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 4.ª e 8.ª Regiões providenciarão a instalação das Juntas criadas na respectiva Região.

Art. 8.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Republicado por haver saído com incorreções no DCN (Seção II) de 29-11-70, pág. 5261.



# NÔVO CÓDIGO PENAL

A "Revista de Informação Legislativa", do Senado Federal, divulga, em seu número 24, uma seção destinada ao nôvo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

- 1.<sup>a</sup> parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria
  - Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
  - Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).
- 2.<sup>a</sup> parte — Quadro comparativo — Decreto-lei n.º 1.004, de 21-10-69  
Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 e legislação correlata.

Preço Cr\$ 10,00

## NÔVO CÓDIGO PENAL MILITAR

E

## NÔVO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MILITAR

A "Revista de Informação Legislativa", editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 26, publica as seguintes matérias:

### COLABORAÇÃO

— "Inconstitucionalidade do decreto-lei sobre censura prévia" — (Senador Josaphat Marinho) — "Sociologia das regiões subdesenvolvidas" — (Professor Pinto Ferreira) — "Poder de iniciativa das leis" — (Professor Roberto Rosas) — "O sistema representativo" — (Professor Paulo Bonavides).

### CÓDIGOS

— "Código Penal Militar" — 1.<sup>a</sup> parte: I — Anteprojeto de Código Penal Militar (autor: Ivo D'Aquino) — II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.<sup>a</sup> parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-1969 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-1944 — (Ana Valdez Ayres Neves de Alencar) — "Código de Processo Penal Militar" — "Lei de Organização Judiciária Militar" — "Justiça Militar e Segurança Nacional" — Ementário de Legislação.

### PUBLICAÇÕES

— Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa.

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

# *Constituição da República Federativa do Brasil*

## QUADRO COMPARATIVO

Volume com 328 páginas — Preço: Cr\$ 8,00

Contém, comparadas  
em todos os artigos:

Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.  
Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).  
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Diretoria de Informação Legislativa e impresso pelo

**SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

## INELEGIBILIDADES

### LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970

"Estabelece, de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

### ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970

"Estabelece normas sobre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

### LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR\$ 3,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

Nota: A distribuição desta obra foi entregue à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

# Anais da Constituição de 1967

Os **ANAI DA CONSTITUIÇÃO DE 1967**, obra elaborada pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impressa pelo **Serviço Gráfico do Senado Federal**, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

**1.º VOLUME:** Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966; em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionais face ao problema da outorga, eleição de uma Assembleia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

**2.º VOLUME:** Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

Índices deste gênero são apresentados em todos os volumes dos Anais e compendiados em um volume final de Índice Geral.

**3.º VOLUME:** Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

**4.º VOLUME:** Edição 1968 — 1.192 págs. — (2 tomos) — Preço Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

**5.º VOLUME:** Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

**6.º VOLUME:** Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação nas páginas.

**7.º VOLUME:** Edição 1970 — Quadro Comparativo

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Vol. com 282 páginas — Preço Cr\$ 8,00.

**NOTA:** A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.**

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 e Avenida Graça Aranha, 26.  
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534  
Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.

## REFORMA AGRÁRIA

(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)

Três volumes com 1.115 páginas

Legislação brasileira de reforma agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginalia (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de toda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

**PREÇO DOS TRÊS VOLUMES — Cr\$ 30,00**

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

## ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos **ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do **CÓDIGO CIVIL**.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

### I PARTE

- |   |      |
|---|------|
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil ..... | V    |
| b) Legislação Complementar .....                    | CLXV |

### II PARTE

- |   |    |
|---|----|
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil ..... | 1  |
| b) Julgamentos .....                              | 27 |

### III PARTE

- |  |     |
|--|-----|
| a) Índice alfabético remissivo .....             | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo ..... | 458 |

Preço do volume com 680 páginas em brochura ..... Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia ..... Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal  
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção  
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

## NÚMEROS PUBLICADOS:

— março n.º 1 (1964) .....	5,00
— junho n.º 2 (1964) .....	5,00
— setembro n.º 3 (1964) .....	esgotada
— dezembro n.º 4 (1964) .....	5,00
— março n.º 5 (1965) .....	5,00
— junho n.º 6 (1965) .....	5,00
— setembro n.º 7 (1965) .....	5,00
— dezembro n.º 8 (1965) .....	esgotada
— março n.º 9 (1966) .....	"
— junho n.º 10 (1966) .....	"

## ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 10, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

— setembro n.º 11 (1966) .....	esgotada
— outub./novemb./dezemb. número 12 (1966) .....	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967) .....	"
— julho a dezembro números 15 e 16 (1967) .....	5,00
— janeiro a março n.º 17 (1968) ...	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968) .....	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968) ...	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968) .....	5,00

## ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

Ano VI — N.º 21 — Janeiro a Março de 1969 — 5,00  
COLABORAÇÃO

O DIREITO FINANCEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1967  
Ministro Aliomar Baleeiro

O DIREITO PENAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967  
Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

ABUSO DE PODER: DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO  
Professor Roberto Rosas

O TRIBUNAL DE CONTAS E AS DELIBERAÇÕES SOBRE JULGAMENTO DA LEGALIDADE DAS CONCESSÕES  
Doutor Sebastião B. Affonso

CONTRÔLE FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS  
Doutor Heitor Luz Filho

## DOCUMENTAÇÃO

## SUPLÊNCIA

Norma Izabel Ribeiro Martins

## PESQUISA

O PARLAMENTARISMO NA REPÚBLICA  
Sara Ramos de Figueirêdo

## PUBLICAÇÕES

OBRAS PUBLICADAS PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Ano VI — N.º 22 — Abril a Junho de 1969 — 5,00  
COLABORAÇÃO

O DIREITO PROCESSUAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967  
Prof. Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

TRATAMENTO JURÍDICO DAS REVOLUÇÕES  
Doutor Clóvis Ramalhte

O NEGÓCIO JURÍDICO INTITULADO "FICA" E SEUS PROBLEMAS

Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

DOS RECURSOS EM AÇÕES ACIDENTÁRIAS  
Doutor Paulo Guimarães de Almeida

## PROCESSO LEGISLATIVO

VETOS — LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Jésse de Azevedo Barquero e Santyno  
Mendes dos Santos

## DOCUMENTAÇÃO

REGULAMENTAÇÃO DAS PROFISSÕES — TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMISTA

## PESQUISA

CAPITAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL  
Ilvo Sequeira Batista

## PUBLICAÇÕES

OBRAS EDITADAS PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Ano VI — N.º 23 — Julho a Setembro de 1969 — 5,00

## COLABORAÇÃO

DA FUNÇÃO DA LEI NA VIDA DOS ENTES PARAESTATAIS

Deputado Rubem Nogueira

DO PROCESSO DAS AÇÕES SUMÁRIAS TRABALHISTAS

Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

ASPECTOS DO CONTRÔLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

Professor Roberto Rosas

DISPONIBILIDADE GRÁFICO-EDITORIAL DA IMPRENSA ESPECIALIZADA

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira

## DOCUMENTAÇÃO

A PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL INCOMPATIBILIDADES

Sara Ramos de Figueirêdo

A PROFISSÃO DE JORNALISTA

Fernando Giuberti Nogueira

## PUBLICAÇÕES

OBRAS EDITADAS PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Ano VI — N.º 24 — Outubro a Dezembro de 1969 — 10,00

## COLABORAÇÃO

INCONSTITUCIONALIDADE DE DECRETOS-LEIS SOBRE INELEGIBILIDADES

Senador Josaphat Marinho

ASPECTOS DO PODER JUDICIÁRIO AMERICANO E BRASILEIRO

Professor Paulino Jacques

MANDATUM IN REM SUAM

Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

ASPECTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Professor Roberto Rosas

## CÓDIGOS

## CÓDIGO PENAL

- 1.<sup>a</sup> parte: I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria  
 II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).  
 III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969)

## CÓDIGO PENAL

- 2.<sup>a</sup> parte: Quadro Comparativo  
 Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40 com legislação correlata.  
 Leyla Castello Branco Rangel

## PUBLICAÇÕES

## OBRAS EDITADAS PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA.

Ano VII — N.º 25 — Janeiro a Março de 1970 — 10,00  
 HOMENAGEM

SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO FILHO  
 COLABORAÇÃO

EVOLUÇÃO HISTÓRICA E PERSPECTIVAS ATUAIS  
 DO ESTADO.

Prof. Wilson Accioli de Vasconcellos

A SUPREMA CORTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Professor Geraldo Ataliba

A ETERNA PRESENÇA DE RUY NA VIDA JURÍDICA BRASILEIRA

Professor Otto Gil

X CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO PENAL

Professora Arminda Bergamini Miotto

A SENTENÇA NORMATIVA E SUA CLASSIFICAÇÃO  
 Professor Paulo Emilio Ribeiro Vilhena

PROCESSO LEGISLATIVO

DECRETOS-LEIS

Jesse de Azevedo Barquero

DOCUMENTAÇÃO

ADVOCACIA — EXCERTOS LEGISLATIVOS  
 Adolfo Eric de Toledo

## CÓDIGOS

## CÓDIGO DE DIREITO DO AUTOR

Rogério Costa Rodrigues

## PUBLICAÇÕES

## OBRAS EDITADAS PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA.

Ano VII — N.º 26 — Abril a Junho de 1970 — 10,00  
 COLABORAÇÃO

INCONSTITUCIONALIDADE DO DECRETO-LEI SOBRE CENSURA PRÉVIA

Senador Josaphat Marinho

SOCIOLOGIA DAS REGIÕES SUBDESENVOLVIDAS  
 Professor Pinto Ferreira

PODER DE INICIATIVA DAS LEIS

Professor Roberto Rosas

O SISTEMA REPRESENTATIVO

Professor Paulo Bonavides

## CÓDIGOS

## CÓDIGO PENAL MILITAR

1.<sup>a</sup> parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar  
 Autor: Ivo D'Aquino

II — Exposição de Motivos

Ministro Gama e Silva

2.<sup>a</sup> parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-1969 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-1944

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

## CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR

## LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR

## JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL

## EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO

## PUBLICAÇÕES

## OBRAS EDITADAS PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Ano VII — N.º 27 — Julho a Setembro de 1970 — 10,00  
 APRESENTAÇÃO

SIMPÓSIO DE CONFERÊNCIAS E DEBATES SOBRE  
 O NOVO CÓDIGO PENAL E O NOVO CÓDIGO  
 PENAL MILITAR

PUNIÇÃO DA PIRATARIA MARÍTIMA E AÉREA  
 Professor Haroldo Valladolid

VISÃO PANORÂMICA DO NOVO CÓDIGO PENAL  
 Professor Benjamin de Moraes

A MENORIDADE E O NOVO CÓDIGO PENAL  
 Professor Allyrio Cavallieri

INOVAÇÕES DA PARTE GERAL DO NOVO CÓDIGO  
 PENAL

Professor Rafael Cirigliano Filho

DESPORTO E DIREITO PENAL

Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

DEPENDÊNCIA (TOXICOMANIA) E O NOVO CÓDIGO  
 PENAL

Professor Oswaldo Moraes de Andrade

O NOVO CÓDIGO PENAL MILITAR

Professor Ivo D'Aquino

ASPECTOS CRIMINOLÓGICOS DO NOVO CÓDIGO  
 PENAL

Professor Virgílio Luiz Donnici

A MEDICINA LEGAL E O NOVO CÓDIGO PENAL

Professor Olimpio Pereira da Silva

DIREITO PENAL DO TRABALHO

Prof. Evaristo de Moraes Filho

O NOVO CÓDIGO PENAL E A EXECUÇÃO DA PENA  
 Doutor Nerval Cardoso

DIREITO PENAL FINANCEIRO

Professor Sérgio do Rego Macedo

OS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL  
 NO NOVO CÓDIGO PENAL

Professor Carlos Henrique de Carvalho Fróes

A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL E O NOVO CÓDIGO  
 PENAL BRASILEIRO

Jurista Alcino Pinto Falcão

## PUBLICAÇÕES

## OBRAS EDITADAS PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Faça sua assinatura do

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

---

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

## **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

---

### **PREÇOS DAS ASSINATURAS:**

**Via Superfície:**

Semestre ..... Cr\$ 20,00

Ano ..... Cr\$ 40,00

**Via Aérea:**

Semestre ..... Cr\$ 40,00

Ano ..... Cr\$ 80,00